



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

001

1. DOCUMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DEMANDA

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento):

SECRETARIA DE SAÚDE

Responsável pela Demanda:

RODRIGO W. S. REVESSO

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Justificativa da necessidade da contratação: Faz necessário, tendo em vista ser imprescindível para que possamos dar continuidade ao transporte sanitário a população que necessita de atendimentos especializados de saúde no CISA AMERIOS – Consórcio Intermunicipal de Saúde, com sede na cidade de Umuarama – PR. Ainda é de informar que o recurso para a cobertura desta aquisição é oriundo da Resolução SESA nº 769/2019 com complementação de contrapartida municipal.

2. Descrições e quantidades

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM	UND	01
VEÍCULO NOVO TIPO VAN, ZERO KM, AR CONDICIONADO, BANCO DO MOTORISTA RECLINÁVEL E REGULAGEM DE ALTURA, CONTROLE DE ESTABILIDADE, ASSISTENTE DE SUBIDA EM RAMP (HILL HOLDER), CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE TRÊS PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA PARA MOTORISTA, AIR BAGS MOTORISTA, AJUSTES DO VOLANTE ALTURA E PROFUNDIDADE, VIDROS E RETROVISORES ELÉTRICOS, COMPUTADOR DE BORDO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, ELÉTRICA OU ELETRO HIDRÁULICO, POTÊNCIA MÍNIMA 1.5 TURBO DIESEL COM 127 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA 1100KG, COMPRIMENTO MÍNIMO DO VEÍCULO (MM) : 5.308, CAPACIDADE PARA 11 PASSAGEIROS, SENDO 10 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA, AR CONDICIONADO TRASEIRO, POLTRONAS RECLINÁVEIS EM COURVIN, CINTOS DE SEGURANÇA PASSAGEIROS, REVESTIMENTO TETO E LATERAL EM ABS, ISOLAÇÃO TERMO ACÚSTICA DO TETO, ASSOALHO EM COMPENSADO E PASSADEIRA DE VINIL AUTOMOTIVO, ILUMINAÇÃO INTERNA DOS PASSAGEIROS EM LED, EXTINTOR 4 KG COM SUPORTE, FAIXAS REFLETIVAS LATERAIS E TRASEIRA, CORTINA LATERAL PARA PASSAGEIROS, VIDROS LATERAIS, TACÓGRAFO ELETRÔNICO DIGITAL, GARANTIA MÍNIMA 36 MESES OU 100.000 (CEM MIL) KM. DEMAIS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE USO OBRIGATÓRIO E EXIGIDOS POR LEIS, PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO CONTRAN, DETRAN, DENATRAN E DEMAIS ÓRGÃOS REGULADORES DO SETOR. VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O PADRÃO DE ADESIVAGEM SESA INCLUINDO LOGO DO MUNICÍPIO CONFORME O MODELO EM ANEXO.			

3. Observações gerais

3.1. Prazo de Entrega/ Execução: 60 (SESSENTA DIAS) DIAS APÓS EMISSÃO DE REQUISIÇÃO.

3.2. Local e horário da Entrega/Execução:

ALTO PARAÍSO/PR.

3.3. Unidade e servidor responsável para esclarecimentos:

SECRETARIA DE SAÚDE

3.4. Houve contratações anteriores?

NÃO

3.5. Gestor (a) fiscal (is) indicado (s) (nome completo):



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

002

3.5.1 - GESTORES

SECRETARIO DE SAUDE

RODRIGO W. S. REVESSO

3.5.2 - FISCAL

EUDINETE DA SILVA PEDROTA

3.6. Prazo para pagamento: até 30 (trinta) dias após o recebimento.

3.7. O objeto solicitado não consiste em características de luxo.

3.8. Regime licitatório adotado: Lei 14.133/2024.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Alto Paraíso-Pr., 16 de Abril de 2024.

RODRIGO W. S. REVESSO
SECRETARIA DE SAUDE



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

003

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos a Servidora Designada para fins específico de pesquisa de preço, conforme portaria nº 045/2024, para faça que uma pesquisa de preço do objeto a ser licitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR.

16 dias do mês de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Agente de Contratação



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaíso.pr.gov.br
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

004

PORTARIA Nº 045/2024

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 08 / 03 2024

Edição N.º 12.965

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE REALIZAR PESQUISA DE PREÇOS NOS TERMOS DO ART. 23 DA LEI FEDERAL 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL N. 3186 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ - PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3186 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata da Pesquisa de Preços;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, o servidor público do Município, abaixo descrito, para exercer a função de realizar Pesquisa de Preços no Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, a saber:

Responsável :

- NOME: EUDINETE DA SILVA PEDROTA
- Matrícula - 12823-1

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

005

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO

I - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

II - JUSTIFICATIVA:

Faz necessário, tendo em vista ser imprescindível para que possamos dar continuidade ao transporte sanitário a população que necessita de atendimentos especializados de saúde no CISA AMERIOS – Consórcio Intermunicipal de Saúde, com sede na cidade de Umuarama – PR.

III - Caracterização das fontes consultadas.

O Município possui contratação de mídia especializada no qual reúne todos os valores necessários para formação de preços. Em conformidade com a Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133), bem como o decreto municipal n° 3186/2024.

IV - Da Cesta de Preços - Relatório em Anexo.

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM	UND	01	273.800,00	273.800,00

V - Conclusão:

Considerando os documentos, referentes à pesquisa de mercado, venho por meio deste atestar que o valor de referência da pesquisa de mercado será o constante na Tabela da Pesquisa apenas ao estudo do documento já mencionado, ou seja **R\$ 273.800,00 (duzentos e setenta e três mil e oitocentos reais)**, o qual está de acordo com o praticado no mercado.

A Metodologia utilizada para obter o preço foi a **MEDIA DOS PREÇOS OBTIDOS**, é um dos métodos mais comuns para definir preços de referência. É obtida somando os valores de todos os dados e, posteriormente, dividindo a somas pelo número de dados, normalmente utilizada quando os dados estão dispostos de forma homogênea.

Alto Paraíso - Paraná, 25 de Abril de 2024.

Eudinete da Silva Pedrola

EUDINETE DA SILVA PEDROTA

Matrícula: 12823-1



006

**PESQUISA DE PREÇOS**

CNPJ: 95.640.736/0001-30 Responsável: Edinete da Silva Pedrosa Matrícula: 12823-1 Telefone: (44) 99139-5365
Departamento: Departamento de Licitações

Relatório de Cotação: VEÍCULO TIPO VAN - RESOLUÇÃO SESA 1737/2023

Pesquisa realizada entre 16/04/2024 10:41:01 e 16/04/2024 10:55:37

Relatório gerado no dia 25/04/2024 14:31:49 - IP: 200.196.132.188

Em conformidade com a Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base no método matemático de medição de preços selecionados pelo usuário para aquisição determinada Item.
Observação: Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133) no Artigo 2º: "A pesquisa de preços para materialização em contratos por preço unitário, de acordo com o art. 11, inciso I, do mesmo Decreto, tem por escopo a aquisição de bens e serviços comuns, cujo preço unitário é variável e/ou fixo, bem como os custos relativos ao fornecimento de energia elétrica, água, gás e outros materiais."

Item 1: Veículo tipo Van com capacidade para 11 passageiros, sendo 10 passageiros e 1 motorista, combustível diesel

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
3 / 49	1	R\$ 273.800,00 (m)	-	R\$ 273.800,00	R\$ 273.800,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL	NºPreço: 1442023 LIASG: 987477	13/11/2023	R\$ 259.900,00
2	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais	NºPreço: 2082023 LIASG: 987885	01/11/2023	R\$ 270.500,00
Valor Unitário				R\$ 265.200,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU	01-2024- CÂNDIDO DE ABREU- PR	08/03/2024	R\$ 291.000,00
Valor Unitário				R\$ 291.000,00

Médiana dos Preços Obtidos: R\$ 270.500,00

Médiana dos Preços Obtidos: R\$ 273.800,00

Valor Global: R\$ 273.800,00



Detalhamento dos Itens

007

Item 01: Veículo tipo VAN com acessibilidade para 11 passageiros, sendo 10 passageiros e 1 motorista, com motor diesel.

Preço Estimado: R\$ 259.900,00

Preço Final: - Preço Estimado: R\$ 259.900,00

Média dos Preços Ofertados: R\$ 259.900,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	Ar condicionado, banco do motorista reclinável e regulagem de altura. Controle de estabilidade, assistência de subida em rampa (Hill Holder), cintos de segurança retráteis de três pontos com regulagem de altura para motorista, air bags motorista, ajustes do volante de navegação e profundidade, vidros e retrovisores elétricos, computador de bordo, direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica, potência mínima 1.5 turbo diesel com 120 CV, capacidade de carga máxima: 1500kg, comprimento mínimo do veículo (mm): 5.308, capacidade para 11 passageiros, sendo 10 passageiros e 1 motorista, ar condicionado traseiro, poltronas reclináveis em couro, cintos de segurança passageiros, revestimento teto e lateral em ABS, isolamento térmico acústico do teto, assento em compensação e passeadeira de vitiu automático, iluminação interna dos passageiros em led, extintor 4 kg com suporte, faixas refletivas laterais e traseira, cortina lateral para passageiros, vidros fumê, tacômetro digital, garantia mínima 36 meses ou 100.000 (cem mil) km, com assistência técnica autorizada pelo fabricante em um raio de até 100 km do município. Demais equipamentos e acessórios de uso obrigatório e exigidos por leis, portarias e resoluções do CONTRAN, DETRAN, DENATRAN e demais órgãos reguladores do setor.	Veículo deverá ser entregue com o padrão de adesivagem SESSA, incluindo logo do município conforme o modelo em anexo.

Preço (Compras Governamentais): 1: Média das Propostas Finais

R\$ 259.900,00

Insc: 1 no 2º do 1º 65 de 07 de julho de 2021 (L1), nº 133.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

Data: 13/11/2023 09:00

Objeto: Aquisição De 02 (Dois) Veículos Zero Km, Sendo: 01 (Um) Veículo Tipo Van Para O Atendimento Das Necessidades Do Cras, Através Da Secretaria Municipal De Ação Social, Família E Cultura, A Ser Adquirido Com Recursos De Emenda Parlamentar (F11) (Um) Veículo Tipo Ônibus, Para Atendimento Do Programa De Qualificação De Atenção Primária À Saúde, Através Da Secretaria Municipal De Saúde, Conforme Descritivo E Quantitativo Constantes No Anexo (L1) Do Edital.

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: Nº Pregão: 1442023 / UASG: 987477

Lote/Item: 12

Ata: Link Ata

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 1

Unidade: Unidade

UE: 08

Descrição: Veículo transporte - Veículo Transporte Tipo Van, Capacidade Transporte Passageiros: 11, Potência Mínima: 127 CV, Capacidade Tanque Combustível: 70 L, Combustível: Diesel, Quantidade Portas: 5, Capacidade Mínima Carga: 1.100 KG, Cor: Branca, Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio, Cilindrada Mínima: 2.000 CM3, Ano/Modelo: 0 Km

CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Final

31.022.161/0001-00 SMART MG COMERCIO & REPRESENTACAO LTDA

R\$ 228.000,00

VENDEDOR

Marca: PEUGEOT

Fabricante: PEUGEOT

Modelo: EXPERT 2023/2024

Descrição: Veículo tipo VAN/0KM, sem acessibilidade zero quilometro, ano e modelo não inferior a data da contratação, enviada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista. Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilometro, ano e modelo não inferior a data da contratação, enviada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista, no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete no cabine do motorista, na cor branca com pintura visual do município de cidadania, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabinar e soltar) de fábrica, arbor duplo frontal, alarme sonoro de advertência e sem advertência de luzes azuis, banco do passageiro encosto reclinável, banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade, rádio am/fm/cd/playlist com função mp3 e conexão bluetooth, auto falantes na cabine e compartimento traseiro, computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (implacamento e licenciamento) em nome do ente federado, garantia mínima de 12 (doze) meses. Totalmente adequado aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Razão: Cidade: Endereço: 190
MC Pouso Alegre AVENIDA PORFIRIO RIBEIRO DE ANDRADE

Telefone: Email:
(35) 8426-5141 contato@comabitj.com.br



Relatório gerado no dia 25/04/2024 14:31:49 (P: 200/198 132.188)
Código Validação: antuP5U750cJ0r0n0C6cgZxxOrpKcbfVgPAdbz%252asYqHUBnPtmbWA%3d%3d
http://www.bancodeprecos.com.br/VerificacaoAutenticidade?token=antup5U750cJ0r0n0C6cgZxxOrpKcbfVgPAdbz%252asYqHUBnPtmbWA%3d%3d%253d%253d

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
03.972.802/0001-22	MEDIEIROS & SUIATO COMERCIO DE VEICULOS FIELEI	R\$ 228.150,00

Marca: PEUGEOT
Fabricante: PEUGEOT
Modelo: EXPERT

Descrição: Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilometro, ano e modelo não inferior a data da contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista; no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete na cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do ministério da cidadania, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabine e salão) de fábrica, airbag duplo frontal, alarme sonoro de advertência e com advertência de luzes acesas; banco do passageiro encosto reclinável; banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade; rádio am/fm/cd player com função mp3 e conexão usb/bluetooth, auto falantes na cabine e compartimento traseiro; computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses. Totalmente adequado aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
SP	São Paulo	AV SAO MIGUEL, 2900	(11)6287-4762

31.370.642/0001-06	FACCIO & CIA LTDA	R\$ 230.000,00
--------------------	-------------------	----------------

Marca: Peugeot
Fabricante: Peugeot
Modelo: Expert

Descrição: Veículo Transporte Tipo: Min. Capacidade Transporte Passageiros: 11. Potência Mínima: 127 CV. Capacidade Tanque Combustível: 70 L. Combustível: Diesel. Quantidade Portas: 5. Capacidade Máxima Carga: 1.100 KG. Cor Branca. Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio, Climatizador Mínimo 2.000 CM3, Ano/Modelo: 0 Km. - CONFORME EDITAL E ANEXOS

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PR	Cascavel	R MATO GROSSO, 1789	VALTER	(45) 9920-8906	financeiro1@pyricantos.ind.br

31.479.773/0001-26	BELISA COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 235.000,00
--------------------	---------------------------------	----------------

Marca: PEUGEOT
Fabricante: PEUGEOT
Modelo: EXPERT

Descrição: PEUGEOT EXPERT 941 PASSAGEIROS 2023

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	São Paulo	AV IMP LEOPOLDINA, 1248	(11) 5071-5535	celitanogueira@terra.com.br

15.332.890/0001-06	RÔDA BRASÍL COMERCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	R\$ 244.900,00
--------------------	---	----------------

Marca: MASTER
Fabricante: RENAULT
Modelo: L1111 10 PASSAGEIROS

Descrição: Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilometro, ano e modelo não inferior a data da contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista; no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete na cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do ministério da cidadania, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabine e salão) de fábrica, airbag duplo frontal, alarme sonoro de advertência e com advertência de luzes acesas; banco do passageiro encosto reclinável; banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade; rádio am/fm/cd player com função mp3 e conexão usb/bluetooth, auto falantes na cabine e compartimento traseiro; computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses. Totalmente adequado aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Quatzen	RUA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 184	(12) 3144-0013	secontabil@saprag.com.br

30.262.049/0001-83	CLJ VEICULOS FIELEI	R\$ 248.800,00
--------------------	---------------------	----------------

Marca: Citroen
Fabricante: Citroen
Modelo: Jumpy

Descrição: Veículo tipo VAN 0KM, sem acessibilidade zero quilometro, ano e modelo não inferior a data da contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista. Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilometro, ano e modelo não inferior a data da contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista; no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete na cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do ministério da cidadania, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabine e salão) de fábrica, airbag duplo frontal, alarme sonoro de advertência e com advertência de luzes acesas; banco do passageiro encosto reclinável; banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade; rádio am/fm/cd player com função mp3 e conexão usb/bluetooth, auto falantes na cabine e compartimento traseiro; computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses. Totalmente adequado aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito. Validade da Proposta: 180 (cento e oitenta) dias. Declaramos que o veículo ofertado atende as especificações técnicas do edital e seus anexos. Declaramos que conhecemos e aceitamos todas as cláusulas e condições do edital e seus anexos.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Itupeva	RUA MARIO BURGOS THILO, 52	(11) 4380-7630	fisc@contabilidade.com.br



38.730.394/0001-06

HOPE COMERCIO E SERVICOS LTDA

R\$ 248.900,00

Marca: PEUGEOT

Fabricante: PEUGEOT

Modelo: EXPERT MINIBUS

Descrição: Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilômetro, ano e modelo 23/24, envidraçada, com capacidade para 10 passageiros, incluindo o motorista, no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete na cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do município da cidade, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabine e salão), airbag duplo frontal, alarme sonoro de advertência e com advertência de luzes acesas, banco do passageiro encosto reclinável, banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade, rádio am/fm/cd player com função mp3 e conexão bluetooth, anto falantes na cabine e compartimento traseiro, computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia de 12 (doze) meses. Totalmente adequados aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Estado:

GO

Cidade:

Goiânia

Endereço:

R. J11, 181

Telefone:

(62) 9191-0654

Email:

licitacoes@hopecomercio@gmail.com

23.228.367/0001-62

PRESTARE COMERCIO DE VEICULOS LTDA

R\$ 270.900,00

Marca: RENAULT

Fabricante: RENAULT

Modelo: MASTER EDH NITRE 10 TUG 2023-2024 BRANCA 03CM

Descrição: Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilômetro, ano e modelo não inferior a data de contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista, no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete na cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do município da cidade, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabine e salão) de fábrica, airbag duplo frontal, alarme sonoro de advertência e com advertência de luzes acesas, banco do passageiro encosto reclinável, banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade, rádio am/fm/cd player com função mp3 e conexão bluetooth, anto falantes na cabine e compartimento traseiro, computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses. Totalmente adequados aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Estado:

SP

Cidade:

Ribeirão Preto

Endereço:

AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 237

Nome de Contato:

ACLERJ

Telefone:

(16) 3406-7010

Email:

prestarecompreendimentos@gmail.com

08.299.803/0006-05

BEM ESTAR HOSPITALAR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E MATERIAIS PARA SAUDE

R\$ 271.000,00

Marca: Renault

Fabricante: Renault

Modelo: Master L1H1

Descrição: Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilômetro, ano e modelo não inferior a data de contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista, no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete na cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do município da cidade, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabine e salão) de fábrica, airbag duplo frontal, alarme sonoro de advertência e com advertência de luzes acesas, banco do passageiro encosto reclinável, banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade, rádio am/fm/cd player com função mp3 e conexão bluetooth, anto falantes na cabine e compartimento traseiro, computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado; garantia mínima de 12 (doze) meses. Totalmente adequados aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Endereço:

.

30.103.313/0001-00

IPI MOBILIDADE CORPORATIVA LTDA

R\$ 277.000,00

Marca: FORD

Fabricante: FORD

Modelo: TRANSIT

Descrição: Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilômetro, ano e modelo não inferior a data de contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista, no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete na cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do município da cidade, motor de no mínimo 120 cv, DEMAIS ESPECIFICAÇÃO CONFORME EDITAL.

Estado:

SP

Cidade:

São Paulo

Endereço:

R. AGUAS VIRTUOSAS, 1207

Telefone:

(11) 2256-1528

Email:

brunss@uol.com.br



42.111.926/0001-27

TORQUIMAX MOTORS LTDA

R\$ 290.000,00

Marca: Renault

Fabricante: Renault

Modelo: MASTER MINIBUS 23/24

Descrição: Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilometro, ano e modelo não inferior a data da contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista, no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete no cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do ministério da cidadania, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabine e salão) de fábrica, airbag duplo frontal, alarme sonoro de advertência e com advertência de luzes azuis, banco do passageiro encosto reclinável, banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade, rádio am/fm/cd player com função mp3 e conexão bluetooth, auto falantes no cabine e compartimento traseiro, computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, garantia mínima de 12 (doze) meses. Totalmente adequados aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Endereço:

49.422.071/0001-71

BELLA TRIX VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA

R\$ 300.000,00

Marca: RENAULT

Fabricante: RENAULT

Modelo: MASTER L3H2

Descrição: Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilometro, ano e modelo não inferior a data da contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista, no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete no cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do ministério da cidadania, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabine e salão) de fábrica, airbag duplo frontal, alarme sonoro de advertência e com advertência de luzes azuis, banco do passageiro encosto reclinável, banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade, rádio am/fm/cd player com função mp3 e conexão bluetooth, auto falantes no cabine e compartimento traseiro, computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, garantia mínima de 12 (doze) meses. Totalmente adequados aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Endereço:

R. PSICOLOGA ENCARNACAO RUFFINO COLLADO, 31

Telefone:

(11) 4068-8454

Email:

accaposte@gmail.com

50.205.792/0001-09

MW MOTORS LTDA

R\$ 301.000,00

Marca: RENAULT

Fabricante: RENAULT

Modelo: master minibus

Descrição: Veículo tipo VAN sem acessibilidade zero quilometro, ano e modelo não inferior a data da contratação, envidraçada, com capacidade mínima para 10 passageiros, incluindo o motorista, no mínimo 04 portas, direção hidráulica e/ou elétrica, freio a disco nas 04 rodas, vidros elétricos nas janelas das portas dianteiras, travas elétricas nas portas, jogo de tapetes de borracha ou material similar e carpete no cabine do motorista, na cor branca com padronização visual do ministério da cidadania, motor de no mínimo 120 cv, combustível diesel, ar condicionado (cabine e salão) de fábrica, airbag duplo frontal, alarme sonoro de advertência e com advertência de luzes azuis, banco do passageiro encosto reclinável, banco do motorista com regulagem de inclinação do encosto, assento de altura e profundidade, rádio am/fm/cd player com função mp3 e conexão bluetooth, auto falantes no cabine e compartimento traseiro, computador a bordo, sensor de estacionamento, película solar, todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente, documentação (emplacamento e licenciamento) em nome do ente federado, garantia mínima de 12 (doze) meses. Totalmente adequados aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito. MARCA: RENAULT MODELO: MASTER MINIBUS

Endereço:

09.091.832/0001-35

FLORÊNCIA CAMINHÕES S/A

R\$ 710.000,00

Marca: IVECO

Fabricante: ON-HIGHWAY BRASIL LTDA

Modelo: BUS 10-190 GRAN MICRÔ S3 MASCARELLO

Descrição: IVECO CIRCULO - FABRICANTE: ON-HIGHWAY BRASIL LTDA - MARCA IVECO - MODELO IVECO BUS 10-190 4X2 - CARROÇERIA MASCARELLO GRAN MICRÔ S3 - VEÍCULO TIPO ÔNIBUS (ZERO KM), EM CONFORMIDADE AO EDITAL E ANEXO 1. Veículo tipo ÔNIBUS (KM), ano 2023 modelo 2023 motor diesel Completo - Carroceria e Chassi integrados. Com as características mínimas: Capacidade de 33 passageiros sentados - 02 lugares. Poltronas executivas de medidas 940mm, cada com um duplo, reclináveis reversíveis em decido automático conforme padrão do fabricante. Porta pacotes internos completos. Ar condicionado de teto com distribuição por flutuos nas porta pacotes internos. Cinto de segurança para todos os passageiros tipo retrátil. Tomada tipo USB nas poltronas dos passageiros. Entrada tipo USB; sistema de som com rádio AM/FM, e leitor USB. Janelas com vidros colados com ventanilhas. Cofins em todas as janelas do salão. Porta com alarmamento e ar externo e interno. Dispositivo de acessibilidade conforme norma vigente; Direção hidráulica. Motor com potência mínima de 162 CV; Computador do Bordo; Rodado duplo na traseira; Sistema de bateria de no mínimo 24 volts composto por duas baterias. Tanque de combustível de no mínimo 150 litros de diesel. Combustível diesel S-10 tanque com reservatório de uréia; Freios a Ar, lambdôres e bomba nas rodas dianteiras e traseiras; Dimensões mínimas do veículo: no mínimo 5,3 00 mm; largura Externa de no mínimo 2,160 mm; Altura Externa de no mínimo 2,915 mm; Altura Interna de no mínimo 1,970 mm; Peso Bruto Total de no mínimo 10.000 KG; Caixa de ferramentas com macho, estepe e triangulo de sinalização; Garantia e assistência técnica do chassis e da carroceria de 01 anos conforme o manual do proprietário; Sinal de emergência no teto, laterais. Passageiro traseiro com abertura externa; Parede total de separação; Poltrona para o motorista com amortecimento pneumático. Caixa de ferramentas em macho, estepe e chaves de rodas. Totalmente adequados aos padrões exigidos pelo DETRAN-PR. Provido de todos os equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

Estado:

PR

Cidade:

São José dos Pinhais

Endereço:

R00 COSIURNO LESTE BR 116, 17317

Nome de Contato:

SANDRO

Telefone:

(41) 3213-1315

Email:

sandro@florencia.com.br

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais

R\$ 270.500,00

Site: Ato 2 do IN 65 de 07 de julho de 2021 (Art. 133)



Relatório gerado no dia 25/04/2024 14:51:49 (P: 200,155,132,198)

Código Verificação: ahuPSUT50uJC0mC8agZ0u0rtK0ztsWsPadoi025YqHUBPInEWA%3d%3d

http://www.banco.deprecos.com.br/CertificacaoAutenticidade?token=ahtPSUT50uJC0mC8agZ0u0rtK0ztsWsPadoi025YqHUBPInEWA%253d%253d

Órgão: Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo van através do Convênio 99/2023 - SECTID/PR

Descrição: Veículo transporte - Veículo Transporte Tipo Van, Capacidade Transporte-Passageiros: 11, Potência Mínima: 127 CV, Capacidade Tanque Combustível: 70 L, Combustível: Diesel, Quantidade Portas: 5, Capacidade Mínima Carga: 1.100 KG, Cor: Branca, Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio, Cilindrada Mínima: 2.000 CM3, Ano/Modelo: 0 Km

CatMat: 478938 - Tipo: Van | Capacidade Transporte-Passageiros: 11 | Potência Mínima: 127 CV | Capacidade Tanque Combustível: 70 L | Combustível: Diesel | Quantidade Portas: 5 | Capacidade Mínima Carga: 1.100 KG | Cor: Branca | Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio | Cilindrada Mínima: 2.000 CM3 | Ano/Modelo: 0 Km

Data: 01/11/2023 09:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: N°Pregão:208/2023 - UASG:987885

Lote/Item: 01

Ano: Link An

Atendimento: 07/11/2023 09:51

Homologação: 20/12/2023 17:28

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 1

Unidade: Unidade

UF: PR

CNPJ Razão Social do Fornecedor Valor da Proposta Final

25.228.967/0001-62 PRESTARE COMERCIO DE VEICULOS LTDA R\$ 249.800,00

VENCEDOR

Marca: RENAULT

Fabricante: RENAULT

Modelo: MASTER 15+1 2023/2024 BRANCA 0 KM

Descrição: Aquisição de 01 (um) veículo tipo van através do Convênio 99/2023 SECTID/PR, conforme anexa 07.

Estado: Cidade: Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email:
SP Ribeirão Preto AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 237 ACLERI (16) 3446-7010 prestarecomerciodenoveveis@gmail.com

45.721.815/0001-06 SLARK LICITACOES, SERVICOS E TRANSPORTES LTDA R\$ 249.870,00

Marca: RENAULT

Fabricante: RENAULT

Modelo: MASTER 27 L2H2 PASSAGEIRO 16 LUGARES

Descrição: VEICULO TIPO VAN MICRO ÔNIBUS 15 PASSAGEIROS - 1 MOTORISTA, COM MOTOR A DIESEL DE 136CV, CAMBIO MANUAL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, FREIOS A DISCOS NAS 4 RODAS, AR CONDICIONADO, COM TODOS OS ITENS CONFORME EDITAL ENORMAS DO CONTRAN

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:
SP São Paulo PC DA SE. 199 (11) 8965-5499 rodrigocarneiro2@gmail.com

35.741.140/0001-83 CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA R\$ 250.000,00

Marca: RENAULT

Fabricante: RENAULT DO BRASIL

Modelo: MASTER L2H2 - 15+1 LUGARES

Descrição: Veículo Transporte Tipo: Van, Capacidade Transporte-Passageiros: 11, Potência Mínima: 127 CV, Capacidade Tanque Combustível: 70 L, Combustível: Diesel, Quantidade Portas: 5, Capacidade Mínima Carga: 1.100 KG, Cor: Branca, Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio, Cilindrada Mínima: 2.000 CM3, Ano/Modelo: 0 Km. DEMAIS ITENS DE ACORDO COM EDITAL E TERMO DE REFERENCIA.

Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email:
R. DOLYVA, 1380 CAMINARE MAQUINAS (16) 99204-6083 camminareempresa@hotmail.com

29.016.738/0001-29 SANTA CATARINA COMERCIAL BIRELI R\$ 251.500,00

Marca: JOMPER

Fabricante: PEDROETTO

Modelo: JOMPER 23-23

Descrição: Veículo Transporte Tipo: Van, Capacidade Transporte-Passageiros: 11, Potência Mínima: 127 CV, Capacidade Tanque Combustível: 70 L, Combustível: Diesel, Quantidade Portas: 5, Capacidade Mínima Carga: 1.100 KG, Cor: Branca, Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio, Cilindrada Mínima: 2.000 CM3, Ano/Modelo: 0 Km

Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email:
SP Santo André RUA CATEQUESE, 1171 (11) 2574-2177 (11) 2680-0005 jnicodn@comercial.com.br



Relatório gerado no dia 25/04/2024 14:31:49 (IP: 200.195.132.168)
Código Validação: entUP5UT50cJZ0rC6gZxvQrjKcfsVwPkbz%252bsYqFjU8rPm6VwR%253dt%253d
http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticacao?token=entUP5UT50cJZ0rC6gZxvQrjKcfsVwPkbz%252bsYqFjU8rPm6VwR%253dt%253d

31.022.163/0001-00 SMART.MG.COMERCIO & REPRESENTAÇÃO LTDA

R\$ 261.300,00

Marca: RENAULT
Fabricante: RENAULT
Modelo: MASTER L3H2

Descrição: FABRICAÇÃO/MODELO (Ano) 2023/2024(novo, zero km) 2. MOTOR 2.3 Marca Indicar 2.3. Potência (CV ou HP) 130 CV 2.3. Combustível Diesel 2.4. Norma de atendimento a emissão de poluentes Sim 3. TRANSMISSÃO 3.1. Tipo mecânica ou automática 3.2. N° de marchas/velocidade à frente Mecânica 5 (cinco) marchas 4. DIREÇÃO 4.1. Tipo hidráulica ou elétrica Hidráulica 5. TRACÇÃO DIANTEIRA 6. PNEUS/RODA 6.1. Pneus/Roda/médidas Sim, da linha de montagem, especificar medidas 6.2. Estepe Pneus da linha de montagem, especificar medidas 7. FREIOS 7.1. Sistema de Freios Freio a disco nas quatro rodas com ABS 8. SISTEMA ELÉTRICO 8.1. Sistema Elétrico mínimo (Volts) 12 v 150A 9. CAPACIDADE DE CARGA 9.1. Capacidade de carga PBT homologado (KG) 10. CARROCERIA -TIPO Indicar 10.1. CarrocERIA Rodoviana/Turismo ou Escola/Teto TETO ALTO (TA) 10.2. Capacidade de Passageiros sentados 16 (15 passageiros + 1 Motorista) 10.3. Poltronas tipo, reclinável ou não, e revestimento Poltronas reclináveis em tecido Sim 10.4. Cintos de Segurança para todas as poltronas 10.5. Largura da poltrona 10.6. Luminárias centrais de teto Sim 10.7. Bagageiros 10.8. Cortina em todo o carro Sim 10.9. Sistema de Ar-Condicionado Sim, com ar-condicionado 10.10. Ar bag motorista Sim 10.11. Tacômetro Sim 11. Portas 11.1. Quantidade e tipo da porta lateral direita Travessa 11.2. Saídas de Emergências 12. ACESSÓRIOS 12.1. Espelhos retrovisores Sim 12.2. Kit de Ferramentas Exigido por lei e normas do CONTRAN 12.3. Adesivo da Logomarca do Programa Adesivo 35cmx20cm, 4 cores gerado em <https://paraminterativo.pr.gov.br/placas/index.html> 12.4. Adesivação tipo padrão Escudo ou padrão Municipal Conforme modelo fornecida 12.5. Sirene de Ré e Câmera de Ré Sim 12.6. Vidros elétricos dianteiros Sim 13. GARANTIA 13 (doze) meses da entrada em operação Entrega técnica pelo fornecedor

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MG	Pouso Alegre	AVENIDA PORTURIO RIBEIRO DE ANDRADE, 190	(31) 8426-5141	contato@contabilisj.com.br

30.015.413/0001-00 IPI MOBILIDADE CORPORATIVA LTDA

R\$ 268.500,00

Marca: RENAULT
Fabricante: RENAULT
Modelo: MASTER

Descrição: ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	São Paulo	RUA DAS VIRTUOSAS, 1263	(11) 2256-1538	luciano@uol.com.br

28.305.834/0001-13 ARTHA EMPREENDIMENTOS, COMERCIO E LOCAÇÕES - EIRELI

R\$ 269.800,00

Marca: MASTER
Fabricante: RENAULT
Modelo: L3H2 DIESEL-08M

Descrição: RENAULT MASTER L3H2 DIESEL 08M FABRICAÇÃO/MODELO (Ano) 2022/2023(nov o, zero km) 2. MOTOR 2.3. Marca Indicar 2.3. Potência (CV ou HP) 130 CV 2.3. Combustível Diesel 2.4. Norma de atendimento a emissão de gases Sim 3.1. Tipo mecânica ou automática Mecânica 3.2. No de marchas/velocidade à frente 5 (cinco) marchas 4. DIREÇÃO 4.1. Tipo hidráulica ou elétrica Hidráulica 5. TRACÇÃO Indicar 6. PNEUS/RODA 6.1. Pneus/Roda/médidas Pneus da linha de montagem, especificar medidas 6.2. Estepe Sim, da linha de montagem, especificar medidas 7. FREIOS 7.1. Sistema de Freios Freio a disco nas quatro rodas com ABS 8. SISTEMA ELÉTRICO 8.1. Sistema Elétrico mínimo (Volts) 12v 150A 9. CAPACIDADE DE CARGA 9.1. Capacidade de carga PBT homologado (KG) Indicar 10. CARROCERIA -TIPO 10.1. CarrocERIA Rodoviana/Turismo ou Escola/Teto Alto ou Banco TETO ALTO (TA) 10.2. Capacidade de Passageiros sentados 16 (15 passageiros + 1 Motorista) 10.3. Poltronas tipo, reclinável ou não, e revestimento Poltronas reclináveis em tecido 10.4. Cintos de Segurança para todas as poltronas Sim 10.5. Luminárias centrais de teto Sim 10.6. Bagageiros Indicar 10.8. Cortina em todo o carro Sim Sim, com ar-condicionado 10.10. Ar bag motorista Sim 10.11. Tacômetro Sim 11. Portas 11.1. Quantidade e tipo da porta lateral direita Travessa Indicar 11.2. Saídas de Emergências Obrigatório 12. ACESSÓRIOS 12.1. Espelhos retrovisores 12.2. Kit de Ferramentas Exigido por lei e normas do CONTRAN 12.3. Adesivo da Logomarca do Programa Adesivo 35cmx20cm, 4 cores gerado em <https://paraminterativo.pr.gov.br/placas/index.html> 12.4. Adesivação tipo padrão Escudo ou padrão Municipal Conforme modelo fornecido 12.5. Sirene de Ré e Câmera de Ré Sim, obrigatório 12.6. Vidros elétricos dianteiros Sim 13. GARANTIA 12 (doze) meses da entrada em operação 14. TREINAMENTO MOTORISTAS (durção) DE MECÂNICOS E Entrega técnica pelo fornecedor

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Cruzília	AVENIDA NESSALLA RIBEZ, 503	ALDA	(12) 3143-7714	contato.ficinas01@gmail.com

04.673.147/0001-32 OPEN VEICULOS LTDA

R\$ 269.900,00

Marca: RENAULT
Fabricante: RENAULT
Modelo: MASTER L3H2

Descrição: 1.VEICULO TIPO VAN, ANO 2022/2022, POTENCIA 130 CV, COMBUSTIVEL DIESEL, COM NORMA DE ATENDIMENTO A EMISSÃO DE POLUENTES, TRANSMISSÃO TIPO MECANICA, 5 MARCHAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, PNEUS DA LINHA DE MONTAGEM, FREIOS A DISCO NAS QUATRO RODAS COM ABS, SISTEMA ELÉTRICO 12 V/750 A, CARROCERIA TIPO TETO ALTO (TA), CAPACIDADE DE PASSAGEIROS 16(15 PASSAGEIROS + 1 MOTORISTA), POLTRONAS RECLINÁVEIS EM TECIDO, CINTO DE SEGURANÇA PARA TODAS AS POLTRONAS, E DENAIS ACESSÓRIOS CONFORME MODELO 07 DO EDITAL.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PR	Casa Vel	AV BRASIL, 1339	Viviane / Marcos / Fernanda	(41) 3218-3099	entregatecnica@openveiculos.com.br

43.963.132/0001-21 CIA DE VEICULOS SLAVIERO LTDA

R\$ 270.000,00

Marca: FORD
Fabricante: FORD
Modelo: TRANSIT L3H2

Descrição: Veículo Transporte Tipo Van, Capacidade Transporte Passageiros: 14, Potência Mínima: 127 CV, Capacidade Tanque Combustível: 70 L, Combustível: Diesel, Quantidade Portas: 5, Capacidade Máxima Carga: 1.000 KG, Cor: Branco, Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente Frio, Cilindrado Mínimo: 2.000 CM3, Ano/Modelo: 0 Km

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PR	Curitiba	AV PRESIDENTE KENNEDY, 5878	Edilson	(41) 3053-3620	edilson@fortslaviero.com.br

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
51.370.642/0001-06	IACCIO & CIA LTDA	R\$ 271.000,00
Marcas: Ford Fabricante: Ford Modelo: TRANSIT Descrição: Veículo Transporte Tipo Van, Capacidade Transporte Passageiros: 11, Potência Mínima: 127 CV, Capacidade Tanque Combustível: 70 L, Combustível: Diesel, Quantidade Portas: 5, Capacidade Mínima Carga: 1.100 KG, Cor: Branca, Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio, Cilindrado Mínimo: 2.000 CM3, Ano/Modelo: 0 Km, NOS MOLDES DO EDITAL E ANEXOS		
Estado: PR	Cidade: Cascavel	Endereço: R. MATO GROSSO, 1790
Nome do Contato: VALTER		Telefone: (45) 3920-8906
		Email: financio1@veiculos.mil.br

30.282.049/0001-52	CLJ VEICULOS EIRELI	R\$ 271.100,00
Marcas: Renault Fabricante: Renault Modelo: Master L Descrição: Aquisição de veículo tipo VAN. Veículo Transporte Tipo Van, Capacidade Transporte Passageiros: 11, Potência Mínima: 127 CV, Capacidade Tanque Combustível: 70 L, Combustível: Diesel, Quantidade Portas: 5, Capacidade Mínima Carga: 1.100 KG, Cor: Branca, Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio, Cilindrado Mínimo: 2.000 CM3, Ano/Modelo: 0 Km. O prazo de fornecimento é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Fornecimento. O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas pelo pregoeiro. O prazo de garantia do objeto é de 12 (doze) meses, conforme características técnicas. O signatário da presente, representando legalmente constituído da proponente, declara que, se vencedor do presente certame, fornecerá, durante o período de garantia as suas expensas e após a garantia, por no mínimo 60 (sessenta) meses, as expensas do Contratante, as alterações, substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como, falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sob pena de aplicação da penalidade prevista no edital. Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Declaramos que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, taxa de administração, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão de obra e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto desta licitação e inclusão da composição dos preços ofertados. A assistência técnica será prestada conforme consta no edital.		
Estado: SP	Cidade: Itapira	Endereço: RUA MARIO BUKUCS-TILHO, 32
		Telefone: (11) 4586-7630
		Email: lives11@jicocontabilidade.com.br

40.422.071/0001-71	BELLATRIX VEICULOS E SERVICOS LTDA	R\$ 276.600,00
Marcas: RENAULT Fabricante: RENAULT Modelo: MASTER L3H2 Descrição: VEICULO TIPO VAN, 130 CV, TETO ALTO, BANCO RECLINAVEL, 16 LUGARES, COM TODAS ESPECIFICAÇÕES COORM EDITAL E TR		
Endereço: R. PSICOLOGA ENCARNACAO RUFFINO COLLADO, 51	Telefone: (11) 4068-8455	Email: accaprece@gmail.com

08.299.003/0006-05	BEM ESTAR HOSPITALAR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E MATERIAIS PARA SAUDE	R\$ 292.000,00
Marcas: Renault Fabricante: Renault Modelo: Master L3H2 Descrição: VEICULO TIPO VAN 15 LUGARES; Veículo (ZERO) KM, ano de fabricação não inferior a 2021, Tipo Van, Capacidade mínima para 14 (quatorze) estudantes sentados mais o condutor; poltronas individuais reclináveis no compartimento de passageiros; combustível diesel; Potência mínima de 130 CV, com os opcionais, Ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, mínimo 05 marchas, tração dianteira, freio a disco nas 04 rodas, escape diante da linha de montagem (Aço Inoxidável H2 S ou homogêneo) para 225/65R16 rodas aço 6.5, DO16 F2 560 vito alto promotor de Carter, navas elétricas, 12V/ 150 A, vidros elétricos dianteiros, rádio AM/FM com cd player, ou dispositivo superior ou equivalente de mídia, antena e alto falante, jogo de tapetes, capacidade de carga 1575kg, Sistema de câmara de ré com sensor de alerta, direção assistida, sensor giro, apoio de braço para o motorista, acionamento da água do moto Todos os itens de segurança e obrigatórios de acordo com a legislação vigente. Garantia do veículo: 12 Meses, 2 Portas Dianteiras, 1 Porta direita Lateral de correr e 2 portas traseiras. O veículo deverá conter o tipo "TRANSPORTE ESCOLAR", nas laterais e na parte traseira, conforme Legislação. Abaixo, modelo ilustrativo: Adesivo 35cmx20cm, 4 cores gerado em: https://portalinterativo.pr.gov.br/placa/midia.html		
Endereço: -		

03.402.181/0001-70	CENTER AUTOMOVEIS LTDA	R\$ 309.000,00
Marcas: TRANSIT Fabricante: FORD MOTOR COMPANY Modelo: TRANSIT L3H2 Descrição: Veículo Transporte Tipo Van, Capacidade Transporte Passageiros: 11, Potência Mínima: 127 CV, Capacidade Tanque Combustível: 70 L, Combustível: Diesel, Quantidade Portas: 5, Capacidade Mínima Carga: 1.100 KG, Cor: Branca, Características Adicionais: Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio, Cilindrado Mínimo: 2.000 CM3, Ano/Modelo: 0 Km		
Estado: PR	Cidade: Curitiba	Endereço: R XV DE NOVENBRO, 2533
		Telefone: (41) 3017-7000
		Email: contabilidade@grupohungul.com.br



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
18.850.063/0001-35	J. C. B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 312.850,00
Marca: RENAULT Fabricante: RENAULT Modelo: MASTER L2H2 Descrição: 1. MARCA/MODELO Indicar RENAULT MASTER L2H2 1.1. Fabricação/modelo (Ano) 2021/2022 (zero km) 2. MOTOR 2.1. Marca Indicar RENAULT 2.2. Minima potência efetiva (liquida (CV) 130 CV 136 CV 2.3. Combustível Diesel Diesel 2.4. Norma de atendimento a emissão de poluentes Sim Sim Estado: Cidade: Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email: PR Londrina R. RIBEIRÃO FREITO, 140 Carlos Henrique Correa (43) 3338-7221 comercio@revelsalor.net.br		

47.341.005/0001-00	FENIX DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	R\$ 330.000,00
Marca: RENAULT Fabricante: RENAULT Modelo: MASTER L2H2 VAN 15+1 PASS. Descrição: Veículo Transporte Tipo: Van, Capacidade Transporte Passageiros 11, Potência Mínima 127 CV, Capacidade Tanque Combustível 70 L, Combustível Diesel, Quantidade Portas 5, Capacidade Mínima Carga 1.100 KG, Cor Branca, Características Adicionais Direção Hidráulica, Ar Condicionado, Ar Quente/Frio, Cifradrail, Minima 2.000 CM3, Ano/Modelo 0 Km Endereço: 		

31.479.723/0001-26	BELISA COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 390.000,00
Marca: RENAULT Fabricante: RENAULT Modelo: MASTER Descrição: RENAULT MASTER 15+1 PASSAGEIROS. Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email: SP São Paulo AV IMP LEOPOLDINA, 1248 (11) 5071-5535 celimogueria@terra.com.br		

51.552.005/0001-68	NOVO HORIZONTE COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 400.000,00
Marca: FORD Fabricante: FORD Modelo: TRANSIT Descrição: 1.1 FABRICAÇÃO/MODELO (Ano) 2022 (2022 (nov 0, zero km) 2. MOTOR 2.1. Marca Indicar 2.2. Potência (CV ou HP) 120 CV 2.3. Combustível Diesel 2.4. Norma de atendimento a emissão de gases Sim 1.1 Tipo mecânica ou automática Mecânica 1.2. No de marchas/velocidade a frente 5 (cinco) marchas 4. DIREÇÃO 4.1 Tipo Hidráulica ou elétrica Hidráulica 5. TRACÇÃO Indicar 6. PNEUS/RODA 6.1 Pneu/Roda/melhora Pneu da linha de montagem, especificar medidas 6.2 Estepe Sim, da linha de montagem, especificar medidas 7. FREIOS 7.1 Sistema de Freios Freio a disco nos quatro rodas com ABS 8. SISTEMA ELÉTRICO 8.1 Sistema Elétrico mínimo (Volts) 12v 1150A 9. CAPACIDADE DE CARGA 9.1 Capacidade de carga PBT homologado (KG) Indicar 10. CARROCERIA-TIPO 10.1 Carroceria Rodoviária/Turismo ou Escolar/Teto Alto ou Baixo TETO ALTO (TA) 10.2 Capacidade de Passageiros sentados 16 (16 passageiros + 1 Motorista) 10.3 Poltronas tipo, reclinável ou não, e revestimento Poltronas reclináveis em tecido 10.4 Cintos de Segurança para todas as poltronas Sim 6. Luminárias centrais de teto 10.7 Banqueiros 10.8 Cortina em todo o carro Sim Indicar Sim/Sim, com ar-condicionado 10.10 Ar bag motorista Sim 10.11 Tacógrafo 11. Portas 11.1 Quantidade e tipo da porta lateral direita (fraseira) 11.2 Saídas de Emergência 12. ACESSÓRIOS 12.1 Espelhos retrovisores (2.2. Kit de Ferramentas 2.3 Adesivo da Logomarca do Programa Sim Indicar Observatório Exigido por lei e normas da CONTRAN Adesivo 35cmx30cm, 4 cores getido em https://pumainterativo.pr.gov.br/placas/index.htm 12.4 Adesivação tipo padrão Escolar ou padrão Minimo/gua Conforme modelo fornecido 12.5 Sirene de 84 e Câmera de 84 Sim, obrigatório 12.6. Midros elétricos diâmetros Sim 13 GARANTIA 12 (doze) meses da entrada em operação MARCA: FORD MODELO: TRANSIT Endereço: 		

Preço (Outros Entes Públicos): Mediana das Propostas Finais

R\$ 291.000,00

Ino. 11/Art. 9º da IN 65 de 07 de julho de 2021 (Art. 14.133)



Órgão: MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU

Data: 08/03/2024 09:01

Objeto: Aquisições de 02 (dois) veículos (VANS), conforme Resoluções nº 769/2019, nº 506/2023 e nº 08/2023, Termo de Adesão nº 04/2023 e nº 05/2023, (Programa de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo-a-fundo), em atendimento à Secretária Municipal de Saúde.

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: NÃO

Identificação: 01-2024-CÂNDIDO DE ABREU-PR

Lote/Item: 2/

Ata: [Link Ata](#)

Fonte: <https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1>

Quantidade: 1

Unidade: UN

UF: PR

Descrição: VEÍCULO TIPO VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA 10 + 1 PASSAGEIROS, COM ACESSIBILIDADE (ACESSO 01 CADEIRANTE), COR PREDOMINANTE BRANCA, ANO/MODELO: 2023/2024, 0 (ZERO) KM RODADOS, CINTOS DE SEGURANÇA 3 PONTOS PARA PASSAGEIROS, TETO ALTO, ENTRE EIXOS MÍNIMO DE 4,3 - VEÍCULO TIPO VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA 10 + 1 PASSAGEIROS, COM ACESSIBILIDADE (ACESSO 01 CADEIRANTE), COR PREDOMINANTE BRANCA, ANO/MODELO: 2023/2024, 0 (ZERO) KM RODADOS, CINTOS DE SEGURANÇA 3 PONTOS PARA PASSAGEIROS, TETO ALTO, ENTRE EIXOS MÍNIMO DE 4,32MM, MOTOR DE POTÊNCIA MÍNIMA 1,36 CV, MÍNIMO 2,0 MÓVIDO A ÓLEO DIESEL, COM INJEÇÃO ELETRÔNICA, DIREÇÃO ELÉTRICA, CAIXA MANUAL 6 MARCHAS PRA-FRENTE E 1 MARCHA RÉ, TRACÇÃO NO TEXO DIANTEIRO, SUSPENSÃO DIANTEIRA INDEPENDENTE, MOLAS TRANSVERSAIS AMORTECEDOR HIDRÁULICO E BARRA ESTABILIZADORA, SUSPENSÃO TRASEIRA COM FEICITE DE MOLAS E AMORTECEDORES, CAPACIDADE MÍNIMA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 50 LITROS, AR-CONDICIONADO DUPLA (CABINE E SALÃO) E TACÓGRAFO, DUAS PORTAS (MOTORISTA E PASSAGEIRO), PORTA LATERAL DO COMPARTIMENTO DO PACIENTE E DUAS PORTAS TRASEIRAS COM ABERTURA HORIZONTAL, EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS EXIGIDOS POR LEI E NORMAS DO CONTRAN, RADIO ENTRADA USB, INTERFAÇE E BLUETOOTH, GARANTIA DE 12 MESES, VIDRO ELÉTRICO, TRAVA ELÉTRICA, PNEUS NOVOS E ORIGINAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DA FABRICANTE, FREIOS ABS ASSISTENTE DE VENTO LATERAL, ASSISTENTE ATIVO DE FRENAGEM, ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA, SENSOR DE ESTACIONAMENTO E ALARME SONORO DE MARCHA RÉ, CÂMERA DE RÉ, AIRBAG FRONTAIS IDOISI MOTORISTA E PASSAGEIRO, FAROL DE NEBLINA DIANTEIRO, PESO BRUTO TOTAL MÍNIMO DE 3.500 KG. O VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE ADESTIVADO EXTERNAMENTE CONFORME PADRÃO DA SPSA, DE ACORDO COM O LINK https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_resumos/files/documento/2023-01/Nota_sesa_2023_1.pdf, bem como incluir o Logó do Município nas laterais e traseira do veículo.

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
27.310.550/0001-40	B & F VEICULOS ESPECIAIS LTDA	R\$ 277.000,00
VENCEDOR		
Marca: Marca não informada		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
SP	Ribeirão Preto	R. ANTONIO MOISES SAADI, 470
Nome de Contato:		Telefone:
Emerson		(16) 3446-7910
Email:		circamento@bfveiculos.com.br
33.441.094/0001-64	ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 280.700,00
Marca: Marca não informada		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
PR	Londrina	RUA EUCLETTES DA CUNHA, 206
Nome de Contato:		Telefone:
ANA		(43) 3338-7221
Email:		comercio11@web-silor.net.br
26.991.097/0001-13	SIEMA MAQUINAS E REPRESENTACOES LTDA	R\$ 284.600,00
Marca: Marca não informada		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
MT	Lavras	AV JOAO AURELIANO, 961
Nome de Contato:		Telefone:
Bruno		(35) 9270-0002
Email:		xyzmatvpt@centacosmat@gmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
45.721.815/0001-06	SHARK LICITAÇÕES, SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	R\$ 284.700,00

Marca: Marca não informada
 Fabricante: Fabricante não informado
 Descrição: Descrição não informada

Estado: SP Cidade: São Paulo Endereço: RUA SE...99 Telefone: (11) 8963-5499 Email: rodrigocarrazedo@gmail.com

44.403.694/0001-83	K3 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 284.750,00
--------------------	---------------------------------	----------------

Marca: Marca não informada
 Fabricante: Fabricante não informado
 Descrição: Descrição não informada

Estado: MG Cidade: Sete Lagoas Endereço: RUA ITACAMBIRA, 80 Telefone: (31) 3773-6200 Email: mare@contabilidadeanalisa.com

48.128.031/0001-59	EAC VEICULOS LTDA	R\$ 284.900,00
--------------------	-------------------	----------------

Marca: Marca não informada
 Fabricante: Fabricante não informado
 Descrição: Descrição não informada

Endereço:

46.769.124/0001-76	LION KING VEICULOS ESPECIAIS E TRANSPORTADORA LTDA	R\$ 289.000,00
--------------------	--	----------------

Marca: Marca não informada
 Fabricante: Fabricante não informado
 Descrição: Descrição não informada

Endereço:

30.105.433/0001-00	IPI MOBILIDADE CORPORATIVA LTDA	R\$ 289.999,00
--------------------	---------------------------------	----------------

Marca: Marca não informada
 Fabricante: Fabricante não informado
 Descrição: Descrição não informada

Estado: SP Cidade: São Paulo Endereço: R. AGULHAS VIRTUOSAS, 1205 Telefone: (11) 3258-1528 Email: betass@uol.com.br

38.120.508/0001-04	G10 TRANSFORMADORA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 291.000,00
--------------------	--	----------------

Marca: Marca não informada
 Fabricante: Fabricante não informado
 Descrição: Descrição não informada

Estado: GO Cidade: Tamatã Endereço: AV PRESIDENTE VARGAS, 1579 Nome de Contato: Rafael Telefone: (62) 99305-1837 Email: g10transformadora1@gmail.com

37.508.677/0001-45	SMART FIBRAS LIRELI	R\$ 293.000,00
--------------------	---------------------	----------------

Marca: Marca não informada
 Fabricante: Fabricante não informado
 Descrição: Descrição não informada

Estado: GO Cidade: Goiânia Endereço: RUA DA PAZ, 400 Telefone: (62) 8618-8328 Email: rrvonit2018@gmail.com

03.093.776/0001-91	MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS LTDA	R\$ 298.000,00
--------------------	---	----------------

Marca: Marca não informada
 Fabricante: Fabricante não informado
 Descrição: Descrição não informada

Estado: SP Cidade: São Paulo Endereço: AV. MARQUES DE SÃO VICENTE, 009 Telefone: (19) 3661-4061 Email: controladageralcontabil@gmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
30.262.049/0001-83	CLJ VEICULOS EIRELI	R\$ 308.000,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
SP	Itupeva	RUA MARIO BURGOS FILHO, 52
Telefone:	Email:	
(11) 4586-7630	fisc01@pcccontabilidade.com.br	

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.250.792.0001-60	CONCEPTO ESCRITORIO, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI	R\$ 340.000,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
GO	Fazenda Nova	AV GOUAS, S/N
Nome de Contato:	Telefone:	Email:
Amir Augusto	(62) 3385-3050	conceptoescritorio01@gmail.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
29.322.773.0002-57	COMERCIO AUTOMÓVEIS ESTALDO DO RIO LTDA	R\$ 349.200,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
23.008.729.0001-00	INGA CAMINHÕES LTDA	R\$ 350.000,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
SC	Joinville	ROD BR 101, S/NR
Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PAULO	(48) 3468-0800	paulo.dutari@ingacaminhoes.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
26.186.156.0001-30	B&F NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 379.000,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
20.901.717.0001-11	BRUNISA COMERCIO E SERVIÇOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE LTDA	R\$ 450.000,00
Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
SP	São Paulo	AV IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 1248
Telefone:	Email:	
(11) 2014-7679 (11) 3873-9972	a.11.betabre@gmail.com	



Extrato de fontes Utilizadas neste relatório

ATENÇÃO: O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos procedimentos de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio público, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficiente.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Banco Nacional de Compras

<https://bnecompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1>

Data: 03/04/2024 14:48:48

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - ComprasNet

www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 13/11/2023 14:10:07

Acessar a fonte [aqui](#)





Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 019

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de pesquisa e preços que foi solicitado

Alto Paraíso - Paraná, 25 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Agente de Contratação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP Nº	Data da Elaboração: 25/04/2024
ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de: SAÚDE Número do processo administrativo:	

INTRODUÇÃO:

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que, apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Deste modo, se busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - JUSTIFICATIVA PREVISÃO: art. 18, § 1º, I da Lei n. 14.133/21

A PRESENTE LICITAÇÃO É A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO, TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO QUILOMETRO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE. Faz necessário, tendo em vista ser imprescindível para que possamos dar continuidade ao transporte sanitário a população que necessita de atendimentos especializados de saúde no CISA AMERIOS – Consórcio Intermunicipal de Saúde, com sede na cidade de Umuarama – PR.

Ainda é de informar que o recurso para a cobertura desta aquisição é oriundo da Resolução SESA nº 769/2019 com complementação de contrapartida municipal.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PREVISÃO: art. 18, § 1º, II da Lei n. 14.133/21

A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, contudo, será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente. Vale ressaltar quando da elaboração do PCA, deve ser verificado se a pretensa contratação se compatibiliza com as outras peças de planejamento (PPA, LDO, LOA), e que a contratação se compatibiliza com os demais instrumentos de planejamento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO PREVISÃO: art. 18, § 1º, III da Lei 14.133/21

Para que o objeto da contratação seja contratado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021.

O veículo tipo de passeio, tipo van 10 lugares + 01 Motorista, deverão atender aos requisitos presentes no Termo de Referência/Edital, nos itens que lhe forem competentes, tendo como obrigações principais seguir todas as exigências em especificação.

4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO art. 18, § 1º, IV e VI da Lei n. 14.133/21

Para atendimento da demanda será adquirido 01 (um) veículo com as características gerais elencadas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	FORMA DE DESEMBOLSO
01	VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM	01	PARCELA UNICA
VEÍCULO NOVO TIPO VAN, ZERO KM, AR CONDICIONADO, BANCO DO MOTORISTA RECLINÁVEL E REGULAGEM DE ALTURA, CONTROLE DE ESTABILIDADE, ASSISTENTE DE SUBIDA EM RAMPA (HILL HOLDER), CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE TRÊS PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA PARA MOTORISTA, AIR BAGS MOTORISTA, AJUSTES DO VOLANTE ALTURA E PROFUNDIDADE, VIDROS E RETROVISORES ELÉTRICOS, COMPUTADOR DE BORDO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, ELÉTRICA OU ELETRO HIDRÁULICO, POTÊNCIA MÍNIMA 1.5 TURBO DIESEL COM 127 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA: 1100KG, COMPRIMENTO MÍNIMO DO VEÍCULO (MM) : 5.308, CAPACIDADE PARA 11 PASSAGEIROS, SENDO 10 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA, AR CONDICIONADO TRASEIRO, POLTRONAS RECLINÁVEIS EM COURVIN, CINTOS DE SEGURANÇA PASSAGEIROS, REVESTIMENTO TETO E LATERAL EM ABS, ISOLAÇÃO TERMO ACÚSTICA DO TETO, ASSOALHO EM COMPENSADO E PASSADEIRA DE VINIL AUTOMOTIVO, ILUMINAÇÃO INTERNA DOS PASSAGEIROS EM LED, EXTINTOR 4 KG COM SUPORTE, FAIXAS REFLETIVAS LATERAIS E TRASEIRA, CORTINA LATERAL PARA PASSAGEIROS, VIDROS LATERAIS, TACÓGRAFO ELETRÔNICO DIGITAL, GARANTIA MÍNIMA 36 MESES OU 100.000 (CEM MIL) KM. DEMAIS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE USO OBRIGATÓRIO E EXIGIDOS POR LEIS, PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO			

CONTRAN, DETRAN, DENATRAN E DEMAIS ÓRGÃOS REGULADORES DO SETOR. VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O PADRÃO DE ADESIVAGEM SESA INCLUINDO LOGO DO MUNICÍPIO CONFORME O MODELO EM ANEXO.

A solução está estimada em **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO, TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO QUILOMETRO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE** e levou em conta preço de forma mediana.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

Considerando a pesquisa prévia realizada junto ao setor requisitante, nos termos do anexo, chegou-se ao valor de R\$ 273.800,00 (duzentos e setenta e três mil e oitocentos reais).

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO PREVISÃO: art. 18, § 1º, V da Lei n. 14.133/21

Para a aquisição pretendida foram realizadas análises a contratações semelhantes realizadas por outros órgãos públicos, pesquisa de preço nas concessionárias da região, consulta no BANCO DE PREÇOS, análise de viabilidade e economicidade quanto a adquirir ao invés de alugar, em conformidade com a IN 73/2020 - Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Sendo que para as necessidades apresentadas a melhor solução é a aquisição do veículo ora descrito.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - 18, § 1º, VII da Lei n. 14.133/21

Como resultados pretendidos podemos destacar: maior conforto e segurança aos usuários, melhor performance e rendimento de combustível, melhor controle de uso e manutenção, menores gastos com manutenções e trocas de peças, otimização dos recursos públicos, maior conservação do meio ambiente uma vez que os veículos novos são fabricados dentro das normas vigentes de sustentabilidade e baixa emissão de poluentes.

Prestação de serviços rotineira com melhores ferramentas e atendimento às determinações de órgãos de controle de forma mais célere.

A compra do veículo, visa a atender às necessidades da SECRETARIA DE SAÚDE, através de realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Sendo notório salientar, que existem diferentes modelos, que por ventura possam afetar na qualidade dos itens. Desta forma, para a compra do item o mesmo deverá obedecer aos requisitos técnicos.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

Para a solução em questão não será adotada o parcelamento haja vista a possibilidade de elevado número de processos licitatórios, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração, quando não houver o sincronismo dos fornecimentos a serem entregues no que se refere aos fluxos, que podem ser interrompidos por eventuais desarmonias entre os fornecedores, prejudicando o cronograma da Administração.

Considerando a natureza do serviço, não haverá parcelamento da solução, realização de uma única licitação, com todo o objeto sendo adjudicado (concedido, atribuído) a um licitante único.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - art. 18, § 1º, IX da Lei n. 14133/21

Com a presente contratação deseja-se adquirir bens com padrão de qualidade necessária para uma melhor realização dos serviços públicos. Além disso, a contratação visa possibilitar o atendimento das inúmeras solicitações de serviços junto a secretaria demandante no atendimento dos serviços a serem realizados para seu melhor desempenho no trabalho, ao adquirir o veículo mais moderno e com tecnologias e avanços implementados pela própria indústria automobilística ao longo dos anos, entende-se que os carros novos são mais eficazes e eficientes do que um mesmo modelo de anos anteriores. Uma frota de veículos moderna traz redução com manutenção veicular, possuem melhor desempenho e economia além de acompanhar as novas exigências de sustentabilidade e impactos ao meio ambiente determinados pelas atualizações em legislações de órgãos de regulamentação. Pensando além de ganhos materiais e de economia, o transporte de passageiros em veículo seguro e com tecnologias que auxiliam sua dirigibilidade, conduzem com qualidade e segurança os funcionários da Instituição no desempenho de suas atividades. Conduzem com qualidade e segurança os funcionários da Instituição no desempenho de suas atividades.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS - art. 18, § 1º, X da Lei n. 14.133/21

Previamente à celebração do contrato, se faz imperioso que os servidores sejam capacitados quanto a fiscalização e gestão contrato, para o a perfeita utilização do bem, a ser contratado bem como sobre as orientações sobre a importância da manutenção.

Em razão do grau de pequena complexidade da contratação não se vislumbra necessidades de tomada de maiores providências de adequações para a solução ser contratada.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES art. 18, § 1º, XI da Lei n. 14.133/21

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS - art. 18, § 1º, XII da Lei n. 14.133/21

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos trazidas pelas legislações correlatas, além daqueles trazidos pelo próprio - INMETRO.

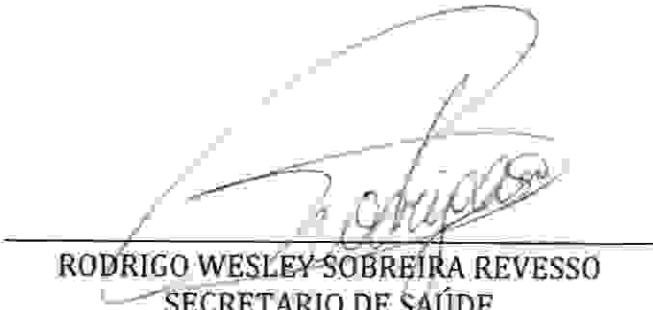
13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - 18, § 1º, XIII da Lei n. 14.133/21

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Alto Paraíso - PR., 25 de abril de 2024.

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar:



RODRIGO WESLEY SOBREIRA REVERSO
SECRETARIO DE SAÚDE

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO - ÁREA TÉCNICA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

MATRIZ DE RISCO


Risco 01: Licitação Deserta
Probabilidade: Baixa;
Impacto: Alto;
Ação Preventiva: Planejamento considerando as atuais necessidades;
Risco 02: Contratada com serviços desqualificados
Probabilidade: Baixa;
Impacto: Alto;
Ação Preventiva: Constar no Edital a análise dos requisitos imprescindíveis à contratação;
Ação de Contingência: Exigir comprovações e solicitar que a Contratada tome as providências cabíveis caso seja necessário;
Risco 03: Não conformidade com as medidas exigentes
Probabilidade: Baixa;
Impacto: Alto;
Ação Preventiva: Fiscalização dos serviços com as normas exigentes;
Ação de Contingência: Solicitar que a Contratada refaça o serviço adequado;
Risco 04: Atrasos na Entrega
Probabilidade: Baixa;
Impacto: Alto;
Ação Preventiva: Notificar a empresa para que a mesma cumpra o prazo estabelecido;
Ação de Contingência: Aplicar sanção do Contrato.

Alto Paraíso - PR, 25 de Abril de 2024.

Elaborado por:


Wesley Rafael Felipe
Matrícula: 12688-1

Revisado por:


RODRIGO W. S. REVERSO
SECRETARIA DE SAÚDE



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

SECRETARIA DE SAÚDE

Alto Paraíso - PR., 25 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

027

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

DECLARO para os devidos fins de direito e em cumprimento ao Art. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000, que revendo o orçamento vigente para o exercício de 2024, existe saldo orçamentário para cobertura das despesas descritas na solicitação da Comissão de Licitações, nas seguintes dotações, do orçamento vigente:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
35851	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35852	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35854	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35856	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35857	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR., 25 de Abril de 2024.

RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE
CONTADOR



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

028

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos Processo Nº. 023/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 25 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

029

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, para a **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias.

SECRETARIA DE SAÚDE

Alto Paraíso - PR., 25 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

090

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

A Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, em atendimento a SETOR DE LICITAÇÕES, e atendendo ao que dispõe o Art. 72, IV da Lei Federal nº. 14.133/21, declaro que há na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-Pr, recursos orçamentários e financeiros sobre as rubricas, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, abaixo discriminadas.

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
35851	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35852	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35854	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35856	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35857	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Nada mais tendo a declarar.

Alto Paraíso - PR, 25 de Abril de 2024.

JOB REZENDE NETO
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

031

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos Processo Nº. 023/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a declaração de **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS** na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 25 de Abril de 2024.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

032

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Gabinete do Prefeito, para a **AUTORIZAÇÃO** do objeto a ser licitado, para as seguintes secretarias:

SECRETARIA DE SAÚDE

Alto Paraíso - PR., 25 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

033

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

RESOLVO:

Autorizar a abertura de processo administrativo para os Serviços acima mencionados, devendo os autos serem encaminhados ao **Setor de Licitação** para as providências cabíveis, colhendo-se proposta, verificando-se o valor de mercado praticado e a habilitação da empresa, para a aquisição e que atendam às exigências da Lei 14.133/2021.

Requeiro que sejam disponibilizados os recursos orçamentários e financeiros, bem como apresentado dotação orçamentária e suporte financeiro para cobrir as despesas dos serviços solicitados, tendo em vista que a cobertura das despesas solicitadas será com recursos do duodécimo;

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a ocasião para renovar-lhe voto de real estima e apreço.

Publique-se e Cumpra-se.

Alto Paraíso - PR., 25 de Abril de 2024.

Atenciosamente,

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaíso.pr.gov.br
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

034

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 08/03/2024

Edição N.º 12.965

PORTARIA Nº 046/2024

SÚMULA: DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES ESSENCIAIS INERENTES À EXECUÇÃO DA LEI Nº 14.133, DE 2021, E SEUS REGULAMENTOS, ALÉM DE SER O RESPONSÁVEL PELOS PROCEDIMENTOS DE COMPRA DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DERCIO JARDIM JUNIOR do Município de Alto Paraíso - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 3187 de 21 de Fevereiro de 2024 que trata de Agente de Contratação;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal nº 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO, o caput do art. 8º e ainda que conforme o parágrafo 1º do artigo art. 8º a Lei Federal 14.133/2021, o agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio.

CONSIDERANDO que conforme o Decreto n. 3187 de 21 de Fevereiro de 2024, o Agente de Contratação poderá ser o responsável pela Condução dos Procedimentos de Compra Direta ou em caso de ser outra pessoa que não o Agente de Contratação nos termos do Decreto Municipal, deverá haver nova designação;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear no âmbito Executivo Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, o Agente de Contratação abaixo relacionado, para receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares, além da condução do procedimentos de Compra Direta.

Agente de Contratação:

- NOME: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
- Matrícula – 12009-1



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
www.altoparaíso.pr.gov.br
e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

035

Equipe de Apoio:

- NOME: Cinthia Laize Zagoto
Matrícula – 12505-1
- NOME: Marilda Rosa do Nascimento da Silva
Matrícula – 12513-1
- NOME: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva
Matrícula – 12408-1

§1º - No âmbito da modalidade pregão, o Agente de Contratação será designado pregoeiro.

§2º - Quando do processo de contratação direta (dispensa, inexigibilidade de licitação) o mesmo será conduzido pelo Agente de Contratação ou por outro servidor a ser designado pela autoridade competente em Portaria própria, nos termos do art. 72 da lei 14.133/2021.

Art. 2º - O Agente de contratação será assistido em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 3º - O Agente de Contratação, deverá ainda observar, no desempenho das suas funções, os regulamentos que vierem a ser aprovados e que serão recepcionados por esta portaria, inclusive sobre ela prevalecendo, caso haja conflito das suas redações.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial as portarias nº 072 e 073 ambas do dia 29 de Março de 2023.

Alto Paraíso, Estado do Paraná, 07 de Março de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

038

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos, ao SETOR DE LICITAÇÕES com a **AUTORIZAÇÃO** para elaboração de edital licitação na qual solicitei.

Alto Paraíso - PR., 25 de Abril de 2024.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

037

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, **do Decreto Municipal nº 3195/2024**, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

1. DA LICITAÇÃO

1.1 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.2 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h30min horas do dia 17/05/2024.

1.3 ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h31min às 09h00min horas do dia 17/05/2024.

1.4 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 17/05/2024.

1.5 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

1.6 MODO DE DISPUTA: ABERTO

1.7 LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: <https://www.bll.org.br>.

1.8 REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

1.9 INFORMAÇÕES:

1.9.1 eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, situado na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro, OU por meio do Telefone 44-3664-1320.

1.9.2 para acompanhar o processo licitatório, o proponente deverá acessar o site bllcompras.com/Home/Login – Acesso Público – Promotor **“Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná”**.

1.10 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.10.1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, por meio do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da **BLL COMPRAS**.

1.10.2 os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, designado pela autoridade competente, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 046/2024 de 07 de Março de 2024, mediante a inserção e



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

038

monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da BLL COMPRAS (www.bll.org.br).

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Portal da BLL em tempo hábil, antes do horário fixado no Edital para o encerramento de recebimento das propostas.

2.2 os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no endereço <https://www.bll.org.br>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS TÉCNICOS QUE INVIABILIZEM O CADASTRO DO FORNECEDOR NA PLATAFORMA BLL COMPRAS A TEMPO DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO. BEM COMO POR ORIENTAR O SISTEMA. DESTE MODO, RECOMENDA-SE QUE OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME, EFETUEM O CADASTRO O MAIS BREVE POSSÍVEL, DE MODO A EVITAR TRANSTORNOS POR QUESTÕES RELATIVAS À INTERNET OU À INCOMPATIBILIDADE DE HARDWARE, SOFTWARE OU QUAISQUER OUTRAS QUESTÕES QUE POSSAM PREJUDICAR A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTE. EM CASO DE DÚVIDA, O LICITANTE DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO DIRETAMENTE COM A PLATAFORMA BLL COMPRAS.

2.2.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada – diretamente ou por seu representante – no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do processo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3 não poderão participar desta Licitação os fornecedores:

2.3.1 que não atendam às condições deste Edital de Licitação e seu (s) anexo (s);

2.3.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

039

- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo licitatório ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- g) Agente público do órgão ou entidade licitante.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. Aplica-se o disposto no item “c)” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.3.3.3. A vedação de que trata o item “g)” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16, da Lei nº 14.133/21.

2.4.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, poderão ser estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, através do telefone (41) 3097-4600 ou e-mail contato@bll.org.br.

3. DO INGRESSO NO PREGÃO ELETRÔNICO E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa do Pregão Eletrônico se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma desta Seção.

3.2. Após a divulgação do Edital de Pregão Eletrônico, o licitante interessado deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a proposta com a descrição do



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

040

objeto ofertado, a marca/modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante apresentará declaração de que:

3.3.1 A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 O fornecedor enquadrado como ME, EPP, MEI ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.7 nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.7.1 os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.8 se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.10. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

3.11 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR - 041

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.12 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.13 Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.13.1 Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste edital.

3.13.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital de Licitação;

3.13.2 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.13.3 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Edital.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FASE DE LANCES

4.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor por item.

4.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Edital de Licitação.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de no mínimo R\$ 0,01 (um centavo).

4.4 havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

042

4.5 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema.

4.6 Para o envio de lances será adotado o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os participantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

4.7 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos. Após esse prazo, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.8 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.9. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

4.10 encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução da melhor oferta.

4.11 durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.12 no caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.13 quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação

4.14. O Critério de julgamento adotado será **VALOR POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

4.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta. Caso essa não seja superior ao valor máximo para o ITEM estabelecido em edital.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

043

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento do Pregão Eletrônico.

5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação

5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1 Contiver vícios insanáveis;

5.5.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no aviso de licitação ou em seus anexos;

5.5.3 Apresentar preços inexeqüíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4 Não tiverem sua exeqüibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.6 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexeqüível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços – global ou unitário – simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7 Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exeqüibilidade da proposta.

5.8 Erros no preenchimento da planilha (quando for o caso) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

044

5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Licitação.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos indicados no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 Habilitação Jurídica:

- a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
- c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- d) Para Sociedades Cíveis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado);
- f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

6.2.2 os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar os documentos pelo participante.

6.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

6.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320 - 045

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

6.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;

6.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante

6.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;

6.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal-CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;

6.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;

6.4 Qualificação Econômico-Financeira:

6.4.1 Certidão Negativa de Falência expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento dos envelopes, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.

6.5. Outras comprovações:

6.5.1 Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal, por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias a contar da data de emissão.

6.5.2 Declaração de Responsabilidade Unificada, constante no Anexo III do presente instrumento.

6.5.2.1 Em caso de incongruências no documento apresentado/anexado, o Pregoeiro poderá diligenciar a fim de solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma BLL, quanto às declarações contidas no referido termo;

6.5.2.2 O prazo para a manifestação indicada no subitem anterior será informado pelo Pregoeiro na Plataforma BLL;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

048

6.5.2.3 Manifestações encaminhadas fora do prazo estipulado no subitem anterior serão desconsideradas;

6.5.2.4 A diligência prevista no subitem 6.5.2.1 não se aplica para fornecedores que deixaram de anexar a Declaração de Responsabilidade Unificada.

6.5.3 Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma BLL.

6.5.4. Qualificação Técnica

a) Apresentação de 01 (um) atestado de capacidade técnica compatíveis com o objeto licitado, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da proponente;

6.6. Habilitação imediata dos Arrematantes

6.6.1 os licitantes encaminharão os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema, devendo realizar upload dos documentos relacionados nos itens 6.2 a 6.5 deste edital, no prazo estabelecido no item 1.2, que servirão para adjudicação, bem como para justificativa de possíveis desclassificações.

6.6.1.1 esses documentos só estarão disponíveis aos licitantes após o encerramento da disputa do Pregão.

6.6.2 quando um item for arrematado, o Pregoeiro realizará a conferência da documentação para comprovação da habilitação.

6.6.2.1 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.6.2.2 Documento ausente, que atesta condição de habilitação preexistente a abertura do certame, deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.

6.6.3 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, mesmo após as devidas diligências, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta em conformidade com o edital.

6.6.4 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

7. CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

7.1 sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo.

7.1.1 se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR - 047

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.1.2 serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Negativa de Débitos e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.2. A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

7.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em contratações públicas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.3.1 havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o participante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.3.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.4 havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Licitação e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.5 havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.6 será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.6.1. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

7.8 NA PROPOSTA AJUSTADA escrita, deverá conter:

7.8.1 Especificação completa dos produtos oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação e indicação das marcas/modelos, totalmente conforme descrito no **ANEXO I** deste Edital;

7.8.2 O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;



7.8.3 Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

7.8.4 Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

7.9. O Envio da proposta ajustada dentro do prazo estipulado de **24 (vinte e quatro) horas** é obrigatório, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.

8. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1 qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos.

8.2 As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados por meio eletrônico, em campo específico da plataforma BLL, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

8.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

8.4 O Pregoeiro deverá julgar as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento em até 03 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, podendo, para tanto, requisitar subsídios formais ao setor técnico competente.

8.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada pelo sistema e vinculará os participantes e a Administração.

8.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitando o disposto no §1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 após a empresa arrematante ser declarada vencedora e provisoriamente habilitada, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual o licitante poderá, exclusivamente via Sistema BLL, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso.

9.2.1 Caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

9.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais, exclusivamente pelo sistema eletrônico (no campo "Interp. Recursos").



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

049

9.4 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, também exclusivamente pelo sistema eletrônico (no campo "Contrarrazão"), assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, submeter o processo à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

9.6 não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

10.2 O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Município.

10.3 A partir do ato de homologação, será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, bem como para sua retirada no Departamento de Licitações e Contratos, respeitada a validade de sua proposta.

11. DA CONTRATAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

11.1 após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitido pela empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

11.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2 A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

050

11.3.3 A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138, da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4 O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável conforme previsão nos anexos a este instrumento.

11.5 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal, à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.

11.5.1 as notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após sua reapresentação.

11.5.2 as notas fiscais deverão ser apresentadas na entrega do veículo.

11.5.3 O pagamento será realizado mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

11.6 os custos das aquisições resultantes da presente licitação serão cobertos com recursos provenientes das seguintes Dotações Orçamentárias:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
35851	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35852	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35854	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35856	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35857	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.7 nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.8 as notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Alto Paraíso, com CNPJ nº 95.640.736/0001-30, com as informações contidas na Nota de Empenho.

11.9 os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

11.9.1 após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

051

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12 deste Edital, bem como nos subitens 12.1.2 a 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa:

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

052

d.2) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

d.3) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

12.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4.1 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

053

com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (Art. 160).

12.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Pregoeiro lavrará ata circunstanciada da sessão pública, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no item 1.2.7, deste Edital.

13.2 O procedimento será divulgado no BLL COMPRAS <https://www.bll.org.br>, no Portal de Transparência do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no Diário Oficial do Município (Umuarama Ilustrado), no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e encaminhado automaticamente aos fornecedores, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

13.3 O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

13.4 encerradas as fases de julgamento e habilitação e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: (art. 71 da Lei 14.133/21)

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.4.1 ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.4.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4.3 nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320-

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

054

13.4.5 O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e os procedimentos auxiliares da licitação.

13.5. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a data da abertura desta licitação;

b) Alteradas as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a realização do certame.

13.6 As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.8 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.9 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

13.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

13.11 Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

13.12 Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, Departamento de Licitações e Contratos, situada a Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Centro.

13.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.14 O foro de cidade de Xambrê, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e a adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

13.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.15.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E MODELO DE PROPOSTA;

13.15.2 ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO;

13.15.3 ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA;

13.15.4 ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

Alto Paraíso - PR., 26 de Abril de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

055

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1.1 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme segue:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL
01	VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM	UND	01	273.800,00	273.800,00
VEÍCULO NOVO TIPO VAN, ZERO KM, AR CONDICIONADO, BANCO DO MOTORISTA RECLINÁVEL E REGULAGEM DE ALTURA, CONTROLE DE ESTABILIDADE, ASSISTENTE DE SUBIDA EM RAMPA (HILL HOLDER), CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE TRÊS PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA PARA MOTORISTA, AIR BAGS MOTORISTA, AJUSTES DO VOLANTE ALTURA E PROFUNDIDADE, VIDROS E RETROVISORES ELÉTRICOS, COMPUTADOR DE BORDO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, ELÉTRICA OU ELETRO HIDRÁULICO, POTÊNCIA MÍNIMA 1.5 TURBO DIESEL COM 127 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA: 1100KG, COMPRIMENTO MÍNIMO DO VEÍCULO (MM) : 5.308, CAPACIDADE PARA 11 PASSAGEIROS, SENDO 10 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA, AR CONDICIONADO TRASEIRO, POLTRONAS RECLINÁVEIS EM COURVIN, CINTOS DE SEGURANÇA PASSAGEIROS, REVESTIMENTO TETO E LATERAL EM ABS, ISOLAÇÃO TERMO ACÚSTICA DO TETO, ASSOALHO EM COMPENSADO E PASSADEIRA DE VINIL AUTOMOTIVO, ILUMINAÇÃO INTERNA DOS PASSAGEIROS EM LED, EXTINTOR 4 KG COM SUPORTE, FAIXAS REFLETIVAS LATERAIS E TRASEIRA, CORTINA LATERAL PARA PASSAGEIROS, VIDROS LATERAIS, TACÓGRAFO ELETRÔNICO DIGITAL, GARANTIA MÍNIMA 36 MESES OU 100.000 (CEM MIL) KM. DEMAIS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE USO OBRIGATÓRIO E EXIGIDOS POR LEIS, PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO CONTRAN, DETRAN, DENATRAN E DEMAIS ÓRGÃOS REGULADORES DO SETOR. VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O PADRÃO DE ADESIVAGEM SESA INCLUINDO LOGO DO MUNICÍPIO CONFORME O MODELO EM ANEXO.					

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 3188, de 2024.

1.3 O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.

1.4 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 273.800,00 (duzentos e setenta e três mil e oitocentos reais)**. Conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 Faz necessário, tendo em vista ser imprescindível para que possamos dar continuidade ao transporte sanitário a população que necessita de atendimentos especializados de saúde no CISA AMERIOS – Consórcio Intermunicipal de Saúde, com sede na cidade de Umuarama – PR.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

3.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

3.1.1 O critério de julgamento a ser utilizado no presente certame será o menor preço por item;

3.1.2 deverá ser indicado a marca/modelo do equipamentos;

3.1.3 não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

3.1.4 GARANTIA MÍNIMA 36 MESES OU 100.000 (CEM MIL) KM. DEMAIS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE USO OBRIGATÓRIO E EXIGIDOS POR LEIS, PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO CONTRAN, DETRAN, DENATRAN E DEMAIS ÓRGÃOS REGULADORES DO SETOR dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea 'e', e art. 40, §1º, inciso II, ambos da Lei nº 14.133/21)

4.1 Condições de Entrega:

a) O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados da emissão da autorização de entrega.

b) Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

056

- c) Os bens deverão ser entregues no município de Alto Paraíso, Local a ser indicado na data do Evento.

5. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea T, da Lei nº 14.133/21)

- 5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2 em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.3 as comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.5 após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 5.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 5.7 O fiscal acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 5.8 O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5.9 identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 5.10 O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 5.11 no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.
- 5.12 O fiscal deverá comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 5.13 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 5.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 5.15 O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para o atendimento da finalidade da administração.
- 5.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

057

5.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando à autoridade superior, se for o caso, aquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

5.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6. DOS CRITÉRIOS E DO PRAZO DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pela Contratada.

6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.3.1 O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.4 para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

d) O período respectivo de execução do contrato;

e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4.1 havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.5 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital de pregão eletrônico e identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação pública, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.5.1 Constatando-se uma situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.738/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

058

ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

6.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

6.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável; independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

6.7 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.8 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega, contados da entrega dos bens e execução dos serviços.

6.8.1 no caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea j, da Lei nº 14.133/21)

7.1 as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes

Dotações Orçamentárias:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
35851	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35852	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35854	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35856	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35857	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Alto Paraíso - PR, 26 de Abril de 2024.

Elaborado por:


Wesley Rafael Felipe
Matrícula: 12688-1

Revisado por:


RODRIGO W. S. REVERSO
SECRETARIA DE SAUDE



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

059

DECLARAÇÃO

DECLARO QUE ESTOU CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO E EM SEUS ANEXOS.

- 1) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.
- 2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de contratação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.
- 3) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

4) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Caso seja a empresa vencedora os pagamentos, vão ser depositados, na conta informada.

(Colocar data e assinatura do representante legal)

Obs.: A Proposta Comercial deverá conter razão social do licitante, CNPJ, endereço completo, telefone e email válido do próprio participante.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320, - 060

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N° /2024

Por este instrumento, a empresa _____, sediada em _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, outorga poderes a _____, portador do documento de identidade n° _____, inscrito no CPF/MF sob o n° _____, para representá-la no Pregão Eletrônico n° ____/2024 do Município de Alto Paraíso-PR, podendo o mandatário praticar todos os atos relativos ao certame, notadamente: formular ofertas; assinar os documentos da licitação; negociar preços; interpor recursos ou renunciar ao direito de propô-los.

(assinatura, nome e CPF do mandante)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

061

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA **REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N° /2024**

Prezado (as) Senhores (as):

Pelo presente instrumento, a empresa....., inscrita no CNPJ sob o n° com sede na por meio de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299, do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), Microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar n° 123/06, alterada pela Lei Complementar n° 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- a) Declaramos, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente Pregão Eletrônico, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Declaramos, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;
- c) Declaramos estar cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- d) Assumimos a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da

Previdência Social, de que trata o art. 93, da Lei n° 8.213/91;

- f) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021;

- g) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos Processos Licitatórios/de Contratação

Direta, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) portador (a) da Cédula de Identidade RG sob n° inscrito (a) no CPF sob n°

....., cuja função/cargo é..... (Sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato;

- h) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado,

- i) observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal.

- j) Declaramos, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordamos que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

- k) Caso altere o citado e-mail ou telefone, comprometemo-nos a protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de sermos considerados como intimados pelos meios anteriormente fornecidos.

- l) Nomeamos e constituímos o (a) senhor (a)..... portador (a) do CPF/MF sob



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

062

n.º para ser o (a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao pregão Eletrônico n.º e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

....., de de 2024.

(nome e CPF, completo do representante da empresa e assinatura).

(nome e CNPJ, completo da empresa e assinatura).



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

063

MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA Nº ***/2024

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE _____, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede administrativa na Av. _____, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. _____, brasileiro, inscrito no CPF sob nº _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ SSP/PR., residente e domiciliado nesta cidade de _____ -PR, Paraná, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, nº _____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado do _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade, RG nº _____ SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado _____, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º _____ e no Pregão Eletrônico nº _____/2024, homologado pelo Decreto nº _____/2024, em _____, publicado no Diário municipal, em _____, edição nº _____, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar Municipal nº 109, de 08 de Junho de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e do Decreto Municipal nº 3195/2024 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme segue:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL

Parágrafo Único: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

I – O Termo de Referência;

II – A Proposta da Contratada;

III – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório nº _____/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INDICAÇÃO DE GESTOR (ES) E FISCAL (IS): De acordo com os requisitos exigidos no Decreto nº 3187/2024, O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de servidor designado pela Prefeitura mediante Portaria, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e o qual de tudo dará ciência ao contratado, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, tendo início em ____ de ____ de 2024 e com término em ____ de ____ de 2025, sendo, contudo, prorrogável por igual período, por conveniência e oportunidade da Administração, na forma dos artigos 105 e 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com a Contratada.

I – Em caso de prorrogação, deverá ser analisado se a Contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o Artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021; Parágrafo Segundo: A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 06

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme inciso II, da cláusula vigésima, do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

- I – O valor total da presente contratação é de R\$ xxxxxxxx (valor por extenso);
- II – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- III – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos;

Parágrafo Primeiro: Dos valores que a se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor.

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta-corrente, a serem indicados pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega, com o recebimento da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal;

I – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato, por meio de Termo de Recebimento ou Recibo;

II – Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

IV – No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento, até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deve manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação de acordo com o Artigo 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula, fica condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da Contratada, verificada por meio dos documentos elencados no art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro: Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

Parágrafo Quarto: Constatando-se quaisquer irregularidades por parte da Contratada, será providenciada sua notificação por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Quinto: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

065

Parágrafo Sexto: Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

Parágrafo Sétimo: Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

Parágrafo Oitavo: As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Diretoria de Compras e Almoxarifado - DCA ou Secretaria de Meio Ambiente, conforme solicitado.

CLÁUSULA OITAVA - DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA/RECIBO: A CONTRATADA, quando da emissão de notas fiscais/faturas/recibo, deverá fazer constar o Pregão Eletrônico nº ____/2024 e o Contrato de Compra, cumulado com Prestação de Serviços nº ____/2024 - PMU.

Parágrafo Único: As notas fiscais/faturas ou os recibos deverão ser emitidos em nome do MUNICÍPIO DE _____, inscrito no CNPJ nº _____, com as informações contidas na Nota de Empenho.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

I - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em _____;

II - Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;

III - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

IV - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

V - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

VI - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso II desta cláusula;

VII - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

VIII - O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com o presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
28580	339039220000	EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS	06.02.13.392.0011.2.036	DIVISAO DE CULTURA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS: O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam no Termo de Referência, anexo ao Pregão Eletrônico nº ____/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

I - Condições de Entrega:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

066

- a) O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados da emissão da autorização de entrega.
- b) Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- c) Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av.

II - Garantia, manutenção e assistência técnica

- a) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- b) Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- c) A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- d) A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- e) Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- f) As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- g) Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 60 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- h) O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- i) Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- j) Decorrido o prazo para reparos e substituições sem atendimento da solicitação, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- k) O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- l) A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

I – O acompanhamento E a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade da entrega realizada, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº14.133/2021;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 960 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@prefpr.gov.br

067

II – A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

III – O fiscal do contrato anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV – A conformidade do material a ser entregue, deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;

V – A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021;

VI – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII – Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto, nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;

VIII – A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Além das obrigações exigidas em Lei, o CONTRATANTE deverá:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e demais documentos anexos;

II – Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente contrato;

III – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações estabelecidas no presente contrato, no Termo de Referência, bem como na proposta da Contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

IV – Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades, vícios, defeitos e incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em partes, às suas expensas;

V – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

VI – Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII – Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente contrato;

VIII – Aplicar à Contratada as sanções previstas em Lei e no presente contrato;

IX – Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

X – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pela Contratada, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo do requerimento, conforme o art. 92, inciso XI, da Lei



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 068

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Federal nº 14.133/2021;

a) O prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente.

XI – Notificar os emitentes da (s) garantia (s) no contrato, quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Parágrafo Único: O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além das obrigações exigidas em Lei, a CONTRATADA deverá:

I – Cumprir todas as obrigações constantes do presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

IV – Comunicar o Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

V – Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

VI – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VII – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

IX – Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da

Contratada;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

X – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

XI – Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

069

XII – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XIII – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;

XIV – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XV – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;

XVI – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XVII – Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;

a) Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;

b) O pedido a que se refere a alínea “a” deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;

XVIII – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

XIX – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência; XX – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;

XXI – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;

XXII – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

XXIII – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XXIV – Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;

XXV – Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula oitava do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

070

- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame/execução do contrato;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;
- II – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:
 - a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021);
 - b) Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do inciso acima descrito, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- d) Multa:
 - 1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Administração promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021);
 - 2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia
 - 3. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- III – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- IV – Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- V – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- VI – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; VIII – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

071

14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

IX – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para ao Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

Parágrafo Primeiro: A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração, ora contratante, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Terceiro: A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Quarto: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

Parágrafo Quinto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, são passíveis de reabilitação, desde que atendidos os requisitos constantes no art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: O CONTRATANTE poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

I – O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

II – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. III – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

IV – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

072

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

V – A extinção do presente termo de contrato poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

VI – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas;

Parágrafo Primeiro: A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

Parágrafo Segundo: Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE, advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/PROPOSTA: O presente contrato é oriundo do Processo Administrativo nº xx/2024 – Pregão Eletrônico nº ____/2024, bem como vincula-se à proposta da empresa vencedora, ora CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CESSÃO/TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO: A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS: Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Parágrafo Único:



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

073

Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A abstenção por parte do MUNICÍPIO, ora CONTRATANTE, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

I – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e serão analisadas por meio de processo administrativo próprio;

a) Em caso de aprovação, o processo administrativo resultará na emissão de Anexo/Termo Aditivo, o qual integrará o presente instrumento contratual para todos os fins e efeitos de direito, bem como será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial/jornal de circulação local ou regional;

II – Os serviços não ajustados no presente contrato, que porventura venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, serão analisados individualmente, nos moldes expostos no inciso I, “a” desta cláusula, bem como nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitados os limites da Lei nº 14.133/21;

a) A CONTRATADA é obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

b) As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, poderão exceder o limite de 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de Alto Paraíso/Pr e/ou em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO: É eleito o Foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

_____-Pr, ____ de 2024.

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

* Se necessário a presente minuta será alterada para eventual adequação a legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

074

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR


OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal, para emissão **PARECER JURÍDICO** do objeto a ser licitado.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR.

26 dias do mês de Abril de 2024.



VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Agente de Contratação



PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

Processo Administrativo Nº 023/2024

Objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.”

1 – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo que visa a **aquisição de um veículo tipo Van 10 lugares + 01 motorista, zero KM para atender as necessidades da saúde**, por meio de Registro de Preços, fundamentada na **Lei nº. 14.133/2021**

Presente nos autos os seguintes documentos:

1. Documentos de Formalização da Demanda, elaborado pela Secretaria de Saúde.
2. Portarias de designação do Servidor responsável pela Pesquisa de Preços e Agente de Contratação e Equipe de Apoio.
3. Relatório de Pesquisa de Preços, juntamente com as fontes de pesquisa.
4. Estudo Técnico Preliminar, assinado pelo Secretário de Saúde.
5. As declarações de disponibilidade e indicação de recurso orçamentários, emitidas pelos setores competentes de finanças e contabilidade.
- 6- Autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Dércio Jardim Jr.
7. Portaria de designação do Agente de Contratação e Agente de Apoio.
8. Edital de Pregão e Termo de Referência juntamente com o anexo, devidamente assinado pelo responsável pela elaboração e aprovado pela autoridade competente.
9. solicitação de parecer Jurídico, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021.

Oportuno, portanto, esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e



Município de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

oportunidade da contratação em si.

076

É o sucinto relatório.

2. OBJETO DE ANÁLISE

Inicialmente, cumpre informar que a análise dos aspectos técnicos da presente licitação não se trata de tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico.

Presume-se, então, que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantidades, requisitos, especificações e etc., bem como quanto à pesquisa de preços tenham sido regularmente apuradas pela área técnica do consultante e conferidas pela autoridade responsável pela contratação.

Portanto, não nos cabe analisar se o preço está realmente conforme o valor de mercado ou se as quantidades estimadas efetivamente correspondem às necessidades do órgão assessorado, além da metodologia utilizada pelo responsável pela pesquisa, em razão desta Procuradora Jurídica carecer de tais conhecimentos.

Tais aspectos técnicos são assuntos que fogem da alçada de competência desta Procuradora.

Reforçamos o entendimento de que o parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, desde que de forma fundamentada.

3. FUNDAMENTAÇÃO

Destaca-se que ao buscar satisfazer o interesse público, que é norteado pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, a regra é a ocorrência de licitação, conforme indica o inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assegurando a igualdade de condições aos concorrentes que possam vir a pactuar contrato com o ente.

Nesse diapasão, a Lei nº. 14.133/21 estipulou que, para aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado para a contratação, a modalidade licitatória a ser utilizada para efetivar o contrato é, obrigatoriamente, o pregão, conforme conceitua o art. 6º, inciso XLI da referida Lei, vejamos:



"Art. 6º...

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Quanto ao rito procedimental a ser seguido, o art. 29 da Lei 14.133/21, dispõe que:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. (grifo nosso)

Nesse contexto, tendo em vista que o Consulente tem como objeto do processo licitatório a *"aquisição de um veículo tipo Van 10 lugares + 01 motorista, zero KM para atender as necessidades da saúde"* é notória a adequação da modalidade Pregão para a referida licitação que tem como finalidade a contratação de *bens comuns*, conforme constou do Estudo Técnico Preliminar.

Feitas tais considerações, adentra-se ao mérito procedimental do caso em tela, o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, determina os requisitos a serem observados na fase preparatória (fase interna) do processo licitatório, sendo eles:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

078

VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

079

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Quanto ao *estudo técnico preliminar*, o §1º do artigo anteriormente mencionado, prevê que:

Art. 18, § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

No que tange ao estudo técnico preliminar apresentado nos autos, que deverá evidenciar a melhor solução para a demanda da Administração, observa-se que possui todos os elementos elencados no art. 18, § 1º, estando, portanto, em harmonia com o mínimo exigido pela legislação.

Verifica-se, que nos termos registrado no Estudo Técnico Preliminar não está esclarecido se a aquisição está prevista a outras peças de planejamento



inclusa no PCA, pelo fato de o Município ainda não ter elaborado e regulamentado o mesmo.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação; a autorização da Autoridade competente para a instauração do processo de contratação; o estudo técnico preliminar; a pesquisa mercadológica e designação do servidor responsável por sua realização; a previsão de dotação orçamentária; o termo de referência; a portaria e a designação do agente de contratação e a minuta de edital.

Assim, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais. E inclusive, nos termos apresentados na justificativa, resta patente a sua necessidade, tendo em vista a aquisição do objeto.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: definição do objeto; justificativa e objetivo da licitação; classificação dos objetos comuns; prazo de entrega e condições de execução; condições de pagamento; dotação orçamentária; fiscalização do contrato.

Assim, o termo de referência, contém, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Prosseguindo, analisando a minuta de edital, observa-se o cumprimento de todos os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública. Inclusive, o documento foi submetido à análise jurídica contendo todos os seus anexos, incluindo a minuta de ata.

Ademais, a minuta do Edital veio com os seguintes itens discriminados: sessão pública; definição do objeto; recursos orçamentários; condições de participação; encaminhamento e elementos da proposta; habilitação; recurso; adjudicação e homologação do certame; pedido de esclarecimentos e impugnação ao edital; disposições finais; e foro de julgamento.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

082

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

E, ainda, a minuta de ata conta com seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, fiscalização do contrato, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações e reajustes, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado pelo artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

O artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos. Portanto, assim como o Edital, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas pela Lei nº 14.133/2021.

Além do mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção, uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

Ainda, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço” e o modo de disputa “aberto”, mostram-se adequados para a modalidade determinada pelo legislador.

De forma bastante acertada, a minuta, também, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar



Município de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fim de regência da

contratação em comento.

083

Outro ponto que merece destaque, afim que de as contratações públicas atinjam de fato o fim que almejam, é ser observada a segregação de funções, considerando que se trata de um princípio estampado no art. 5 da Lei 14.133/2021.

De acordo com o disposto no § 1º do artigo 7 da lei 14.133/2021, a designação dos agentes deverá “observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação”.

Ainda, deve ser considerado quando for o caso, seguir os preceitos do art. 86 da lei 14.133/2021 quanto a Manifestação de Interesse.

Por fim, quanto às possíveis dificuldades que possam se apresentar ante a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, registra-se que a minuta do Edital apresenta como local da sessão pública a plataforma BLL, não cabendo, por conseguinte, nenhuma gerência da publicação do Edital por essa Entidade, considerando que a publicação se dará de forma automática pela Plataforma Integrada. Considerando a obrigatoriedade a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e seus anexos, incluindo eventuais esclarecimentos apresentados e do termo de contrato no PNCP, além da publicação de extrato do edital no Diário Oficial, conforme preceitua o art. 54, caput e § 1º, e art. 94 da Lei 14.133/2021.

Se faz necessário também destacar, que após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de todos os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

Portanto, sobre o pressuposto material, o presente procedimento cumpriu todos os requisitos dispostos na legislação de regência, em concordância



Município de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

084

com o disposto acima, devendo observar e fazer as adequações dos pontos levantados e as orientações para um melhor andamento do certame.

Portanto, nos limites da atuação deste parecerista, compulsando os autos do procedimento que se encontra ainda em fase interna, verifica-se a conformidade do instrumento convocatório com os dispositivos legais vigentes e a regularidade material e formal do edital anexo, passível de buscar a melhor proposta que supra as necessidades do consulente na consecução do objeto licitado, encontrando-se a minuta do Edital adequada às regras constantes na Lei nº 14.133/2021, ressaltando-se que o presente parecer não abrange as questões de ordem contábil, ou mesmo técnica, quanto a quantitativos, melhor solução escolhida pela área requisitante e técnica, cálculo para apuração dos valores pelo setor de Pesquisa de Preços, as quais devem ser checadas junto ao setor responsável do Órgão.

4 – CONCLUSÃO

Diante das considerações acima, desde que acatadas as recomendações com as devidas orientações e adequações, opina-se pela regularidade da fase interna e respectivas minutas apresentadas, sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, que se encontra em fase interna e trata-se de ***Pregão Eletrônico 013/2024***.

É o nosso parecer.

Alto Paraíso-Pr, 29 de Abril de 2024.

ROBERTO

GONCALV

ES DELFIM

Assinado de forma
digital por ROBERTO
GONCALVES
DELFIM

Dados: 2024.04.29
14:06:34 -03'00'

Roberto Gonçalves Delfim

Procurador Jurídico

OAB-PR 58768



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@prefpr.gov.br

085

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RESTITUIÇÃO

Nesta data, restituo os autos processo administrativo nº. 023/2024, ao SETOR DE LICITAÇÕES com parecer jurídico que me foi solicitado

Alto Paraíso - Paraná, 29 de Abril de 2024.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Agente de Contratação

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

4 voltar

**TCEPR**

Tribuna do Estado do Paraná

088

[Voltar](#)

Registrar processo licitatório

Informações Gerais

Município: ALTO PARAÍSO

Entidade Executora: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO

Os campos Ano, Nº e Modalidade devem ser iguais aos Informados (à Informar) no SIM-AM

Ano: 2024

Modalidade: Pregão

Nº Licitação/dispensa/inexigibilidade: 13

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

A licitação utiliza estes recursos? ☐

Número edital/processo: 0232024

Descrição do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Forma de Avaliação: Menor Preço

Dotação Orçamentária: 3585144905252000009021030100

☐ A entidade opou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13-303/2016)

Preço máximo/Referência de preço: 273.800,00

R\$:

Data de Lançamento do Edital: 26/04/2024

Data da Abertura das Propostas: 17/05/2024

Há itens exclusivos para EPP/ME? ☒Há cota de participação para EPP/ME? ☒Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? ☒Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? ☒[Confirmar](#)CPF: 6633488971 [Logout](#)



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320 ~ ~

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

089

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados que por intermédio de seu pregoeiro, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 046/2024 de 07 de Março de 2024, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nas disposições contidas neste edital, para o seguinte.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h30min horas do dia 17/05/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h31min às 09h00min horas do dia 17/05/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 17/05/2024

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 273.800,00 (*duzentos e setenta e três mil e oitocentos reais*).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Municipal nº. 3195/2024, Lei Complementar Municipal nº 109/2021 de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br ou em www.bll.org.br, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de Abril de 2024.

DERCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicações Legais

6 - 090

De: Licitação Alto Paraíso (licitacaoaltoparaíso@yahoo.com.br)

Para: leis@ilustrado.com.br

Data: segunda-feira, 29 de abril de 2024 às 15:37 BRT



Aviso PE 013-2024.doc
390,5kB

18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

PARÁGRAFO SEGUNDO: A alteração ora firmada resultará em acréscimo do objeto contratual, no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma ITEM 16.2 do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato) - Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Fica ratificada as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Maria Helena - PR, 25 de abril de 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 022/2024

HOMOLOGO e ADJUDICO o presente Processo de Dispensa de Licitação nº 022/2024, por entender que cumpriu as formalidades legais instituídas pela Lei nº 14.133/21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para efetuar reparos e substituição de peças nos veículos Ambulância Ducato BDR-9178; Ambulância Renault Master BCL-4J10 e Ambulância Renault Master BEQ-1B37, utilizados pela Secretaria de Saúde do município de Mariluz, PR

EMPRESA: A. G. S. AUTO PART S LTDA - CNPJ: 04.829.783/0001-71

VALOR TOTAL: R\$ 41.412,60 (quarenta e um mil, quatrocentos e doze reais e sessenta centavos)

Mariluz, 29 de abril de 2024.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Marilia, 1920
CEP: 87.470-000 - Fone/Fax: (44) 3534-8900
CNPJ: 076.404.136/0001-29

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 657/2024 PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2024 JUSTIFICATIVA

O presente Processo de Dispensa de Licitação nº 022-2024 refere-se Contratação de empresa especializada para efetuar reparos e substituição de peças nos veículos Ambulância Ducato BDR-9178; Ambulância Renault Master BCL-4J10 e Ambulância Renault Master BEQ-1B37, utilizados pela Secretaria de Saúde do município de Mariluz, PR. A presente Dispensa de Licitação apresenta caráter de urgência, em virtude dos 03 (três) veículos terem apresentado defeitos no funcionamento ao mesmo tempo. Desta forma, como os veículos são de uso contínuo e a quantidade de ambulâncias é reduzida, logo compromete o atendimento à população. Neste sentido, a Secretaria Municipal de Saúde ao fazer um levantamento, aferiu que a melhor alternativa para o conserto adequado e célere desses veículos será a prestação da terceirização dos serviços, objetivando desta forma, a rotação destes veículos com os devidos reparos, para melhor atender a população local.

FORNECEDOR	VALOR
A. G. S. AUTO PART S LTDA CNPJ: 04.829.783/0001-71	R\$ 41.412,60 (quarenta e um mil, quatrocentos e doze reais e sessenta centavos)

Fundamentação Legal: Inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/21
Autorizo a Instauração do Referido Processo com Dispensa de Licitação.

Mariluz, 29 de abril de 2024.

ANGELA MARIA DE ALMEIDA
Secretária de Saúde

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a dispensa de licitação, nos termos do presente processo de acordo com a manifestação da Secretária de Saúde.

Mariluz, 29 de abril de 2024.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 133/2024

Súmula: Dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Previdência do FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE.

MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES, Prefeita do Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei em especial o artigo 5º da Lei 059/2012.

DECRETO:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, constituído através da Lei 059/2012, os seguintes servidores:

1. KEILA FERREIRA DE SOUZA - Diretora Presidente do C.M.P.;
 2. NELCI NATALINA BRABO CALDATO - Gestor de Recursos;
 3. ELISANGELA MELIM DA SILVA FAGUNDES - Representante dos Servidores Ativos e Inativos-Titular;
 4. RICARDO GUSMÃO BRANDANI - Representante do Poder Executivo - Titular;
- Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 05/04/2024, ficando revogado o Decreto nº 207/2022 e demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Cruzeiro do Oeste, 26 de abril de 2024.

MARIA HELENA BERTOCCO RODRIGUES
Prefeita Municipal

ATO DA MESA Nº 023/2024

Ratifica e adjudica Processo de Inexigibilidade de Licitação
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2024

OBJETO: 02 (duas) inscrições, sendo 01 (um) Vereador (a) e 01 (um) funcionário do quadro efetivo da Câmara Municipal de Alto Paraíso - PR, para participação no curso (seminário): "O MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO - AUTONOMIA E COMPETÊNCIA DENTRO DO PROCESSO LEGISLATIVO PREVISTO NA CF/88 E LEI ORGÂNICA" E "EMENDAS IMPOSITIVAS E SUA APLICAÇÃO NO CICLO ORÇAMENTÁRIO A PARTIR DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ASPECTOS E NATUREZA DOS CONTRATOS PÚBLICOS" Na Cidade de Dionísio Cerqueira - SC, durante os dias de 14 a 17 de maio de 2024.

Valor da inscrição R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais).
Perfazendo um total de R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais).

Considerando as informações, pareceres e documentos contidos neste processo administrativo, RATIFICO E ADJUDICO o Processo de inexigibilidade de Licitação nº 010/2024 quanto à contratação da Empresa LG - ASSESSORIA, TREINAMENTOS E PESQUISA LTDA, CNPJ: 18.036.852/0001-02 no valor total de R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais).

Referente ao objeto acima referido, com fundamento nos termos do artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21

Edifício da Câmara Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de maio de 2024.

LUIZ CARLOS DE ARAÚJO

Presidente

DEJALMA GONÇALVES DE OLIVEIRA

1º Secretário

ATO DA MESA Nº 023/2024

Ratifica e adjudica Processo de Inexigibilidade de Licitação
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2024

OBJETO: 02 (duas) inscrições, sendo 01 (um) Vereador (a) e 01 (um) funcionário do quadro efetivo da Câmara Municipal de Alto Paraíso - PR, para participação no curso (seminário): "O MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO - AUTONOMIA E COMPETÊNCIA DENTRO DO PROCESSO LEGISLATIVO PREVISTO NA CF/88 E LEI ORGÂNICA" E "EMENDAS IMPOSITIVAS E SUA APLICAÇÃO NO CICLO ORÇAMENTÁRIO A PARTIR DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ASPECTOS E NATUREZA DOS CONTRATOS PÚBLICOS" Na Cidade de Dionísio Cerqueira - SC, durante os dias de 14 a 17 de maio de 2024.

Valor da inscrição R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais).
Perfazendo um total de R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais).

Considerando as informações, pareceres e documentos contidos neste processo administrativo, RATIFICO E ADJUDICO o Processo de inexigibilidade de Licitação nº 010/2024 quanto à contratação da Empresa LG - ASSESSORIA, TREINAMENTOS E PESQUISA LTDA, CNPJ: 18.036.852/0001-02 no valor total de R\$ 3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais).

Referente ao objeto acima referido, com fundamento nos termos do artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21

Edifício da Câmara Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de maio de 2024.

LUIZ CARLOS DE ARAÚJO

Presidente

DEJALMA GONÇALVES DE OLIVEIRA

1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados que por intermédio de seu pregoeiro, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 046/2024 de 07 de Março de 2024, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nas disposições contidas neste edital, para o seguinte.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h30min horas do dia 17/05/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h31min às 09h00min horas do dia 17/05/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 17/05/2024

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 273.800,00 (duzentos e setenta e três mil e oitocentos reais).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Municipal nº. 3195/2024, Lei Complementar Municipal nº 109/2021 de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaíso.pr.gov.br ou em www.bl.org.br, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de Abril de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUN

Estado do Paraná

HOMOLOGAÇÃO

DECRETO Nº 2032/2024

Adjudica e Homologa Julgar

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09

O Prefeito Municipal de Alto P

legais;

DECRETO:

Art. 1º. Fica Adjudicado e ho

Pregoeiro, nomeado pela P

2024, sobre o Processo de

ELETRÔNICO Nº 09/2024, qu

empresa para fornecimento de

Referência do edital.

Art. 2º. Fica adjudicado o objet

abaixo relacionada.

PROPOSTA: VALO

SOTRAM CONSTRUTORA E

R\$ 144.000,00 cento e quare

Art. 3º. Pelo presente, fica

supramencionado, da decisão

Art. 4º. Este Decreto entrará

revogadas as disposições em

PAÇO MUNICIPAL, 29 de abril

GIOVANE MENDES DE CARV

Prefeito Municipal



MUNICÍ

Rua Jo

Telefone:

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O (a) responsável desta ent

conferidas pela legislação em vigor,

inciso II e alterações posteriores,

Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presen

a) Processo Nº : 26/202

b) Licitação Nº : 11/202

c) Modalidade : Dispen

d) Data Homologação : 29/04/

e) Objeto Homologado : AQUIS

DESTI

f) Dotação Orçamentária:

10.001.08.244.0016.2.058.3.3.90.30.0

10.003.08.244.0016.1.161.3.3.90.30.0

g) Fornecedor e Itens declarados Ven

1) A.S.SEMEGRINI - ENXOVAIS I

no valor total dos itens venc

quarenta e nove reais e nove

MARIA HELENA

PREFE

A PREFEITA MUNICIPAL D

no uso de suas atribuições legais,

R E

Art. 1º. REVOGAR a HO

LICITAÇÃO Nº 12/2024, na forma el

oportunidade aplica-se o disposto na S

PROPOSTA HOMOLOGADA: MS

LTDA

Art. 2º. Este Decreto entra em

MARIA HELENA B

PREFE

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024
Processo Administrativo Nº 23/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 29/04/2024 15:28:50

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 273.800,00
Descrição: VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 050	RENAULT / MASTER L1 PASSAGEIRO	270.000,00
PARTICIPANTE 097	RENAULT / MASTER L2H2	270.800,00
PARTICIPANTE 056	CITROEN / JUMPY	273.000,00
PARTICIPANTE 143	RENAULT / MASTER MINIBS 0KM	273.800,00
PARTICIPANTE 117	Peugeot / Expert	273.000,00
PARTICIPANTE 005	Própria (van	273.800,00
PARTICIPANTE 142	FORD / TRANSIT L2H3 VAN MB 10+1 DIESEL 0 KM	273.000,00
PARTICIPANTE 114	RENAULT / FURGÃO L1H1 + ADAPTAÇÕES	300.000,00
PARTICIPANTE 051	FORD / TRANSIT	360.000,00
PARTICIPANTE 035	FORD / L2H3 TRANSFORMADO EM PASSAGEIRO	280.000,00
PARTICIPANTE 070	PEUGEOT / EXPERT 1.5 - 10+1 LUGARES	273.800,00
PARTICIPANTE 052	RENAULT / MASTER L2H2	273.800,00
PARTICIPANTE 102	PSA / EXPERT	273.000,00
PARTICIPANTE 068	RENAULT / MASTER L2H2 VAN 11 LUGARES	273.800,00
PARTICIPANTE 078	PEUGEOT / EXPERT	253.500,00

MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR

ATA DE SESSÃO - DISPUTA - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024
Processo Administrativo Nº 23/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 29/04/2024 15:28:50

MOVIMENTOS DO PROCESSO

14/05/2024 10:56:28	CADASTRO DE PROPOSTA	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS
15/05/2024 11:26:57	CADASTRO DE PROPOSTA	FAC VEICULOS LTDA
15/05/2024 11:51:54	CADASTRO DE PROPOSTA	MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
15/05/2024 12:12:58	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
16/05/2024 09:54:57	CADASTRO DE PROPOSTA	S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA
16/05/2024 09:55:06	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA
16/05/2024 11:05:40	CADASTRO DE PROPOSTA	ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
16/05/2024 12:25:19	CADASTRO DE PROPOSTA	CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA
16/05/2024 12:39:24	CADASTRO DE PROPOSTA	ACA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO
16/05/2024 15:23:53	CADASTRO DE PROPOSTA	RENOVO MOTORS LTDA
16/05/2024 15:38:06	CADASTRO DE PROPOSTA	F5 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
16/05/2024 16:07:05	CADASTRO DE PROPOSTA	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE
16/05/2024 17:04:09	CADASTRO DE PROPOSTA	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
16/05/2024 17:17:01	CADASTRO DE PROPOSTA	SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA
16/05/2024 20:09:12	CADASTRO DE PROPOSTA	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
16/05/2024 20:47:57	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
16/05/2024 22:33:43	CADASTRO DE PROPOSTA	FACCIO E CIA LTDA
17/05/2024 05:36:12	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE
17/05/2024 06:59:24	CADASTRO DE PROPOSTA	MEDZI SOLUÇÕES LTDA
17/05/2024 08:47:51	MENSAGEM	PREGOEIRO
BOM DIA POR FAVOR FIQUEM ATENTOS POIS EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		
17/05/2024 09:01:15	MENSAGEM	PREGOEIRO
ETAPA DE LANCES ABERTO.S		

LOTE 1 - HABILITAÇÃO
ANEXO I

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: RENAULT	Modelo: MASTER L2H2
Descrição: VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM			
Quantidade: 1	Valor Unit.: 258.000,00	Valor Total: 258.000,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E	052	33.441.004/0001-64	273.800,00	258.000,00		Sim
2 MEDZI SOLUÇÕES LTDA	005	40.119.916/0001-80	273.800,00	269.999,00	4,65	Sim
3 MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO,	050	03.093.776/0008-68	270.000,00	270.000,00	0,00	Não
4 COMPANY MG COMERCIO E	068	36.614.010/0001-64	273.800,00	270.500,00	0,19	Sim
5 FAC VEICULOS LTDA	097	46.128.031/0001-59	270.800,00	270.800,00	0,11	Sim
6 SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS	142	29.987.862/0001-89	273.000,00	273.000,00	0,81	Não

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

7. RENOVO MOTORS LTDA	143	42.111.920/0001-27	273.800,00	273.800,00	0,29	Não
8 F5 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	035	54.410.640/0001-07	280.000,00	280.000,00	2,26	Sim
9 TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS	114	32.428.859/0001-53	300.000,00	300.000,00	7,14	Sim
10 BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA	051	20.901.717/0001-11	360.000,00	345.000,00	15,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ACA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS	078	09.371.092/0001-90	253.500,00	253.500,00		Não
FACCIO E CIA LTDA	117	31.370.642/0001-06	273.000,00	273.000,00	7,6923	Sim
MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE	056	03.972.822/0001-22	273.000,00	273.000,00	0,0000	Não
S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U	102	42.227.311/0001-38	273.000,00	273.000,00	0,0000	Sim
CAMMINARE MAQUINAS E	070	35.741.144/0001-83	273.800,00	273.800,00	0,2930	Não

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

MOVIMENTOS DO LOTE


29/04/2024 15:28:50	PUBLICADO					
30/04/2024 07:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS					
17/05/2024 08:30:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS					
17/05/2024 08:45:51	DESCCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO				
MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE VEICULOS LTDA desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV).						
17/05/2024 08:46:26	DESCCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO				
FACCIO E CIA LTDA desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV).						
17/05/2024 08:46:42	DESCCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO				
CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV).						
17/05/2024 08:46:54	DESCCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO				
S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA. desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV).						
17/05/2024 08:47:08	DESCCLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO				
ACA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO LTDA desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV).						
17/05/2024 09:01:01	DISPUTA					
17/05/2024 09:01:01	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 005)				273.800,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE				273.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA. (PARTICIPANTE 102)				273.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE				273.800,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	ACA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO LTDA				253.500,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	FACCIO E CIA LTDA (PARTICIPANTE 117)				273.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	MANUPA COMERCIO. EXPORTACAO. IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS				270.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	FAC VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 097)				270.800,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (PARTICIPANTE				273.800,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	RENOVO MOTORS LTDA (PARTICIPANTE 143)				273.800,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	F5 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 035)				280.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	BRUNISA COMERCIO E SERVIÇOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE				360.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 114)				300.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 142)				273.000,00

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

17/05/2024 09:01:01	LANCE	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (PARTICIPANTE	273.800,00
17/05/2024 09:01:25	LANCE	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (PARTICIPANTE	27.500,00
17/05/2024 09:01:37	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O lance do PARTICIPANTE 068 no valor de 27.500,00 foi cancelado pelo próprio licitante autor da oferta.			
17/05/2024 09:02:05	LANCE	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (PARTICIPANTE	272.500,00
17/05/2024 09:04:34	LANCE	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE	345.000,00
17/05/2024 09:04:38	LANCE	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (PARTICIPANTE	270.500,00
17/05/2024 09:04:51	LANCE	ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (PARTICIPANTE	258.000,00
17/05/2024 09:08:58	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 005)	269.999,00
17/05/2024 09:11:01	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio entre eles foi realizado.			
17/05/2024 09:11:02	NOTIFICAÇÃO SISTEMA		
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			
17/05/2024 09:11:02	HABILITAÇÃO		



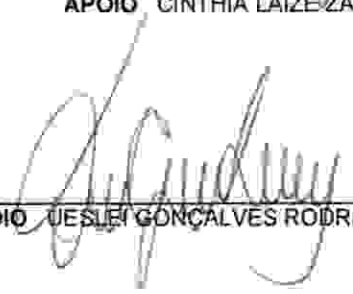
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



APOIO: MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO: CINTHIA LAIZE ZAGOTO



APOIO: UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024
Processo Administrativo Nº 23/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 29/04/2024 15:28:50

				TOTAL DO PROCESSO:	258.000,00
ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				33.441.004/0001-64	258.000,00
LOTE 1	Quant.: 1	Núm: 052	Lance: 258.000,00	Total: 258.000,00	
Item: 1	Unidade: UN	Marca: RENAULT	Modelo: MASTER L2H2		
Descrição: VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM					
Quantidade: 1	Val. Ref.: 273.800,00	Valor Unif.: 258.000,00	Total Item: 258.000,00		


PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN


APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA


APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO


APOIO WESLEY GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 3344100000164

Cadastro: CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 17/05/2024 09:15:25

Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIWF) - CEPIM)

DETALHES	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 03537682948

Cadastro: CNEP

LIMPAR

Data da consulta: 17/05/2024 09:15:26

Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS). 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência). 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF). 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP). 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM).

DETAHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCCIONADO	NOME SANCCIONADO	UF SANCCIONADO	ORCCO/ENTIDADE SANCCIONADORA	CATEGORIA SANCCO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANCCO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
---------	----------	----------------------	------------------	----------------	------------------------------	------------------	------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado

0

0

0

098

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 15012927907

Cadastro: CNEP

Data da consulta: 17/05/2024 09:19:26

Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS). 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência). 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF). 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP). 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM).

LIMPAR

DETALHAR	CADASTRO	CNP/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ORGÃO/ENTIDADE SANZIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

0

0

1

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 33441004000164
Cadastro: CEIS



LIMPAR

Data da consulta: 17/05/2024 09:24:01
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAP), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP), 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAGF) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCTIONADO	NOME SANCTIONADO	UF SANCTIONADO	ORGÃO/ENTIDADE SANCTIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									







100

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 03537682948
Cadastro: CEIS



LIMPAR

Data da consulta: 17/05/2024-09:24:01
Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP), 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									







FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 15012937961

Cadastro: CEIS

LIMPAR

Data da consulta: 17/05/2024 09:24:01

Data da última atualização: 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência), 05/2024 (Diário Oficial da União - CEAF), 05/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP), 05/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal / SIAFI) - CEPIM)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ORGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
----------	----------	---------------------	-----------------	---------------	-----------------------------	------------------	------------------------------	----------------	------------

Nenhum registro encontrado







PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

103

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

TERMO DE CONFERÊNCIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N.º 013/2024 MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

**PROPONENTE: ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS**

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DOCUMENTOS	SOLICITADO		
CONTRATO SOCIAL	SIM	OK	
CARTÃO CNPJ	SIM	OK	
CERTIDÃO CONJUNTA DE DEBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS	SIM	OK	06/07/2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL	SIM	OK	04/09/2024
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL	SIM	OK	
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DEBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS	SIM	OK	20/05/2024
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS TRABALHISTAS CNDT	SIM	OK	06/07/2024
Certidão Negativa de Falência	SIM	OK	
Declaração de Micro Empresa	SIM	OK	
Anexo IV. (TERMO DE DECLARAÇÕES)	SIM	OK	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	SIM	OK	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	SIM	OK	
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	SIM	OK	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
- ESTADO DO PARANÁ -

AV. PEDRO AMARO DOS SANTOS, 900 - CENTRO - FONE/FAX:(044) 3664-1320

104

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

CONDIÇÕES	SOLICITADO	PROPOSTA	OBSERVAÇÃO
Condições de Pagamento	30 DIAS	OK	
Prazo de Entrega	60 DIAS	OK	
Validade da Proposta	60 DIAS	OK	
Garantia			
Assinaturas	SIM	OK	
Apresentou a marca do (s) produto(s)	SIM	OK	
A proposta esta dentro do vlr. Máximo			

Alto Paraíso - PR, 17/05/2024


Assinatura do Membro Conferente



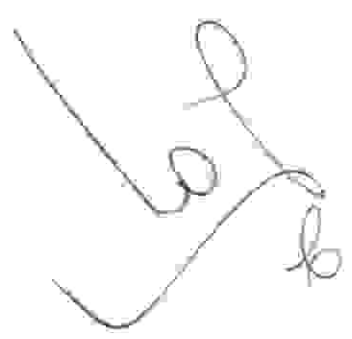
1

105

5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 33.441.004/0001-64 // NIRE: 41209033243

ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Umuarama, Estado do Paraná, nascida em 17/05/1982, empresaria, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 035.376.829-48, e portadora do Registro Geral nº 7.170.705-9, SSP-PR, residente e domiciliada à **Rua Parque Estadual Pico do Marumbi, 20, Esperança, Londrina, Paraná, CEP: 86058-110**, **GUSTAVO ANTONHOLI GARCIA** brasileiro, menor, solteiro, estudante, natural de Londrina, Paraná, nascido em 16/05/2006, inscrito no cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda sob o nº 150.129.279-07 e portador do Registro Geral nº 14.227.816-0, residente e domiciliado à **Rua Parque Estadual Pico do Marumbi, 20, Esperança, Londrina, Paraná, CEP: 86058-110**, neste ato assistido por sua mãe **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, identificada acima, **LEONARDO ANTONHOLI GARCIA**, brasileiro, menor, solteiro, estudante, natural de Londrina, Paraná, nascido em 02/04/2005, inscrito no cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda sob o nº 150.129.379-61 e portador do Registro Geral nº 14.227.532-5, residente e domiciliado à **Rua Parque Estadual Pico do Marumbi, 20, Esperança, Londrina, Paraná, CEP: 86058-110**, neste ato assistido por sua mãe **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, identificada acima, únicos sócios da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº: 33.441.004/0001-64, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE: 41209033243, com sua sede à **Rua Euclides da Cunha, 206, Fundos, Jd Shangri-la A, Londrina, Paraná, CEP: 86070-500**, resolvem alterar seu contrato social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Fica alterado o endereço da empresa que passa a ser: **RUA JOSÉ DA SILVA, 198-A, BARRAÇÃO B, TAROBÁ, LONDRINA / PR, CEP: 86042-280**



5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 33.441.004/0001-64 // NIRE: 41209033243

106

Cláusula Segunda: Permanecem em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato Social de Constituição e Alterações Contratuais anteriores que não foram revogadas ou modificadas, expressa ou tacitamente por este instrumento.

Cláusula Terceira: Em decorrência das alterações ora ajustadas, consolida-se o Contrato Social, passando a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 33.441.004/0001-64 // NIRE: 41209033243

ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, natural de Umuarama, Estado do Paraná, nascida em 17/05/1982, empresaria, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 035.376.829-48, e portadora do Registro Geral nº 7.170.705-9, SSP-PR, residente e domiciliada à **Rua Parque Estadual Pico do Marumbi, 20, Esperança, Londrina, Paraná, CEP: 86058-110**, **GUSTAVO ANTONHOLI GARCIA** brasileiro, menor, solteiro, estudante, natural de Londrina, Paraná, nascido em 16/05/2006, inscrito no cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda sob o nº 150.129.279-07 e portador do Registro Geral nº 14.227.616-0, residente e domiciliado à **Rua Parque Estadual Pico do Marumbi, 20, Esperança, Londrina, Paraná, CEP: 86058-110**, neste ato assistido por sua mãe **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, identificada acima, **LEONARDO ANTONHOLI GARCIA**, brasileiro, menor, solteiro, estudante, natural de Londrina, Paraná, nascido em 02/04/2005, inscrito no cadastro de pessoa física do Ministério da Fazenda sob o nº 150.129.379-61 e portador do Registro Geral nº 14.227.532-5, residente e domiciliado à **Rua Parque Estadual Pico do Marumbi, 20, Esperança, Londrina, Paraná, CEP: 86058-110**, neste ato assistido por sua mãe **ANDREIA MARIA ANTONHOLI**



**5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 33.441.004/0001-64 // NIRE: 41209033243**

GARCIA, identificada acima, únicos sócios da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº: 33.441.004/0001-64, registrada na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE: 41209033243, com sua sede à **Rua José da Silva, 198-A, Barracão B, Tarobá, Londrina / PR, CEP: 86042-280**, resolvem consolidar seu contrato social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: A sociedade gira sob o nome empresarial de **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**.

Cláusula Segunda: A sociedade tem sua sede na **Rua José da Silva, 198-A, Barracão B, Tarobá, Londrina / PR, CEP: 86042-280**.


Cláusula Terceira: O ramo de atividade da empresa é: **COMÉRCIO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, MOTOCICLETAS, EMPILHADEIRAS, CAMINHÕES, FURGÕES, TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS E USADOS**.

Cláusula Quarta: O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentos mil) cotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, assim subscritas:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA	100.100	R\$ 100.100,00
GUSTAVO ANTONHOLI GARCIA	49.950	R\$ 49.950,00
LEONARDO ANTONHOLI GARCIA	49.950	R\$ 49.950,00
TOTAL	200.000	R\$ 200.000,00

Cláusula Quinta: A sociedade terá como início de suas atividades em 01 de março de 2019.





5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 33.441.004/0001-64 // NIRE: 41209033243

4

108

Cláusula Sexta: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente (Artigos 1.056 do Código Civil Brasileiro).

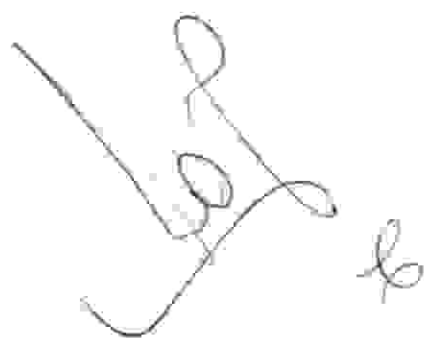
Cláusula Sétima: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social (Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro).

Cláusula Oitava: A administração da sociedade caberá a sócia **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, individualmente, com poderes e atribuições autorizados o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio (Artigos 997, Inciso VI, 1.013, 1.015, 1.016 do Código Civil Brasileiro).

Cláusula Nona: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. (Artigo 1.065 do Código Civil Brasileiro).

Cláusula Décima: Nos quatro meses subsequentes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso. (Artigo 1.071 e 1.072, Parágrafo 2º e Artigo 1.078 do Código Civil Brasileiro).

Cláusula Décima Primeira: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.



5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 33.441.004/0001-64 // NIRE: 41209033243

5 109

Cláusula Décima Segunda: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Terceira: Falecendo ou interditando qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio. (Artigo 1.028 e 1.031 do Código Civil Brasileiro).

Cláusula Décima Quarta: A administradora declara sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Artigo 1.011, Parágrafo 1º do Código Civil Brasileiro).

Cláusula Décima Quinta: Os sócios da Empresa declaram sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Cláusula Décima Sexta: Fica eleito o foro da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Contrato.

E por assim estarem justo e contratados, assinam o presente instrumento em via única.

5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 33.441.004/0001-64 // NIRE: 41209033243

Londrina, 15 de setembro de 2022.



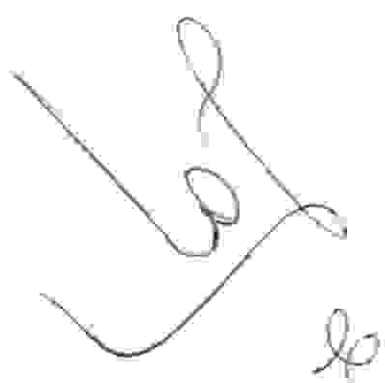
ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA



GUSTAVO ANTONHOLI GARCIA
Assistido por Andreia Maria Antonholi Garcia



LEONARDO ANTONHOLI GARCIA
Assistido por Andreia Maria Antonholi Garcia









TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, RODOLFO TRAMONTINI ZANLUCHI, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o nº 044303, registrado em 02/01/2001, inscrito no CPF nº 02321488999, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
02321488999	044303	RODOLFO TRAMONTINI ZANLUCHI

PARANÁ

SEMPRE COMERCIAL
DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/09/2022 16:54 SOB Nº 20225772124.
PROTOCOLO: 225772124 DE 16/09/2022.
CODIGO DE VERIFICAÇÃO: 12212805564 CNPJ DA SEDE: 33441004080164.
NIRE: 41209033243 COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/09/2022.
ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
 Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
 E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes*

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **09/03/2020 15:07:45 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*

Código de Consulta desta Declaração: 1479712

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **09/03/2021 11:06:40 (hora local)**

*Código de Autenticação Digital: 108400903201106010766-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014;

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f05712d69fe6bc05b31b25c5ef1cbe59ab6ad9e422c0876d601375309452f213ecdf49fab3a9d7a4c033522d9bdf796d13c4b594cdf031849be85bbc96dfd7445a6a181364d9c95





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **035.376.829-48**

Nome: **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**

Data de Nascimento: **17/05/1982**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **11/11/1999**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **08:35:34** do dia **17/08/2020** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **6BF6.DBF9.6B9F.F7E5**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

1

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
150.129.379-61

Nome
LEONARDO ANTONHOLI GARCIA

Nascimento
02/04/2005

CÓDIGO DE CONTROLE

0427.0565.5B73.CADB



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
 às 12:02:57 do dia 16/05/2019 (hora e data de Brasília)
 dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
150.129.279-07

Nome
GUSTAVO ANTONHOLI GARCIA

Nascimento
16/05/2006

CÓDIGO DE CONTROLE

36F3.0545.1CB4.B9DD



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
 às 12:04:31 do dia 16/05/2019 (hora e data de Brasília)
 dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.441.004/0001-64 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 24/04/2019	
NOME EMPRESARIAL ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 45.41-2-03 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 208-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R JOSE DA SILVA		NÚMERO 198-A	COMPLEMENTO BRCAO B
CEP 86.042-280	BAIRRO/DISTRITO TAROBA	MUNICÍPIO LONDRINA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@WEBVALOR.NET.BR		TELEFONE (43) 3024-6809	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/04/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/05/2024 às 13:55:02 (data e hora de Brasília).

Página 1/1



**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ**



Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90812334-43	33.441.004/0001-64	04/2019

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**
 Título do Estabelecimento
 Endereço do Estabelecimento **RUA JOSE DA SILVA, 198, BRCAO B - TAROBA - CEP 86042-280**
FONE: (43) 3322-1595
 Município de Instalação **LONDRINA - PR, DESDE 04/2019**
(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual **ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 04/2019**
 Natureza Jurídica **206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
 Atividade Econômica Principal do Estabelecimento **4511-1/01 - COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS**
4511-1/02 - COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS
 Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento **4541-2/03 - COMERCIO A VAREJO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS NOVAS**
4661-3/00 - COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUARIO; PARTES E PECAS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	150.129.279-07	GUSTAVO ANTONHOLI GARCIA	SÓCIO MENOR (ASSIST/REPR)
CPF	150.129.379-61	LEONARDO ANTONHOLI GARCIA	SÓCIO MENOR (ASSIST/REPR)
CPF	035.376.829-48	ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 30/05/2024.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90812334-43

Emissão Eletrônica via Internet
30/04/2024 10:30:29



Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CLEPAR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Gestão de Cadastro e Informações
Gerência de Cadastro Mobiliário

CNPJ/CPF 33.441.004/0001-64		ALVARÁ DE LICENÇA		CMC 256.867-5	
Processo nº 25555 / 2019		Validade Enquanto cumprir as exigências da legislação em vigor			
Nome ou Razão Social ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA					
Nome Empresa					
Endereço RUA EUCLIDES DA CUNHA 206 FUNDOS JARDIM SHANGRI-ELA					
Cidade/UF LONDRINA / PR		CEP 86.076-400	Área m² 40	Zonamento ZR-8	
S.E.A. 196027		Início Anuidade 24/04/2019			
Código CNAE G-4511-3/01-00		Descrição da Atividade Econômica (CNAE) Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos - (Médio Risco conf. Dec. 1167/20)			
Código CNAE G-4511-1/02-00		Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE) Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados - (Médio Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4541-2/03-00		Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas - (Médio Risco conf. Dec. 1167/20)			
G-4661-3/00-00		Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuario, partes e peças - (Médio Risco conf. Dec. 1167/20)			
Observação PRP1934357186 - LUBRIFICADO SOMENTE PARA ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO, PROIBIDO O ESTOQUE/GUARDA/ARMAZENAMENTO DE MERCADORIAS, MATERIAIS, PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E/OU MAQUINARIOS NO LOCAL, PROIBIDO CARGA E DESCARGA DE PRODUTOS E/OU MERCADORIAS NO LOCAL.					
Londrina, 13 de maio de 2019 Dispensado carimbo e assinatura, conforme Art 19, do Decreto 1167/2020 - Espetado via internet 26/11/2020 05:41:57.					
Código Validador: 6Ya5Xc%Gj Para confirmar a autenticidade deste Alvará de Licença acesse http://www2.londrina.pr.gov.br .					
<p>IMPORTANTE</p> <p>Este Alvará de Licença deverá ficar exposto no estabelecimento licenciado. Em caso de encerramento, mudança de endereço, alteração do ramo de atividade, de razão social ou quadro societário, deverá solicitar tais alterações previamente, ao Secretário Municipal de Fazenda. A Situação Cadastral atualizada desta empresa no município de Londrina poderá ser consultada através do endereço eletrônico: http://www.londrina.pr.gov.br.</p>					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 33.441.004/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:12:31 do dia 08/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/07/2024.

Código de controle da certidão: **9154.42AA.E986.7849**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

121

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033462521-14

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 33.441.004/0001-64

Nome: **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 04/09/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Fazenda
Diretoria de Arrecadação - Gerência de Pronto Atendimento

CERTIDÃO NEGATIVA UNIFICADA

Nº 4684243 / 2024

Válida por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da expedição

Certificamos que não existe débito vencido correspondente a Impostos, Taxas, Contribuição de Melhoria e Outros do Cadastro Mobiliário, Contribuinte e Imobiliário, bem como inexistência de Dívida Ativa, com relação ao abaixo referido:

ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CPF/CNPJ: 33.441.004/0001-64

Fica reservado ao Município o direito de cobrar débitos que porventura venham a ser constatados em buscas, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos geradores já ocorridos.

Finalidade da certidão: **DIREITO** (Licitação, Cadastro, Incentivo à Cultura e/ou Esporte, Financiamento, Inventário, Baixa, Transferência).

Londrina, 15 de fevereiro de 2024

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.londrina.pr.gov.br>>.

Dispensados carimbo e assinatura, conforme art. 3º do Decreto Nº 640/2015.

Código Validador
3Tl#1n7Sy0YP

Modelo aprovado pela Portaria Nº 002/2015/GAB/SMF

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 33.441.004/0001-64
Razão Social: ANTONHOLI E GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Endereço: R EUCLIDES DA CUNHA 206 FUNDOS / JARDIM SHANGRI-LA A / LONDRINA / PR / 86070-500

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/04/2024 a 20/05/2024

Certificação Número: 2024042102155374811433

Informação obtida em 24/04/2024 14:36:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 33.441.004/0001-64

Certidão nº: 1933283/2024

Expedição: 08/01/2024, às 14:09:23

Validade: 06/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.441.004/0001-64, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LONDRINA**

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

ARY TRISTÃO

Titular

Empregados Juramentados

Ana Paula Tristão

Lourival Danelutti

Edenilson Donisete Macri

Iwerlei Bueno Moraes

Ozeas Pinheiro de Goes

Marta Rocha

CERTIDÃO

Fl. 001/001

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo os livros e registros eletrônicos do Cartório a meu cargo, deles **NÃO CONSTA** ter sido distribuído a qualquer Vara desta Comarca, ação alguma de **FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL** em face de:

ANTONHOLI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

CNPJ 33.441.004/0001-64

LOCAL DA SEDE LONDRINA-PR.

CUSTAS R\$ 42,95

Lei 21.868/2023 - Tab. XVI - 141 VRC x 0,277 + 10%

Busca referente aos últimos 20 anos, exclusivamente sobre a ação supra citada.

O referido é verdade e dou fê.

Londrina, 17 de Abril de 2024.

Assinado eletronicamente por

IWERLEI BUENO MORAES

CPF 727.061.809-78

Dados: 2024-04-18 15:57:16

DISTRIBUIDOR

Iwerlei Bueno Moraes

Empregado Juramentado



Consultar a autenticidade desta certidão em:
<https://portaltridade.distribuidorlonlina.com.br/index.php?codigo=DFB266196C0D0A83E8962880CF91ED36>



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição:

Nome Empresarial: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA				Protocolo: PRC2420436717																									
NIRE: 41209033243 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada																													
NIRE (Sede) 41209033243	CNPJ 33.441.004/0001-64	Data de Ato Constitutivo 24/04/2019	Início de Atividade 01/03/2019																										
Endereço Completo Rua JOSE DA SILVA, Nº 198-A, BRÇAO B, TAROBA - Londrina/PR - CEP 86042-280																													
Objeto Social COMERCIO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, MOTOCICLETAS, EMPILHADEIRAS, CAMINHÕES, FURGÕES, TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS E USADOS																													
Capital Social R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) Capital Integralizado R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)		Porte EPP (Empresa de Pequeno Porte)		Prazo de Duração Indeterminado																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Dados do Sócio</th> <th>Participação no capital</th> <th>Espécie de sócio</th> <th>Administrador</th> <th>Término do mandato</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Nome LEONARDO ANTONHOLI GARCIA</td> <td>CPF/CNPJ 150.129.379-81</td> <td>R\$ 49.950,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td>Indeterminado</td> </tr> <tr> <td>Nome GUSTAVO ANTONHOLI GARCIA</td> <td>CPF/CNPJ 150.129.279-07</td> <td>R\$ 49.950,00</td> <td>Sócio</td> <td>N</td> <td>Indeterminado</td> </tr> <tr> <td>Nome ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA</td> <td>CPF/CNPJ 035.376.829-48</td> <td>R\$ 100.100,00</td> <td>Sócio - Administrador / S MAE/REPRESENTANTE</td> <td>Administrador</td> <td>Indeterminado</td> </tr> </tbody> </table>						Dados do Sócio		Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	Nome LEONARDO ANTONHOLI GARCIA	CPF/CNPJ 150.129.379-81	R\$ 49.950,00	Sócio	N	Indeterminado	Nome GUSTAVO ANTONHOLI GARCIA	CPF/CNPJ 150.129.279-07	R\$ 49.950,00	Sócio	N	Indeterminado	Nome ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA	CPF/CNPJ 035.376.829-48	R\$ 100.100,00	Sócio - Administrador / S MAE/REPRESENTANTE	Administrador	Indeterminado
Dados do Sócio		Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato																								
Nome LEONARDO ANTONHOLI GARCIA	CPF/CNPJ 150.129.379-81	R\$ 49.950,00	Sócio	N	Indeterminado																								
Nome GUSTAVO ANTONHOLI GARCIA	CPF/CNPJ 150.129.279-07	R\$ 49.950,00	Sócio	N	Indeterminado																								
Nome ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA	CPF/CNPJ 035.376.829-48	R\$ 100.100,00	Sócio - Administrador / S MAE/REPRESENTANTE	Administrador	Indeterminado																								
Dados do Administrador Nome ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA		CPF 035.376.829-48	Término do mandato Indeterminado																										
Último Arquivamento Data 28/09/2022	Número 20225772124	Atos/Eventos 002/021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)		Situação ATIVA Status SEM STATUS																									

Esta certidão foi emitida automaticamente em 23/04/2024, às 15:06:19 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **NKEKOGDN**
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCHIA
Secretaria-Geral

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
 CNPJ: 33.441.004/0001-64
 Incrição Estadual: 90812334-43
 TEL (43) 3338-7221 - E-mail: comercial@webvalor.net.br
 R. José da Silva, 198, Tarobá - CEP 86.042-280, Londrina/PR

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE UNIFICADA

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

A empresa **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ/MF Nº 33.441.004/0001-64, sediada à Rua José da Silva, nº 198, Londrina/PR, representada por sua sócia-administradora **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, inscrita no CPF sob o nº 035.376.829-48, **DECLARA**, por meio de seu representante legal infra-assinado, que:

(x) Declara, sob as penas do artigo 299, do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), Microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. *Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

a) Declaramos, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente Pregão Eletrônico, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) Declaramos, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;

c) Declaramos estar cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos;

d) Assumimos a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93, da Lei nº 8.213/91;

f) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021;

g) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos Processos Licitatórios/de Contratação Direta, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, inscrita no CPF sob o nº 035.376.829-48 cuja função/cargo é sócia-administradora, responsável pela assinatura do contrato;

h) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

i) observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal.

 _____

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 33.441.004/0001-64
Inscrição Estadual: 90812334-43
TEL: (43) 3338-7221 - E-mail: comercial1@webvalor.net.br
R. José da Silva, 198 Tereza, CEP 86.042-200, Londrina/PR

j) Declaramos, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordamos que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: comercial1@webvalor.net.br
Telefone: (43) 3338-7221

k) Caso altere o citado e-mail ou telefone, comprometemo-nos a protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de sermos considerados como intimados pelos meios anteriormente fornecidos.

l) Nomeamos e constituímos o (a) senhor (a) **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, inscrita no CPF sob o nº 035.376.829-48, para ser o (a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao pregão Eletrônico nº 013/2024 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Londrina, 16 de maio de 2024

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:035376
82948

Assinado de forma
digital por ANDREIA
MARIA ANTONHOLI
GARCIA:03537682948
Dados: 2024.05.16
10:57:11 -03'00'

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA
CPF Nº 035.376.829-48



projetada para você ser grande

O novo Camaro é a maior e mais poderosa das Américas. Com 160 cavalos de potência, 200 km/h em 10 segundos e 0 a 100 em 6,5 segundos, o Camaro é a maior e mais poderosa das Américas. Com 160 cavalos de potência, 200 km/h em 10 segundos e 0 a 100 em 6,5 segundos, o Camaro é a maior e mais poderosa das Américas.

O novo Camaro é a maior e mais poderosa das Américas. Com 160 cavalos de potência, 200 km/h em 10 segundos e 0 a 100 em 6,5 segundos, o Camaro é a maior e mais poderosa das Américas. Com 160 cavalos de potência, 200 km/h em 10 segundos e 0 a 100 em 6,5 segundos, o Camaro é a maior e mais poderosa das Américas.

2

3

1. Furgão, Vitre e Minibus

	FURGÃO E VITRE			MINIBUS
	L1H1	L2H2	L3H2	L3H2
B - Comprimento	5048	5548		6198
G - Largura sem retrovisor				2070
H - Largura total com retrovisor (máxima)				2494
E - Altura (com veículo vazio)	2306			2492
A - Entre-eixos	3182	3682		4332
F - Largura entre Rodas Dianteiras				1750
F - Largura Entre Rodas Traseiras				1730
D - Comprimento entre a frente e o eixo frontal				869
C - Comprimento entre a traseira e o eixo traseiro				1024

DIMENSÕES ESPECÍFICAS DE CARGA (mm)	FURGÃO E VITRE		
	L1H1	L2H2	L3H2
Altura do compartimento de carga	1700		1894
Comprimento do compartimento de carga (máxima)	2606	3106	3756
Altura do piso do compartimento de carga em relação ao solo (mínima/máxima)	562	559	557
Largura da abertura da porta lateral corredeira	1050		1270
Altura da abertura da porta lateral corredeira	1581		1780
Altura da abertura da porta traseira	1627		1820
Largura da abertura inferior da porta traseira			1580
Largura interna entre caixa de rodas no compartimento de carga			1380
Largura interna máxima na zona de carga			1765
Alças de fixação no compartimento de carga Furgão e Furgão PRO (Unid.)	8	10	12

2. Chassi Cabine

DIMENSÕES (mm)	CHASSI CABINE
	L2H1
A - Altura da Cabine	2306
B - Comprimento	5548
C - Entre-eixos	3682
D - Comprimento entre a frente e o eixo frontal	869
E - Comprimento entre a traseira e o eixo traseiro	1119
F - Altura do Solo	210
G - Ângulo de Ataque	30°
H - Ângulo de Saída	34,5°

DIMENSÕES ESPECÍFICAS DE CARGA (mm)	CHASSI CABINE
	L2H1
A - Comprimento total máx. com implemento*	5,643
B - Comprimento total do implemento*	3,184/3,466
C - Altura máx. total com implemento*	3,500
D - Largura do implemento*	2,170/2,350
*Dimensões máximas e mínimas meramente indicativas. Ajustar de acordo com a adaptação e a posição do centro de gravidade.	

	Furgão	Furgão PRO	Furgão Vitre	Minibus	Chassi Cabine
Arquitetura	Tração dianteira, tipo furgão, sem porta lateral corredora e porta traseira dupla contrabante				Tração dianteira, tipo chassi cabine, sem implemento
Estrutura	Carroceria monobloco construída com aço				
MOTOR					
Denominação	MBT GEN4 AdBlue				
Descrição	Posição transversal, motor 4 tempos a diesel - 4 cilindros em linha, resfriado a água sob pressão, com vaso de expansão e sistema de redução de emissões ativo (ARLA 32)				
Tipo de alimentação	Common Rail Turbo Intercooler				
Cilindrada (cm³)	4.299				
Número de cilindros e válvulas	4 cilindros e 16 válvulas				
Diâmetro x curso	85x101,3				
Taxa de compressão	16,1				
Potência máxima (ISO/ABNT)	136 cv (93300rpm)				
Torque máximo (ISO/ABNT)	360 Nm @ 1500rpm				
Norma de emissão	Proconve L7				
Dispositivos antipoluição (ARLA 32)	Catalizador catalítico (SCR) com uso de ureia (ARLA 32) e filtro particulado (DPF)				
TRANSMISSÃO					
Câmbio	Mecânica de 6 marchas (PF 6)				
Marchas	5 marchas à frente e 1 marcha à ré				
Tração	Quilates por meio de 2 eixos transversais com juntas homocinéticas				
DIREÇÃO					
Direção	Com Assistência Elétrica-hidráulica				
SUSPENSÃO					
Suspensão dianteira	Tipo MacPherson, com braço inferior retangular, barra estabilizadora, molas helicoidais e amortecedores hidráulicos telescópicos				
Suspensão traseira	Eixo rígido com travessas longitudinais semi-elásticas de lâminas em aço e amortecedores hidráulicos telescópicos				
FREIOS					
Freios Dianteiros	Freio hidráulico com Discos Ventilados				
Freios Traseiros	Freio hidráulico com Discos Sólidos				
PNEUS E RODAS					
Pneus	225/65 R16				
Rodas	Aço 6x16 1/2 5.66				
Estepe	Aço 6.5x16 1/2 5.66 (Homogêneo)				
COMBUSTÍVEL					
Tipo de Combustível	Diesel S10				
Tanque de Combustível (litros)	100			80	100
Tanque de ARLA 32 (litros/autonomia km)	20 Litros / (x5=100 km)				
DESEMPENHO					
Velocidade máxima	145			144	143
Aceleração 0 - 100 km/h	11,5			19,8	17,1
CAPACIDADES					
Número de ocupantes	5 1 condutor e 4 passageiros			13 1 condutor e 12 passageiros	
Volume de Carga	8 m³ (L1H1) 10,8 m³ (L2H2) 13 m³ (L3H2)			1.000 lbs (Bacajá) 8 m³ (Cacamba) 18 m³ (Bau)	
PESOS (Kgs.)					
Peso do veículo em ordem de marcha (PVOM)	1978 (L1H1) 2049 (L2H2) 2125 (L3H2)	1990 (L1H1) 2079 (L2H2) 2147 (L3H2)	2139 (L2H2) 2173 (L3H2)	2508	1746
Carga Útil	1523 (L1H1) 1491 (L2H2) 1375 (L3H2)	1750 (L1H1) 1621 (L2H2) 1553 (L3H2)	1621 (L2H2) 1577 (L3H2)	1240	1746
Peso Bruto Total (PBT)	3500	3709	3750	3750	3500
Capacidade Máxima de Tração (CMT) com/sem freio	2000 / 750	SEM REBOQUE		SEM REBOQUE	2000 / 150
GARANTIA					
Garantia	1 ano ou 100 mil quilômetros (o que ocorrer primeiro) e 5 anos anti-rugosão				

	FURGÃO L1H1	FURGÃO PRO L1H1	FURGÃO L2H2	FURGÃO PRO L2H2	VITRÉ L2H2	FURGÃO L3H2	FURGÃO PRO L3H2	VITRÉ L3H2	MINIBUS L3H2	CHASSI L2H1
APRESENTAÇÃO EXTERIOR E INTERIOR										
Faróis dianteiros com assinatura luminosa C-Shape	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Grade frontal com detalhe cromado	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Frisos de proteção laterais / Frisos de proteção traseira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Roda de Aço 16" com calotas de rodas "Mini"	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Retrovisores externos com setas de direção integradas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Brake Light (terceira luz de freio nas portas traseiras)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Estofamento em tecido KAIRO NOIR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Portas traseiras em chapa (abertura 180°)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Portas traseiras vidradas com abertura 180°	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
Portas traseiras em chapa com abertura 270°	—	—	OP*	OP*	—	OP*	OP*	—	—	—
Painel lateral direito em chapa / Porta lateral direita em chapa	*	*	*	*	—	*	*	—	—	—
Painel lateral direito com vidro fixo / Porta lateral direita com vidro fixo	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
Painel lateral esquerdo em chapa	*	*	*	*	—	*	*	—	—	—
Painel lateral esquerdo com vidro fixo	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
Grade de proteção atrás do motorista completa em Chapa sem Janela	*	*	*	*	—	*	*	—	—	—
Grade de proteção atrás do motorista completa em Chapa com Janela	—	—	—	—	—	—	—	—	—	*
Sem Grade de proteção atrás do motorista	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
CONFORTO E CONVENIÊNCIA										
Air quente	—	*	—	*	—	—	*	—	—	*
Air-condicionado	*	OP	*	OP	—	*	OP	—	—	OP
Air-condicionado com saídas traseiras	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
Computador de bordo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Banco do motorista com regulagem de altura e lombar	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Apoios de cabeça dianteiros com regulagem de altura (motorista e passageiros)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Volante com regulagem de Altura	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Direção Eletro-hidráulica	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Retrovisores externos com desembaçador, dupla visão e regulagem elétrica	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Iluminação no compartimento de carga sobre as portas traseiras e a porta lateral	*	*	*	*	*	*	*	*	—	—
Tomada 12 V	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Chave com comando de travamento a distância por radiofrequência	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Travas Elétricas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Vidros dianteiros elétricos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Cruise Control (Regulador de Velocidade)	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP
Limitador de Velocidade	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP
Câmera de Ré	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	—
Sensor de Ré	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	—

* Opcional Fora do PAOI

LISTA DE EQUIPAMENTOS

136

	FURGÃO L1H1	FURGÃO PRO L1H1	FURGÃO L2H2	FURGÃO PRO L2H2	VITRÉ L2H2	FURGÃO L3H2	FURGÃO PRO L3H2	VITRÉ L3H2	MINIBUS L3H2	CHASSI L2H1
SEGURANÇA										
Faros halógenos com regulagem elétrica de altura	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Luzes de circulação diurna em LED (DRL)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Airbag Frontal Duplo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
ABS + EBD - Freios com Sistema Anti-bloqueio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
APU - Auxílio à Frenagem de Urgência	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
ESP - Control de Estabilidade	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
TCS - Controle de Tração	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
HSA - Auxílio de Partida em Rampa	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
TSM - Assistente de Tração de Reboque	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
AC - Controle Adaptativo de Carga	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
RMI - Sistema Anti-capotamento	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
RDM - Auxílio à Mitigação de Capotamento	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
SWA - Sistema Estabilizador de Ventos Laterais	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
CAR - Travamento Central Automático ao atingir 5 km/h com destravamento em caso de colisão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
EGD - Assistente de Aderência Prolongada em Partida (Extended Grip)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Alças de fixação no compartimento de carga	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Barra de proteção lateral nas portas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Bloqueio de ignição por transponder	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Fanfarra de Nebulina	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP
Iliminação lateral externa	—	—	—	—	—	*	*	*	*	—
Estepe externo Homogêneo (localizado na parte traseira, abaixo do veículo)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Inviolabilidade do acesso ao tanque de combustível	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Protetor do cárter do motor da caixa de câmbio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Corrente de distribuição no motor	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Sistema GSI - Indicador de troca de marcha (Gear Shift Indicator)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Sistema OCS - Controle de Troca de Óleo por uso Intensivo (Oil Control System)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Luz de advertência do nível de óleo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tacógrafo digital	—	—	—	—	—	—	—	—	*	—
SISTEMA MULTIMÍDIA										
Pré disposição para rádio (2 Alto-falantes)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Multimídia Pioneer AVH-5180 TV com Tela de 7" Touchscreen; rádio AM/FM e MP3 com interface iPod/iPhone, Interface iPod/iPhone Bluetooth® para áudio e telefone, Conectividade com o Android Auto® e Apple CarPlay®, Tomada USB (2.0 high speed - 1.5A), Entrada Auxiliar, DVD Player, TV Digital	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87.235-000
Fone/Fax +44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

137

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O município de Indianópolis, estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.798.355/0001-77, situado à Praça Caramuru, nº150. Atesta, para os devidos fins, que a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 33.441.004/0001-64, com sede na cidade de Londrina / PR, à Rua Euclides da Cunha, 206 fundos, CEP: 86.070-500, tendo por seu representante legal o Sra. **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, portadora da Carteira de Identidade nº. 71707059 SESP/PR e CPF/MF nº. 035.376.829-48, nos forneceu um veículo, referente ao pregão eletrônico 031/2020 – contrato 148/2020:

Ambulância tipo A, 2020/2021, Marca: Mercedes-Benz, Modelo: Sprinter 416 Furgão, Volume total de 10,5m³, motorização mínima 2.2, Valor: R\$170.000,00 (Cento e Setenta Mil Reais).

Indianópolis, estado do Paraná, 05 de Janeiro de 2022

ANTONIA APARECIDA DE ABREU

Chefe da Divisão de Planejamento

CPF: 734.715.349-20

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA 035376
82948
Assinado em forma
digital por ANDREIA
MARIA ANTONHOLI
GARCIA 03537682948
Data: 2022.01.11
16:08:04 -03'00'

www.indianopolis.pr.gov.br

Consulte os dados do ato em: <https://atendimento@tribunaonline.org.br/Consulta/Documento/106401101222700302252>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 106401101222700302252-1
Data: 11/01/2022 16:32:08
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMK54705-FV78



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pinheiro - PB
(51) 3344-5484 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://www.azevedobastos.net.br>

Vilmar Azevedo de M. Cardozo
Tutor



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 11 de janeiro de 2022 16:40:33 GMT-03:00. CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas, com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário, através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 11/01/2022 17:32:24 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://auladigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site:

*Código de Autenticação Digital: 108401101222700302292-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fe.

CHAVE DIGITAL

00010734fd94f05712d69fe6bc05b0359e366e34f440b8e2e01b93c46077e0d010262ac9fe1b5564d5b6777a04acc4c3471700d543b4bfc6727707f4078e033522d9bd7f96d13c4b594cbdf03184



Assinatura manuscrita



Impressão da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 28 de agosto de 2001



Assinatura manuscrita



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O município de Palmeira, inscrito no CNPJ sob o nº 76.179.829/0001-65, situado à Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, representado por Sergio Luis Belich, portador da identidade nº 3.880.070-1 SESP/PR e CPF nº 752.815.549-72. Atesta, para os devidos fins, que a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.441.004/0001-64, com sede na cidade de Londrina / PR, à Rua Euclides da Cunha, 206 fundos, CEP: 86.070-500, tendo por seu representante legal o Sra. **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, portadora da Carteira de Identidade nº. 71707059 SESP/PR e CPF/MF nº. 035.376.829-48, nos forneceu um veículo ambulância da marca Renault, modelo Master L2H2, em perfeito funcionamento, dentro dos prazos de entrega estabelecidos. Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa acima citada.

Palmeira, 08 de janeiro de 2022

SERGIO LUIS
BELICH:75281
554972

Assinado de forma
digital por SERGIO LUIS
BELICH:75281554972
Data: 2022.01.08
08:38:05 -03'00'

SERGIO LUIS BELICH
RG: 3.880.070-1

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:035376
82948

Assinado de forma
digital por ANDREIA
MARIA ANTONHOLI
GARCIA:03537682948
Data: 2022.01.08
14:14:19 -03'00'

Gabinete do Prefeito | Rua Luiza Trombini Malucelli, 134 - Centro Cívico - (42) 3909.5020 | www.palmeira.pr.gov.br

Confirme os dados do ato em <https://servidor.digitei.org.br/ou/Consultar-o-Documento-em-https://azzevedobastos.net.br/documentos/108400601221227561460>.



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 108400601221227561460-1
Data: 08/01/2022 14:17:37
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMK51658-C9AL;



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1185
Bairro São Estevão, João Pessoa - PB
(83) 3244-3404 - atendimento@azzevedobastos.net.br
<https://azzevedobastos.net.br>



Volante Autenticação de Selo
Data

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Venâncio Luiz Gomes Fernandes, em quinta-feira, 8 de janeiro de 2022 14:19:11 GMT-03:00. CNIS: 05.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa: 1145/Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos onudos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 6º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 06/01/2022 17:01:23 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br. Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital.

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

*Código de Autenticação Digital: 108400601221227561460-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

0001d734fd94f057f2d69fe6bc05b4a74d4c922c0d5fe659263bed39c5fe7701ed132e3be3b294f91cb029f1a4dd655d1cc581fdb226836274436159b3933033522d9bdf796d13c4b594cbd03184



Presidência da República
Cartório Civil
Medida Provisória nº 2200-1,
de 24 de agosto de 2001



[Assinatura manuscrita]


[Assinatura manuscrita]



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O município de Vassouras, através do Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ sob o nº 11216262/0001-04, situado à Praça Juiz Machado Junior, nº19, representado por João Carlos da Silva Pinto, portador da identidade nº12267283-5 IFF RJ. Atesta, para os devidos fins, que a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.441.004/0001-64, com sede na cidade de Londrina / PR, à Rua Euclides da Cunha, 206 fundos, CEP: 86.070-500, tendo por seu representante legal o Sra. **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, portadora da Carteira de Identidade nº. 71707059 SESP/PR e CPF/MF nº. 035.376.829-48, nos forneceu um veículo (Ambulância) da marca Renault, Master L1H1, em perfeito funcionamento, dentro dos prazos de entrega estabelecidos. Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa acima citada.

Vassouras, 11 de janeiro de 2022


João Carlos da Silva Pinto.
Coordenador de Transportes.
Mat.:110274-5
Secretaria de Saúde
Prefeitura Municipal de Vassouras RJ

ANDREIA
MARIA
ANTONHOLI
GARCIA-03537
682948

Assinado em forma
digital por ANDREIA
MARIA ANTONHOLI
GARCIA-035376829-
48
Data: 2022.01.11
08:47:17 -0500



FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00/ João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.net.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.net.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc....

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://cmegeatoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital) ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 11/01/2022 10:11:02 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

Código de Autenticação Digital: 108401101227542332661-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé

CHAVE DIGITAL

d9bd7f96d13c4b594cbdf03184



ICP
Brasil

Presidência da República
Casa Civil
Mesa da Presidência 30/2/2007
de 24 de agosto de 2005.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA

ESTADO DO PARANÁ

143

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O município de Imbituva-Pr, inscrito no CNPJ sob o nº 76.175.892/0001-23, situado à Rua José Bhurer, nº462, representado por Thiago Bobato de Campos, portador da identidade nº12.726.120-2. Atesta, para os devidos fins, que a empresa ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.441.004/0001-64, com sede na cidade de Londrina / PR, à Rua Euclides da Cunha, 206 fundos, CEP: 86.070-500, tendo por seu representante legal a Sra. ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA, portadora da Carteira de Identidade nº. 71707059 SESP/PR e CPF/MF nº. 035.376.829-48, nos forneceu um veículo VEICULO AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE TIPO "A", VEICULO 0 KM, da marca MERCEDES BENZ, em perfeito funcionamento, dentro dos prazos de entrega estabelecidos. Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa acima citada.

Imbituva, 11 de janeiro de 2022

THIAGO BOBATO DE CAMPOS

RG: 12.726.120-2

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA 035376
82948

Assinatura feita
digital por ANDREIA
MARIA ANTONHOLI
GARCIA 03537682948
Data: 2022.01.11
09:22:12 -05'00'

Impr. em 11/01/2022 08:22:45
144.11427.11584233

11/01/2022 08:22:45
E-mail: gabinete@imbituva.pr.gov.br

CNPJ 76.175.892/0001-23
www.imbituva.pr.gov.br

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.us.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documentos/108401101228610449815>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 108401101228610449815-1
Data: 11/01/2022 08:22:45
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMK53894-DQB3;



CNPJ 00.870.000

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1185
Bairro São Estevão, João Pessoa - PB
(03) 3244-5494 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>



Valdireia Azevedo de M. Cavalcanti
Tribunal

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 11 de janeiro de 2022 09:28:11 GMT-03:00. CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB.
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas, com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 11/01/2022 10:12:22 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br. Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital.

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

*Código de Autenticação Digital: 108401101229610449815-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ nº 003/2014 e Provimento CNJ nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

001d734fd94f057f2d69fe6b0c05b0359e366e34f440b8e2e01b93c4607f7aeedf5a14362584b7d686e895bbf83e745e1f4b3b638fa53ce57f6511436e377033522d9bdf796d13c4b594cbd03184



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



PALHOÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Adílio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani - Palhoça/SC -
CEP: 88.132-449 - CNPJ: 12.092.636/0001-90

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Fundo Municipal de Saúde de Palhoça, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Adílio Pagani, 855, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 12.092.636/0001-90, atesta para os devidos fins a comprovação de capacidade técnica, que a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, estabelecida na Rua Tucules da Cunha, nº 206 Fundos, em Londrina/PR, CEP 86.070-500, sob o CNPJ 33.441.004/0001-64, forneceu satisfatoriamente e dentro dos prazos de entrega estabelecidos, um veículo ambulância simples remoção ano/modelo 2020/2021, Renault Master L2H2, através do Processo Administrativo Pregão Presencial nº 213/2020, ordens de compra nº 1422 e 1423/2020, nota fiscal nº 283.

Atestamos ainda, que não existe em nossos registros até a presente data, fato que desabone a sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas com este Município.

Palhoça, 10 de janeiro de 2022.

Robson Inácio Coelho
Robson Inácio Coelho
Coordenador do Setor de Transporte

Robson Inácio Coelho
Coordenador
Matrícula 401467
Transporte de Paciente

JOEL CESAR
BRASIL
GARCIA:1706
8040823

Assinado de forma
digital por JOEL
CESAR BRASIL
Data: 2022.01.11
08:09:54 -0500

Confira os dados do ato em: <https://seidigital.tpb.br.br/ga> Consulte o Documento em: <https://azavedobastos.net.br/documento/108401101229688995626>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 108401101229688995626-1
Data: 11/01/2022 08:45:45
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMK53838-K109



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1189
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(51) 3244-3404 - contato@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>



Valores Assinados por M. Coordenador
TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

146



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 11/01/2022 10:09:34 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital.

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

*Código de Autenticação Digital: 108401101229665995626-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ nº 003/2014 e Provimento CNJ nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00...1d734fd94f057f2d69fe6bc05b0359e366e34f440b8e2e01b93c46077a1cbd4589010ad7dbf3d8b375e8fcb29d4a9791a6686c214c77e61e97c08959033522d9bdf796d13c4b594cbdf03184



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001



[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



Prefeitura Municipal de Florestópolis

Lei nº 790 de 14/11/1953 - CNPJ 75.845.495/0001-59

Rua Santo Inácio, 161 - Centro - CEP: 86.165-000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Florestópolis-Pr., inscrito no CNPJ 75.845.495/0001-59, situado no endereço (Rua Santo Inácio nº161), representado por Devanir de Abreu, portador da carteira de identidade nº 6.417.808-3. Atesta para os devidos fins que a empresa **ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, estabelecida na Rua Euclides da Cunha 206. Jd Shangrila- Londrina - PR, CEP 86070-500 inscrita no CNPJ 33.441.004/0001-64, nos forneceu veículo tipo Pick-up transformado em Ambulância da Marca Chevrolet com primeiro emplacamento em nome do município e em perfeito funcionamento e dentro dos prazos de entrega estabelecidos.

Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa acima citada.

Por ser verdade firmamos o presente,

Florestópolis, 02 de agosto de 2019

DEVANIR DE ABREU
Diretor de Compras
RG - 6.417.808-3

Devanir de Abreu
RG nº 6.417.808-3
Diretor de Compras

Rua Santo Inácio, 161 - CX. POSTAL 31 - FONE (0xx47) 3663.1212 - A.X. (0xx



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimento e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço: <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 11/09/2019 13:27:23 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1346125

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 11/09/2020 11:34:17 (hora local).

¹Código de Autenticação Digital: 108401109191133350260-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94; Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014

O referido é verdade, dou fé

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b4db3a1f6a3c3d70c682a8b13963e8d17886d353ef59913a79ae1bf25ae15b6ad033522d9bdf796d13c4b594cbd
f0318454e6e079e500bf8b6696651b2e76ab23



[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



Prefeitura Municipal de Florestópolis

Lei nº 790 de 14/11/1951 - CNPJ 75.845.495/0001-59

Rua Santo Inácio, 161 - Centro - CEP: 86.165-000

149

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Florestópolis-Pr., inscrito no CNPJ 75.845.495/0001-59, situado no endereço (Rua Santo Inácio nº161), representado por Devanir de Abreu, portador da carteira de identidade nº 6.417.808-3. Atesta para os devidos fins que a empresa **ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, estabelecida na Rua Euclides da Cunha 206, Jd Shangrila-A - Londrina - PR, CEP 86070-500 inscrita no CNPJ 33.441.004/0001-64, nos forneceu veículos **AMBULÂNCIA** da **Marca Peugeot Partner com primeiro emplacamento em nome do município** e em perfeito funcionamento e dentro dos prazos de entrega estabelecidos.

Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa acima citada.

Por ser verdade firmamos o presente,

Florestópolis, 06 de agosto de 2019.


DEVANIR DE ABREU
Diretor de Compras
RG - 6.417.808-3

Devanir de Abreu
RG nº 6.417.808-3
Diretor de Compras

Rua Santo Inácio, 161 - CX. POSTAL 111 - FONE (0xx43) 3662-1221-3 FAX (0xx43) 3662-1357 - CEP 86.165-000 - Florestópolis-PR



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 108402806202828463808-1
Data: 28/08/2020 12:05:25
Valor Total do Ato: R\$ 4,58
Selo Digital Tipo Normal C: AKK59816-QG08;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Barro das Estrelas, João Pessoa - PB
(31) 244-5464 - cartorio@azevedobastos.com.br
- https://azevedobastos.com.br

Sra. Valter Azevêdo Bastos
TJ/PB



Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º Inc. VIII da Lei Federal 8.933/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008. Autentica o presente documento digitalizado, reprodução, falsificação, alteração ou qualquer outro ato ilícito. Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.com.br/documentos> ou <https://azevedobastos.com.br/documentos/108402806202828463808>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **28/08/2020 13:28:12 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e Informe o Código de Autenticação Digital.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 108402808202828463808-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.405/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f05712d69fe6bc05b372accf63a9359403c1bae573ad03feb06515ae7949ed78bb43d81d23a2e181a6eff71ac6f790931429152fa3df0ea6c033522d9bdf796d13c4b594cadf03184



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2200-2
de 24 de agosto de 2001.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO

Av. Engº Antonio de Castro Figueira nº 100
Vila Santa Luzia - Alumínio - SP - CEP 18.125-000
C.G.C. 58.987.629/0001-57 - Fone (11) 4715-8500
Departamento Municipal de Saúde - 4715-3890

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Alumínio - SP, inscrito no CNPJ 58.987.629/0001-57, situado no endereço Av. Engº Antonio de Castro Figueira nº 100 - Vila Santa Luzia Alumínio - São Paulo - CEP 18125-000, representado por Carlos Alberto de Oliveira Zaranello, portador da carteira de identidade nº 4.833.411 SSP/SP. Atesta para os devidos fins que a empresa ANTÔNIO H. E. GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 33.441.004/0001-64 e estabelecida na Rua Euclides da Cunha, bairro Jardim Shangrila - A - Londrina / PR, nos forneceu um veículo da marca Renault, modelo Master transformado em Ambulância, em perfeito funcionamento, dentro dos prazos de entrega estabelecidos. Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa acima citada.

Alumínio, 20 de Setembro de 2019.

Carlos Alberto de Oliveira Zaranello
Diretor Administrativo do
Departamento de Saúde

Carlos Alberto de Oliveira Zaranello
Diretor Administrativo do Departamento de Saúde



[Handwritten initials]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
 Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.net.br>
 E-mail: cartorio@azevedobastos.net.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo, identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/11/2019 10:47:31 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.net.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.net.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1389879

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **08/11/2020 08:19:11 (hora local)**

***Código de Autenticação Digital: 108400811190815220532-1**

***Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fe.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be9c116198b3169076824e8d26e26812e9827b5426a8641710a3d4b836e7b4a30033522d9bdf796d13c4b594c
 bdf03184333aa68d072e1137c18d73f8075cfc3



13



153

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DIRETORIA DE COMPRAS
ATESTADO E CAPACIDADE TÉCNICA

Exercício: 2019
Página: 1 1

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita sob o CNPJ: 33441084000164, com sede à **RUA EUCLIDES DA CUNHA, 206 FUNDOS – LONDRINA - PR**, forneceu os itens abaixo relacionados no período de **01/01/2019** a **25/09/2019**, sendo cumprida todas as exigências legais, não havendo nada que o desabone até a presente data.

Modalidade: 13 - Pregão Presencial
Processo: 233/2019

Sequência: 48/2019
Data Licitação: 09/08/2019

Cd. Produto	Descrição	Unidade	Quantidade Entregue
11.000091-0	AMBULANCIA TIPO A - SIMPLES REMOCAO - TIPO FURGAO	LIN	1,00

VALOR R\$ 175.500,00

CERQUILHO, 25 de setembro de 2019.

ROBSON ALBINO
Diretor de Compras

Robson Albino
Diretor de Compras e Licitação
CPF 139.794.358-06



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel. (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes?

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário, através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/11/2019 10:47:53 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1389878

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **08/11/2020 08:19:11 (hora local)**.

Código de Autenticação Digital: 108400811190815220556-1

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be9c116198b3169076824e6d26e26812a05bc3191187d4f18fc502b0a023c3eaf033522d9bdf796d13c4b594cbdf03184f8aa12a4585422cfda046beacac3da050



(Assinaturas manuscritas)



TRIEL-HT INDUSTRIAL E PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Salomão Loschpe, 901 | Distrito Industrial | 99700-000 | Erechim RS
 engenhariave@trielht.com.br | www.trielht.com.br | Fone/Fax: (54) 3520.3110
 CNPJ: 09.422.042/0001-24 e Inscrição Estadual: 039/0002445

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação que a Empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 33.441.004 /0001 -64 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 90812334-43, fabricou e forneceu para a nossa empresa, no ano de 2019, 1 (uma) Tipo Ambulância.

O veículo furgão foi transformado pela empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, este veículo foi projetado, produzido e entregue de acordo com as especificações satisfatoriamente, contendo:

- Banco tipo baú;
- Sistema de sinalização;
- Maca retrátil;
- Armários internos;
- Revestimento interno;
- Plotagem.

Atestamos também que o fornecimento foi realizado dentro das características técnicas e normas exigidas, nos prazos pactuados, não havendo até o presente momento nada que desabone o desempenho operacional do equipamento.

Estamos satisfeitos com a assistência técnica e com os equipamentos da empresa e estamos à disposição para maiores esclarecimentos.
 Por ser verdade, firmamos o presente atestado.

Erechim-RS, 24 de Maio de 2019

Daniel Rossett
Comercial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa/PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada 'Código de Autenticação Digital' ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **06/08/2019 13:43:08 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentic@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1316494

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **06/08/2020 13:41:35 (hora local)**.

Código de Autenticação Digital: 108400608191306590758-1

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b62fb937095f5347138da07daa010396af8f3f5a56b71405775c8a3094e80da033522d9bdf796d13c4b594cbdf0318458581eb1033be1e26e334e8d3d305a6a





Prefeitura do Município de Cianorte
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Administração
Setor de Compras

157

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Cianorte, inscrito no CNPJ sob o nº 76.309.806/0001-28, situado à Centro Cívico Edno Guimarães, nº 100, representado por **Patrícia Angélica Vela**, portador da identidade nº 5.784.033-1, Atesta, para os devidos fins, que a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.441.004/0001-64, com sede na cidade de Londrina / PR, à Rua Euclides da Cunha, 206 fundos, CEP: 86.070-500, tendo por seu representante legal o Sra. **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, portadora da Carteira de Identidade nº 71707059 SESP/PR e CPF/MF nº 035.376.829-48, nos forneceu 4 (quatro) veículos VEICULO 0 KM TIPO VAN PARA 16 LUGARES (15+1), COM ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO PROCESSO da marca **RENAULT MASTER**, modelo **L2H2**, em perfeito funcionamento, dentro dos prazos de entrega estabelecidos. Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa citada.

Descrição do Veículo

04	Un	Veículo 0Km Tipo Van para 16 lugares (15+1), com as especificações MÍNIMAS abaixo: <ul style="list-style-type: none">• Ano/Modelo 2019/2020 ou superior;• Equipada com 16 lugares (15+1). Com salão adaptado para transporte de passageiros. Carroceria inteiriça, teto elevado;• Motor diesel - turbo;• Motor de no mínimo 4 cilindros;• Potência mínima de 125 Cv;• Combustível Diesel;• Comprimento Total de no mínimo 5,090m; largura externa do veículo no mínimo 1,998m; altura externa do veículo no mínimo 2,135m;• Direção Hidráulica ou superior;• Ar Condicionado com duto suplementar (Motorista e Salão);• no mínimo 5 marchas a frente e 1 à ré;• Insufilme;• Suporte elevado na última fileira;• Airbag pelo menos para o motorista;• Banco do motorista com regulagem em altura;• Apoio de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros;• Cintos de segurança dianteiros laterais retráteis com regulagem de altura; assim como cintos de segurança nos demais assentos;• Porta Lateral Corredora; Portas Traseiras;• Desembaçador de ar quente;
----	----	---

Secretaria Municipal de Saúde

Avenida América, 5080 - CEP 87.209-010 - Cianorte - PR

Fone: (44) 3619-0306 e-mail: compras.saude@cianorte.pr.gov.br

ANDREIA MARIA ANTONHOLI
GARCIA 0353768-2948
Assinada digitalmente por ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA 0353768-2948
Data: 2022.01.11
Hora: 18:09:07

Confira os dados do ato em: <https://seidigital.tipo3.jus.br/ou-Consulte-o-Docimento-em-https://azevedobastos.net.br/documentos/108401101223301961389>



CARTÃO

Autenticação Digital Código: 108401101223301961389-1
Data: 11/01/2022 14:14:55
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: ANK54551-CXFF



CARTEIRA

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estúdios, João Pessoa - PB
FONE: 3344-5404 - azevedobastos@azevedobastos.net.br
<http://azevedobastos.net.br>

Wilmar Azevedo do N. Cavalcanti
TJ/PB

TJ/PB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 11 de janeiro de 2022 14:31:42 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22



Prefeitura do Município de Cianorte
Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Administração
Setor de Compras

158

- Equipada com tacógrafo e relógio digital; vidros climatizados verdes; kit elétrico; vidros dianteiros, travas e retrovisores externos; Aparelho de som USB; Extintor; Faróis com regulagem elétrica de altura;
- Capacidade mínima do tanque de 75 litros;
- Designier Externo: pintada e adesivada conforme as especificações no layout padrão fornecidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Cianorte, durante a homologação do processo;
- Equipamentos Obrigatórios: Possuir todos os equipamentos obrigatórios previstos pela legislação. Estar em conformidade com o CONTRAN, PROCONVE e CONAMA;
- Garantia de fábrica mínima de 01 (um) ano, contra defeitos de fabricação, ou 100.000 Km rodados;
- A empresa vencedora deverá possuir assistência técnica autorizada em uma distância rodoviária de no máximo 200 km da sede da Prefeitura Municipal de Cianorte para facilitar o transporte do veículo com problemas e minimizar o tempo fora da frota para não prejudicar o transporte de doentes do município;
- Inspeção do INMETRO caso veículo seja transformado;
- Adesivo conforme modelo a ser fornecido pelo município.

Cianorte, 05 de janeiro de 2022


Patricia Angélica Vela
RG: 5.784.033-1

Patricia Angélica Vela
Supervisora de Projetos
Cianorte - PR
Portaria nº 112/2018 - SEC/ADM

Secretaria Municipal de Saúde

Avenida América, 5080 - CEP 87 209-010 - Cianorte - PR
Fone: (44) 3819-0306 e-mail: compras.saude@cianorte.pr.gov.br

Confira os dados do ato em: <https://seledigital.tpi.jus.br/> ou Consulte o Documento em: <https://assinadobastos.net.br/documento/108401101223301961399/>

	Cartório	Assinatura Digital Código: 108401101223301961399-2 Data: 11/01/2022 14:14:55 Valor Total do Ato: R\$ 0,02 Selo Digital Tipo Normal C: AMK54552-9LDW		Cartório Azevêdo Bastos Av. Francisco Epitácio Pessoa - 1126 Bairro das Estrelas, João Pessoa - PB (51) 3344-5494 - martins@assinadobastos.net.br https://assinadobastos.net.br/		

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 11 de janeiro de 2022 14:31:42 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutela/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenat.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio da autenticação no Tabellionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa: 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa/PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

159



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registros, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 11/01/2022 15:56:34 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas, deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital.

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

Código de Autenticação Digital: 108401101223301961399-1 à 108401101223301961399-2

Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

001d734fd94f057f2d69fe6bc05b0359e366e34f440b8e2e01b93c4607704573523f28c715de7896892943014fd0fb331dece63fd482ca774eaf5a1f95b033522d9bdf796d13c4b594cbdf03184



Presidência da República
Casa Civil
Módulo Provisório - Brasília
de 24 de agosto de 2020





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVO ITACOLOMI

Av. 28 de Setembro, n.º 711, CEP 86.895-000
NOVO ITACOLOMI - ESTADO DO PARANÁ
CNPJ/MF n.º 95.639.472/0001-03
Fone/Fax (43) 3437.1116
E-mail: pmni@itacolomi.pr.gov.br

160

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O município de Novo Itacolomi - Pr, inscrito no CNPJ sob o nº 95.639.472/0001-03, situado à Av. 28 de Setembro, nº 711, representado por Moacir Andreolla, portador da identidade nº 4.517.353-4 SSP PR. Atesta, para os devidos fins, que a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.441.004/0001-64, com sede na cidade de Londrina / PR, à Rua Euclides da Cunha, 206 fundos, CEP: 86.070-500, tendo por seu representante legal o Sra. **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, portadora da Carteira de Identidade nº. 71707059 SESP/PR e CPF/MF nº. 035.375.829-48, nos forneceu um veículo (van ou ambulância, especificar) da marca **RENAULT**, **MODELO: MASTER L2H2**, em perfeito funcionamento, dentro dos prazos de entrega estabelecidos. Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa acima citada.

Novo Itacolomi, 10 de Janeiro de 2022.

MOACIR ANDREOLLA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Novo Itacolomi
Moacir Andreolla
Prefeito Municipal

ANDREIA
MARIA
ANTONHOLI
GARCIA 035 375
82948

Assinatura digital
emitida por ANDREIA
MARIA ANTONHOLI
GARCIA 035 375
82948 em 11/01/2022
09:58:11 -0100

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/108401101220818959248>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 108401101220818959248-1
Data: 11/01/2022 10:07:59
Valor Total do Ato: R\$ 6,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMK53068-B4VD;



Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio, Paraná - 1145
Bairro dos Estúdios, João Pessoa - PB
FONE 3344-5409 - azevedobastos.net.br
<http://azevedobastos.net.br>



Valor Assinatura de M. Zucchi
TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO em terça-feira 11 de janeiro de 2022 10:32:05 GMT-03:00. CNS: 08.870-0 - Cartório Azevedo Bastos - 1º. Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://comgatoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 11/01/2022 10:41:53 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contém o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital.

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

1 Código de Autenticação Digital: 108401101220618959248-1

2 Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2016, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

01b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b0359e366e34f440b8e2e01b93c4607f7b0be8deb734fc1ae85d97c298bd4b0a68623936d5e99c49dddfef5c4854636b1033522d9bdf796d13c4b594cbdf03184



Presidência da República
Carta Civil
Medida Provisória nº 2.200-2
de 24 de agosto de 2001



(Assinaturas manuscritas)

(Assinatura manuscrita)



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, estabelecida na Rua Euclides da Cunha 206, Jd. Shangrilá Londrina – PR, CEP 86070-500 inscrita no CNPJ 33.441.004/0001-64, nos forneceu veículos novos, do tipo VAN, com primeiro emplacamento em nome do município e em perfeito funcionamento e dentro dos prazos de entrega estabelecidos.

Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa acima citada.

Por ser verdade firmamos o presente.

Londrina, 04 de dezembro de 2019.


Fábio Antonio Batista de Rosa
Chefe de Departamento de Licitações
MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO – ESTADO DO PARANÁ
CNPJ/MF 76.449.679/0001-73



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.net.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.net.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 14/07/2020 09:08:53 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.net.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://auldigital.azevedobastos.net.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

*Código de Autenticação Digital: 108401407201434976658-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d89fe6bc05b22c5c702d338f5151f22b786833c510c04576f90ddef64dd75beb93b941c2baa27938d42257b68427f56985960afbc91033522d9bdf796d13c4b594cbd03184



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2
de 24 de agosto de 2001





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Galvão - SC, inscrito no CNPJ 83.009.902/0001-16, situado no endereço Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro, Galvão - SC, CEP 89.838-000, representado por representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ADMIR EDI DALLA CORT**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Galvão - SC, na Avenida Sete de Setembro, bairro centro, portador do CPF nº 585.389.929-53 e do RG nº 1.691.979. Atesta para os devidos fins que a empresa ANTONHOLI E GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 33.441.004/0001-64 e estabelecida na Rua Euclides da Cunha, bairro Jardim Shangrila - A - Londrina / PR nos forneceu um veículo da marca MERCEDES-BENZ, modelo SPRINTER, transformado em VAN, em perfeito funcionamento, dentro dos prazos de entrega estabelecidos. Atestamos ainda, que temos um alto nível de satisfação com todos os serviços prestados, e até o momento não existe nada que desabone a empresa acima citada.

Galvão, 01 de novembro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal
CPF 585 389 929-53



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia, pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/11/2019 17:25:33 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Consulta desta Declaração.

Código de Consulta desta Declaração: 1389558

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **07/11/2020 14:57:54 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 108400711191453330998-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b4f13dae1f329c8f0f527a1949ac3b75feba32302daaab57b0d69c759f5aecb71033522d9bdf796d13c4b594cbdf03184f5bbf0f5f557De815c3a3eeacbd70e68



[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
 CNPJ: 33.441.004/0001-64
 Insc. Estadual: 90812334-43
 TEL (43) 3338-7221 - E-mail: comercial@webvalor.net.br
 R. José da Silva, 198, Tarobá, CEP 86.042-290, Londrina/PR

PROPOSTA DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/PR

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do Item abaixo discriminados, conforme solicitado em instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/MG					
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2024					
Fornecedor: ANTONHOLI & GARCIA MÁQ. E EQUIPAM. LTDA CNPJ: 33.441.004 / 0001-64 Insc. Estadual: 908012334-43 Endereço: Rua José da Silva, nº 198, Jardim Tarobá Cidade: Londrina Estado: Paraná CEP: 86.042-290 Telefone: (43) 3338-7221				Banco: ITAU Agência: 3893 Conta-Corrente: 36134-9 Contato: Ana Beatriz	
Item	Descrição	Unid	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	Marca: RENAULT Modelo: MASTER L2H2 ZERO KM Branca (pintura sólida)	unid	01	R\$ 258.000,00	R\$ 258.000,00
VEÍCULO NOVO TIPO VAN, ZERO KM, AR CONDICIONADO, BANCO DO MOTORISTA RECLINÁVEL E REGULAGEM DE ALTURA, CONTROLE DE ESTABILIDADE, ASSISTENTE DE SUBIDA EM RAMPA (HILL HOLDER), CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE TRÊS PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA PARA MOTORISTA, AIR BAGS MOTORISTA, AJUSTES DO VOLANTE ALTURA E PROFUNDIDADE, VIDROS E RETROVISORES ELÉTRICOS, COMPUTADOR DE BORDO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, ELÉTRICA OU ELETRO HIDRÁULICO, POTÊNCIA MÍNIMA 1.5 TURBO DIESEL COM 127 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA: 1100KG, COMPRIMENTO MÍNIMO DO VEÍCULO (MM) : 5.308, CAPACIDADE PARA 11 PASSAGEIROS, SENDO 10 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA, AR CONDICIONADO TRASEIRO, POLTRONAS RECLINÁVEIS EM COURVIN, CINTOS DE SEGURANÇA PASSAGEIROS, REVESTIMENTO TETO E LATERAL EM ABS, ISOLAÇÃO TERMO ACÚSTICA DO TETO, ASSOALHO EM COMPENSADO E PASSADEIRA DE VINIL AUTOMOTIVO, ILUMINAÇÃO INTERNA DOS PASSAGEIROS EM LED, EXTINTOR 4 KG COM SUPORTE, FAIXAS REFLETIVAS LATERAIS E TRASEIRA, CORTINA LATERAL PARA PASSAGEIROS, VIDROS LATERAIS, TACÓGRAFO ELETRÔNICO DIGITAL, GARANTIA MÍNIMA 36 MESES OU 100.000 (CEM MIL) KM. DE MAIS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE USO OBRIGATÓRIO E EXIGIDOS POR LEIS, PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO CONTRAN, DETRAN, DENATRAN E DE MAIS ÓRGÃOS REGULADORES DO SETOR.VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O PADRÃO DE ADESIVAGEM SESA INCLUINDO LOGO DO MUNICÍPIO CONFORME O MODELO EM ANEXO.E ATENDENDO A TODAS AS DE MAIS EXIGÊNCIAS DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.					
Valor Global da Proposta – R\$ 258.000,00 (Duzentos e cinquenta e oito mil reais)					

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
 CNPJ: 33.441.004/0001-64
 Inscrição Estadual: 90812334-43
 TEL (43) 3338-7221 - E - mail: comertal1@webvalor.net.br
 R. José da Silva, 193, Tarobá, CEP 86.042-280, Londrina/PR

DECLARAÇÕES:

Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, e execução do objeto da licitação e na concordância com todos os termos deste edital, inclusive no seguinte:

Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.

Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega, com o recebimento da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal.

Prazo de entrega: O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados da emissão da autorização de entrega.

Prazo de garantia: Conforme edital.

Que atende os requisitos de qualidade mínima exigidos do(s) produto(s) ou serviço(s) bem como seus prazos e condições de entrega.

Que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O veículo estará de acordo com a legislação vigente de trânsito, e obedece a todos os padrões de qualidade estabelecido pelo mercado nacional e possui seu respectivo registro na entidade profissional competente.

E QUE CONCORDAMOS E CUMPRIREMOS PLENAMENTE COM O DISPOSTO NO DETALHAMENTO DO OBJETO CONSTANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL EM EPIGRAFE.

ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA:035
 37682948

Assinado de forma digital por ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA:03537682948
 Dados: 2024.05.17 09:13:40 -03'00'

Londrina, 17 de maio de 2024

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
 ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA
 CPF Nº 035.376.829-48

702



Configure e encomende o Renault Master em www.renault.com

Para mais informações sobre o Renault Master, visite o site www.renault.com. O Renault Master é um veículo comercial de grande capacidade de carga e de passageiros, ideal para empresas e profissionais que necessitam de um veículo versátil e eficiente. O Renault Master oferece uma ampla gama de opções de configuração, incluindo diferentes tipos de motor, transmissão e acessórios. O Renault Master é um veículo seguro e confortável, com uma ampla gama de opções de segurança e conforto. O Renault Master é um veículo econômico e eficiente, com uma ampla gama de opções de economia de combustível e manutenção. O Renault Master é um veículo versátil e eficiente, com uma ampla gama de opções de configuração, incluindo diferentes tipos de motor, transmissão e acessórios. O Renault Master é um veículo seguro e confortável, com uma ampla gama de opções de segurança e conforto. O Renault Master é um veículo econômico e eficiente, com uma ampla gama de opções de economia de combustível e manutenção.

Para mais informações sobre o Renault Master, visite o site www.renault.com. O Renault Master é um veículo comercial de grande capacidade de carga e de passageiros, ideal para empresas e profissionais que necessitam de um veículo versátil e eficiente. O Renault Master oferece uma ampla gama de opções de configuração, incluindo diferentes tipos de motor, transmissão e acessórios. O Renault Master é um veículo seguro e confortável, com uma ampla gama de opções de segurança e conforto. O Renault Master é um veículo econômico e eficiente, com uma ampla gama de opções de economia de combustível e manutenção. O Renault Master é um veículo versátil e eficiente, com uma ampla gama de opções de configuração, incluindo diferentes tipos de motor, transmissão e acessórios. O Renault Master é um veículo seguro e confortável, com uma ampla gama de opções de segurança e conforto. O Renault Master é um veículo econômico e eficiente, com uma ampla gama de opções de economia de combustível e manutenção.



702



1. Furgão, Vitre e Minibus

	FURGÃO E VITRÊ			MINIBUS
	L1H1	L2H2	L3H2	L3H2
B- Comprimento	5048	5548	6198	
G- Largura sem retrovisor	2070			
H- Largura total com retrovisor (máxima)	2494			
E- Altura (com veículo vazio)	2306	2492		
A- Entre-eixos	3182	3682	4332	
F- Largura entre Rodas Dianteiras	1750			
F- Largura Entre Rodas Traseiras	1730			
D- Comprimento entre a frente e o eixo frontal	869			
C- Comprimento entre a lateral e o eixo traseiro	1024			

DIMENSÕES ESPECÍFICAS DE CARGA (mm)	FURGÃO E VITRÊ		
	L1H1	L2H2	L3H2
Altura do compartimento de carga	1700	1894	
Comprimento do compartimento de carga (máxima)	2606	3106	3756
Altura do piso do compartimento de carga em relação ao solo (mínima/máxima)	562	559	557
Largura da abertura da porta lateral corredeira	1050	1270	
Altura da abertura da porta lateral corredeira	1581	1780	
Altura da abertura da porta traseira	1627	1820	
Largura da abertura inferior da porta traseira	1580		
Largura interna entre caixa de rodas no compartimento de carga	1380		
Largura interna máxima na zona de carga	1765		
Alças de fixação no compartimento de carga Furgão e Furgão PRO (Unid.)	8	10	12

2. Chassi Cabine

DIMENSÕES (mm)	CHASSI CABINE
	L2H1
A - Altura da Cabine	2306
B - Comprimento	5548
C - Entre-eixos	3682
D - Comprimento entre a frente e o eixo frontal	869
E - Comprimento entre a traseira e o eixo traseiro	1119
F - Altura do Solo	210
G - Ângulo de Ataque	30°
H - Ângulo de Saída	34,5°

DIMENSÕES ESPECÍFICAS DE CARGA (mm)	CHASSI CABINE
	L2H1
A - Comprimento total máx. com implemento*	5,643
B - Comprimento total do implemento*	3,184/3,466
C - Altura máx. total com implemento*	3,500
D - Largura do implemento*	2,170/2,350
*Dimensões máximas e mínimas meramente indicativas. Ajustar de acordo com a adaptação e a posição do centro de gravidade.	

	Furgão	Furgão PRO	Furgão Vitré	Minibus	Chassi Cabine
Arquitetura	Tração dianteira, tipo furgão, uma porta lateral corredor e porta traseira dupla contrabante				Tração dianteira, tipo chassi cabine, sem implemento
Estrutura	Carroceria monobloco construída com aço				
MOTOR					
Denominação	MOT GEM Atblue				
Descrição	Posição transversal, motor 4 tempos a diesel - 4 cilindros em linha, resfriados a água sob pressão, com água de resfriamento e sistema de redução de emissões ativo (ARI A 32)				
Tipo de alimentação	Common Rail Turbo Intercooler				
Cilindrada (cm³)	2.299				
Número de cilindros e válvulas	4 cilindros e 16 válvulas				
Diâmetro x curso	85x101,5				
Taxa de compressão	16:1				
Potência máxima (ISO/ABNT)	136 cv @ 3500rpm				
Torque máximo (ISO/ABNT)	380 Nm @ 1500 rpm				
Norma de emissão	Proconul 17				
Dispositivos antipoluição (ARLA 32)	Catalisador catalítico redutor seletivo (SCR) com uso de ureia (ARLA 32) e filtro particulado (DPF)				
TRANSMISSÃO					
Câmbio	Mecânica de 6 marchas (PF6)				
Marchas	6 marchas à frente e 1 marcha à ré				
Tração	Quatro eixo com 2 eixos transversais com juntas homocinéticas				
DIREÇÃO					
Direção	Com Assistência Elétrica Hidráulica				
SUSPENSÃO					
Suspensão dianteira	Tipo MacPherson com braço inferior retangular, barra estabilizadora, molas helicoidais e amortecedores hidráulicos telescópicos				
Suspensão traseira	Eixo rígido com travessas longitudinais semi-elásticas de laminas em aço e amortecedores hidráulicos telescópicos				
FREIOS					
Freios Dianteiros	Pneus hidráulicos com Discos Ventilados				
Freios Traseiros	Pneus hidráulicos com Discos Sólidos				
PNEUS E RODAS					
Pneus	225/65 R16				
Rodas	Aço 6.5 Jx16 H2 5.96				
Estepe	Aço 6.5 Jx16 H2 5.96 (Homologado)				
COMBUSTÍVEL					
Tipo de Combustível	Diesel S10				
Tanque de Combustível (litros)	100		80		100
Tanque de ARLA 32 (litros / autonomia km)	70 litros / ≈ 6100 km				
DESEMPENHO					
Velocidade máxima	145		144		145
Aceleração 0 - 100 km/h	17,1		19,8		17,1
CAPACIDADES					
Número de ocupantes	5 1 condutor + 2 passageiros		16 1 condutor + 15 passageiros		5 1 condutor + 2 passageiros
Volume de Carga	8 m³ (L1H1) 100 m³ (L2H2) 13 m³ (L3H2)		1.000 kg (passageiros)		8 m³ (Caçambas) 18 m³ (Baú)
PESOS (Kgs.)					
Peso do veículo em ordem de marcha (PVOM)	1878 (L1H1) 2049 (L2H2) 2125 (L3H2)	1650 (L1H1) 3079 (L2H2) 2147 (L3H2)	2129 (L2H2) 2173 (L3H2)	2508	1740
Carga Útil	1522 (L1H1) 1451 (L2H2) 1375 (L3H2)	1750 (L1H1) 1621 (L2H2) 1553 (L3H2)	1621 (L2H2) 1577 (L3H2)	1240	1780
Peso Bruto Total (PBT)	3500	3700	3750	3750	3500
Capacidade Máxima de Tração (CMT) com/sem freio	2000 / 750	SEM REBOQUE		SEM REBOQUE	2000 / 750
GARANTIA					
Garantia	1 ano ou 100 mil quilômetros, o que ocorrer primeiro e 6 anos anticorrosão				

LISTA DE EQUIPAMENTOS

174

	FURGÃO L1H1	FURGÃO PRO L1H1	FURGÃO L2H2	FURGÃO PRO L2H2	VITRE L2H2	FURGÃO L3H2	FURGÃO PRO L3H2	VITRE L3H2	MINIBUS L3H2	CHASSI L2H1
APRESENTAÇÃO EXTERIOR E INTERIOR										
Faróis dianteiros com assinatura luminosa C-Shape	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Grade frontal com detalhe cromado	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Frisos de proteção laterais / Frisos de proteção traseira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Roda de Aço 16" com calotas de rodas "Mini"	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Retrovisores externos com setas de direção integradas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Brake Light (terceira luz de freio nas portas traseiras)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	—
Estofamento em tecido KAIRÔ NOIR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Portas traseiras em chapa (abertura 180°)	*	*	*	*	*	*	*	—	—	—
Portas traseiras vidradas com abertura 180°	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
Portas traseiras em chapa com abertura 270°	—	—	OP*	OP*	—	OP*	OP*	—	—	—
Painel lateral direito em chapa / Porta lateral direita em chapa	*	*	*	*	—	*	*	—	—	—
Painel lateral direito com vidro fixo / Porta lateral direita com vidro fixo	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
Painel lateral esquerdo em chapa	*	*	*	*	—	*	*	—	—	—
Painel lateral esquerdo com vidro fixo	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
Grade de proteção atrás do motorista completa em Chapa sem Janela	*	*	*	*	—	*	*	—	—	—
Grade de proteção atrás do motorista completa em Chapa com Janela	—	—	—	—	—	—	—	—	—	*
Som Grade de proteção atrás do motorista	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
CONFORTO E CONVENIÊNCIA										
Air quente	—	*	—	*	—	—	*	—	—	*
Air-condicionado	*	OP	*	OP	—	*	OP	—	—	OP
Air-condicionado com saídas traseiras	—	—	—	—	*	—	—	*	*	—
Computador de bordo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Banco do motorista com regulagem de altura e lombar	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Assentos de cabeça dianteiros com regulagem de altura (motorista e passageiros)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Volante com regulagem de Altura	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Direção Eletro-hidráulica	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Retrovisores externos com desembaçador, dupla visão e regulagem elétrica	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Iluminação no compartimento de carga sobre as portas traseiras e a porta lateral	*	*	*	*	*	*	*	*	—	—
Tomada 12 V	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Chave com comando de travamento a distância por radiofrequência	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Travas Elétricas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Vidros dianteiros elétricos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Cruise Control (Regulador de Velocidade)	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP
Limitador de Velocidade	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP
Câmera de Ré	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	—
Sensor de Ré	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	—

* Opcional Fora da PACX

LISTA DE EQUIPAMENTOS

175

	FURGÃO L1H1	FURGÃO PRO L1H1	FURGÃO L2H2	FURGÃO PRO L2H2	VITRÉ L2H2	FURGÃO L3H2	FURGÃO PRO L3H2	VITRÉ L3H2	MINIBUS L3H2	CHASSI L2H1
SEGURANÇA										
Faróis halógenos com regulagem elétrica de altura	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Luzes de circulação diurna em LED (DRL)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Airbag Frontal Duplo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
ABS + EBD - Freios com Sistema Anti-bloqueio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
AFU - Auxílio à Frenagem de Urgência	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
ESP - Control de Estabilidade	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
TCS - Controle de Tração	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
HSA - Auxílio de Partida em Rampa	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
TSM - Assistente de Tração de Rebouche	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
AC - Controle Adaptativo de Carga	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
RCMI - Sistema Anti-capotamento	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
ROM - Auxílio à Mitigação de Capotamento	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
SWA - Sistema Estabilizador de Ventos Laterais	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
CAR - Travamento Central Automático ao atingir 6 km/h com destravamento em caso de colisão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
EGD - Assistente de Aderência Prolongada em Partida (Extended Grip)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Alças de fixação no compartimento de carga	*	*	*	*	—	*	*	—	—	—
Barra de proteção lateral nas portas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Bloqueio de Ignição por transponder	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Faróis de Nebliha	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP
Iluminação lateral externa	—	—	—	—	—	*	*	*	*	—
Espepe externo Homogêneo (localizado na parte traseira, abaixo do veículo)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Inviolabilidade do acesso ao tanque de combustível	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Protetor do cárter do motor da caixa de câmbio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Corrente de distribuição no motor	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Sistema GSI - Indicador de troca de marcha (Gear Shift Indicator)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Sistema OCS - Controle de Troca de Óleo por uso intensivo (Oil Control System)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Luz de advertência do nível de óleo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tacógrafo digital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SISTEMA MULTIMÍDIA										
Pré disposição para rádio (2 Alto-falantes)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Multimídia Pioneer AVH-5180 TV com Tela de 7" Touchscreen: rádio AM/FM e MP3 com Interface iPod/iPhone, interface iPod/iPhoneBluetooth® para áudio e telefone. Conectividade com o Android Auto® e Apple CarPlay®, Tomada USB (2.0 high speed - 1.5A), Entrada Auxiliar, DVD Player, TV Digital	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP	OP



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

176

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE REMESSA

Nesta data faço remessa dos autos ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, para emissão do parecer final, do processo acima em epigrafe, nos termos disciplinados pelo art. 169 da Lei Federal 14.133/2021.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 28 de Maio de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

PARECER CONTROLE INTERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 013/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 023/2024
 DATA DIVULGAÇÃO PNCP: 29/04/2024 ANÁLISE DE PROCESSO Nº CI-23-2024
 GESTOR: RODRIGO W. S. REVESSO
 FISCAL DO CTT: EUDINETE DA SILVA PEDROTA
 DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17/05/2024 Horário: 09:01h

ANÁLISE DE PROCESSO – MODALIDADE DE PREGÃO -NLL ☒ ELETRÔNICO
☐ PRESENCIAL

A presente análise tem como objetivo verificar a legalidade dos procedimentos.

1 – Houve abertura de processo administrativo?

☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável. Fls: 033 Obs:

2 – Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 12, VI)

☐ SIM ☒ Não ☐ Não aplicável. Fls: Obs:

3 – Consta documento de formalização de demanda? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item I)

☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável. Fls: 001 a 002 Obs:

4 – Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano Anual de Contratações? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, caput)

☐ SIM ☒ Não ☐ Não aplicável. Fls: Obs: A Administração ainda não possui PCA para o exercício.

5 – Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, caput)

☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável. Fls: 027 Obs:

6 – Há Estudo Técnico Preliminar? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1º)

☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável. Fls: 020 a 024 Obs:

7 – O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos: (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §1º)

- ☒ Do objeto;
☒ Da necessidade da contratação;
☒ Da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – alinhamento entre a contratação e o planejamento;
☒ Dos requisitos da contratação;
☒ Levantamento de mercado;
☒ Estimativa das quantidades e do valor da contratação;
☒ Da descrição da solução como um todo;
☒ Do parcelamento do objeto;
☒ Do demonstrativo dos resultados pretendidos;
☒ Das providências a serem adotadas pela administração;
☒ Das contratações correlatas e/ou interdependentes;
☒ Dos impactos ambientais e medidas de tratamento;
☒ Do posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina – Declaração de viabilidade (ou não) da contratação.

8 – Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento? (Decreto Municipal nº 460/2022, art. 13)

☐ SIM ☐ Não ☒ Não aplicável. Fls: Obs:

9 – Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, §2º. Decreto Municipal nº 460/2022, art. 14, parágrafo único)

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
10 – Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 5º e 11º, item I e IV)				
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
11 – Há Termo de Referência ou projeto básico? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18º item II)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls: 055 a 058	Obs:
12 – O Termo de Referência contém: (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º item XXII)				
<input checked="" type="checkbox"/> Definição do objeto.				
<input checked="" type="checkbox"/> Fundamentação da contratação. - Justificativa				
<input checked="" type="checkbox"/> Descrição dos serviços				
<input checked="" type="checkbox"/> Requisitos da contratação				
<input checked="" type="checkbox"/> Modelo de execução do objeto – Condições de fornecimento				
<input checked="" type="checkbox"/> Modelo de gestão do contrato - Execução do objeto : acompanhamento e fiscalização				
<input checked="" type="checkbox"/> Critérios de medição e de pagamento. – Obrigações.				
<input checked="" type="checkbox"/> Forma e critérios de seleção do fornecedor.				
<input checked="" type="checkbox"/> Estimativas do valor da contratação.				
<input checked="" type="checkbox"/> Adequação orçamentária.				
13 – Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18º item IX)				
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
14 – Há Análise de Riscos? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, item X)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls: 025	Obs:
15 – A autoridade manifestou-se sobre a aplicabilidade ou não de matriz de alocação de riscos?				
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
16 – Caso seja necessário a aplicabilidade da matriz de alocação risco, ela estabelece a responsabilidade que caiba a cada parte contratante? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 22º, §2º)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls: 015	Obs:
17 – Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item IV)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	CÓDIGO REDUZIDO:		
18 – Houve a autorização da autoridade competente? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item VIII)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls: 033	Obs:
19 – A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 7, caput e art. 6 do Decreto Municipal nº 460/2022)				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	Portaria nº:	046/2024	Data: 07/03/2024
20 – Foram emitidas e acatadas pareceres jurídicos? No caso do não acatamento, verificar se os fundamentos são plausíveis. (Lei Federal 14.133/2021, art. 53º, caput).				
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Obs:	
21 – Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade? (Lei complementar nº 123/2006, art 48, item I).				
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
22 – Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 9, item I, e art. 16º)				
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
23 – Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 9, item I, e art. 15º)				
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fls:	Obs:
24 – Consta justificativa do preço baseada em pesquisa de conforme regulamento pertinente ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa mediante solicitação formal de cotações? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item VII e art. 19 do Decreto Municipal nº 460/2022)				
<input type="checkbox"/>	Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);			
<input type="checkbox"/>	Contratações similares feitas pela Administração Pública – em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;			
<input checked="" type="checkbox"/>	Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência ou pesquisa em sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo;			

☐ Pesquisa direta com no **mínimo 3 (três) fornecedores** efetuados a menos de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
☐ Pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas** ou sistema **Notas Paraná**;
☐ Pesquisa na **base de notas de serviços dos cadastros da municipalidade**.

25 – Os autos estão instruídos com edital da licitação? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, item V)
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 037 a 073 Obs:

26 – O edital da licitação contém: (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 25, caput)
☒ Objeto da licitação.
☒ Regras relativas à convocação.
☒ Regras relativas ao julgamento.
☒ Regras relativas à habilitação.
☒ Regras relativas aos recursos.
☒ Regras relativas às penalidades da licitação.
☒ Regras relativas à fiscalização.
☒ Regras relativas à gestão do contrato.
☒ Regras relativas à entrega do objeto.
☒ Regras relativas às condições de pagamento.

27 – Foi dada a publicidade do edital de licitação do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) (Lei Federal 14.133/2012, art. 54º).
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Obs: 086

28 – Os prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação foram obedecidos? (Lei Federal 14.133/2012, art. 55º).
☒ Oito dias úteis para a aquisição de bens
☐ Dez dias úteis no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Obs:

29 – Foi adotada a modalidade de pregão sempre que o objeto possua padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 29)
☐ SIM ☐ Não ☒ Não aplicável Fls: Obs:

30 – Caso adotada forma presencial, a sessão pública foi registrada em ata e gravada em áudio e vídeo? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 17, §2º).
☐ SIM ☐ Não ☒ Não aplicável Fls: Obs:

31 – Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 24, parágrafo único.)
☐ SIM ☐ Não ☒ Não aplicável Fls: Obs:

32 – As regras relativas ao julgamento traz que as propostas serão de acordo com os seguintes critérios? (Lei Federal nº 14.133/2021 art. 33, item I, II, III, IV e V).
☒ Menor preço
☐ Maior desconto

33 – Em caso de licitações do tipo menor preço está claro se o julgamento será feito por item ou por grupo de itens? (Lei Federal 14.133/21, art. 82º, §1º).
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 037 Obs:

34 – Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 25, §7º)
☒ SIM ☐ Não ☐ Não aplicável Fls: 065 Obs:

35 – Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessária? (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 72, item V)
 Consultado em momento oportuno, após definição da empresa vencedora.

Documentação relativa à Regularidade Fiscal (Lei Federal 14.133/2022, art. 68º) (*)

☒ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
☐ Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ☐ PIS/PASEP
☐ Cadastro Contribuinte Estadual
☒ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
☒ Fazenda Federal. [do domicílio ou sede do licitante]
☒ Fazenda Estadual [do domicílio ou sede do licitante]
☒ Fazenda Municipal [do domicílio ou sede do licitante]
☒ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Lei nº 12.440/11

(X) Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – [empregado menor]

Documentação relativa à Qualificação Econômica Financeira (Lei Federal 14.133/2022, art. 69º) (*)

() Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis (item I) *DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS*

(X) Certidão Negativa de Falência/concordata. (item II)

() Execução Patrimonial (P. Física)

Documentação relativa à Capacidade Técnica (Lei Federal 14.133/2022, art. 67º) (*)

() - Registro/inscrição na entidade profissional competente detentor de atestado de responsabilidade técnica. (item I);

() - Certidões ou atestados emitidos pelo conselho profissional competente que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. (item II)

() - Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica. (item III)

() - Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial. (item IV)

() - Registro ou inscrição na entidade profissional competente. (item V)

() - Declaração de que o licitante tornou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (item VI)

() - Não requisitado.

Documentação relativa à Habilitação Jurídica (Lei Federal 14.133/2022, art. 66). (*)

() Cédula de Identidade

() Registro comercial – Empresa Individual

() Microempreendedor Individual

() Sociedade Limitada Unipessoal

(X) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado. Caso sociedade por ações documento de eleição de seus administradores

() Inscrição do ato constitutivo, sociedades civis (sociedade simples).

(*) - Dispensa, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata (Lei Federal 14.133/2022, art. 70, item III).

() Contratações em valores inferiores a ¼ do limite para dispensa de licitação para compras em geral. [13.505,10]

Lei complementar nº123/2006 – Estatuto da Microempresa

() Declaração de que cumpre os requisitos legais para qualificação de microempresa ou empresa de pequeno porte (Decreto nº8538/2015, §2º)

Procuração

() SIM (X) Não Firma reconhecida, se particular ou carta de credenciamento () SIM (X) Não

Documento de Identidade com foto do procurador

() SIM (X) Não () Não aplicável

ITENS ESPECÍFICOS PARA AQUISIÇÕES

36 – Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços? (Lei Federal 14.133/2012, art. 40º, item II).

() SIM () Não (X) Não aplicável Fls: Obs:

37 – Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização? [Compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou desempenho] (Lei Federal 14.133/2012, art. 40º, item V, letra a).

() SIM () Não (X) Não aplicável Fls: Obs:

38 – Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? (Lei Federal 14.133/2012, art. 19º, §1º e §2º).

() SIM () Não (X) Não aplicável Fls: Obs:

39 – Caso a Administração exija que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento de técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades, consta fundamentação em Estudo Técnico Preliminar? (Lei Federal 14.133/2012, art. 40º, §4º).

() SIM () Não (X) Não aplicável Fls: Obs:

40 – Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação? (Lei Federal 14.133/2012, art. 41º, item I).

() SIM () Não (X) Não aplicável Fls: Obs:

41 – Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração? (Lei Federal 14.133/2012, art. 41º, item III).			
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fis: Obs:
42 – Há certificação de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?			
<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não aplicável	Fis: Obs:
ITENS ESPECÍFICOS PARA SERVIÇOS EM GERAL (QUE NÃO SEJAM DE ENGENHARIA)			
43 – Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização? (Compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou desempenho) (Lei Federal 14.133/2012, art. 47, item I).			
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fis:06 Obs:
44 – Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? (Lei Federal 14.133/2012, art. 19º, §1 e §2).			
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fis: Obs:
45 – Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade? (Lei Federal 14.133/2012, art. 48, caput).			
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fis: Obs:
46 – Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? (Lei Federal 14.133/2012, art. 49).			
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fis: Obs:
47 – Em se tratando de serviços comum de engenharia, o serviço tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens? (Lei Federal 14.133/2012, art. 6, item XXI, letra "a").			
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fis: Obs:
48 – Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, qual o regime adotado? (Lei Federal 14.133/2012, art. 46, item I ao VII).			
<input type="checkbox"/> Empreitada por preço unitário.			
<input type="checkbox"/> Empreitada por preço global.			
<input type="checkbox"/> Empreitada integral.			
<input type="checkbox"/> Contratação por tarefa.			
<input type="checkbox"/> Contratação integrada.			
<input type="checkbox"/> Contratação semi-integrada.			
<input type="checkbox"/> Fornecimento e prestação de serviços associado.			
49 – Em se tratando de serviços comum de engenharia, foi demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, sendo possível a dispensa da elaboração de projetos? (Lei Federal 14.133/2012, art. 18, §3)			
<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável	Fis: Obs:

Alto Paraíso-PR, 05 de junho de 2024.



ELIAS SOBREIRO DOS SANTOS
DIRETOR DE CONTROLADORIA INTERNA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

187

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/PR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

TERMO DE RETORNO

Nesta data faço restituição dos autos acima epigrafado com o parecer do Controle Interno, no qual solicitei.

Setor de Licitações da Prefeitura Municipal Alto Paraíso - PR., 05 de Junho de 2024.

Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO - Parte 1 de 1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024
Processo Administrativo Nº 23/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 29/04/2024 15:28:50

MOVIMENTOS DO PROCESSO

14/05/2024 10:56:28	CADASTRO DE PROPOSTA	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS
15/05/2024 11:26:57	CADASTRO DE PROPOSTA	FAÇ VEICULOS LTDA
15/05/2024 11:51:54	CADASTRO DE PROPOSTA	MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
15/05/2024 12:12:58	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE VEICULOS LTDA
16/05/2024 09:54:57	CADASTRO DE PROPOSTA	S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA..
16/05/2024 09:55:06	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	S&S MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA..
16/05/2024 11:05:40	CADASTRO DE PROPOSTA	ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
16/05/2024 12:25:19	CADASTRO DE PROPOSTA	CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA
16/05/2024 12:39:24	CADASTRO DE PROPOSTA	ACA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS PARA AR CONDICIONADO
16/05/2024 15:23:53	CADASTRO DE PROPOSTA	RENOVO MOTORS LTDA
16/05/2024 15:38:06	CADASTRO DE PROPOSTA	F5 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
16/05/2024 16:07:05	CADASTRO DE PROPOSTA	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE
16/05/2024 17:04:09	CADASTRO DE PROPOSTA	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
16/05/2024 17:17:01	CADASTRO DE PROPOSTA	SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA
16/05/2024 20:09:12	CADASTRO DE PROPOSTA	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
16/05/2024 20:47:57	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
16/05/2024 22:33:43	CADASTRO DE PROPOSTA	FACCIO E CIA LTDA
17/05/2024 05:36:12	ALTERAÇÃO DE PROPOSTA	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE
17/05/2024 06:59:24	CADASTRO DE PROPOSTA	MEDZI SOLUÇÕES LTDA
17/05/2024 08:47:51	MENSAGEM	PREGOEIRO
BOM DIA POR FAVOR FIQUEM ATENTOS POIS EM ALGUNS INSTANTES IREMOS INICIAR A ETAPA DE LANCES.		
17/05/2024 09:01:15	MENSAGEM	PREGOEIRO
ETAPA DE LANCES ABERTO.S		
17/05/2024 09:13:11	MENSAGEM	PREGOEIRO
POR FAVOR AGUARDEM IREMOS VERIFICAR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.		
17/05/2024 09:14:54	MENSAGEM	PREGOEIRO
O participante ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS adicionou o arquivo 9967a7a1e3954795abf2061a41971fa5.pdf aos documentos complementares.		
17/05/2024 09:33:24	MENSAGEM	PREGOEIRO
A EMPRESA ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ESTÁ REGULARMENTE HABILITADA.		
17/05/2024 09:33:39	MENSAGEM	PREGOEIRO
IREMOS AVANÇAR A FASE PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.		

**LOTE 1 - ADJUDICADO
ANEXO I**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UN	Marca: RENAULT	Modelo: MASTER L2H2
Descrição: VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM			
Quantidade: 1	Valor Unit.: 258.000,00		Valor Total: 258.000,00

CLASSIFICAÇÃO

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E	052	33.441.004/0001-64	273.800,00	258.000,00		Sim
2 MEDZI SOLUÇÕES LTDA	005	40.119.916/0001-80	273.800,00	269.999,00	4,65	Sim
3 MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO	050	03.093.776/0008-68	270.000,00	270.000,00	0,00	Não
4 COMPANY MG COMERCIO E	068	36.614.010/0001-64	273.800,00	270.500,00	0,19	Sim
5 FAC VEICULOS LTDA	097	48.128.031/0001-59	270.800,00	270.800,00	0,11	Sim
6 SOCETE COMERCIO DE VEICULOS	142	29.987.662/0001-89	273.000,00	273.000,00	0,81	Não
7 RENOVO MOTORS LTDA	143	42.111.920/0001-27	273.800,00	273.800,00	0,29	Não
8 F5 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	035	54.410.640/0001-07	280.000,00	280.000,00	2,26	Sim
9 TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS	114	32.426.859/0001-53	300.000,00	300.000,00	7,14	Sim
10 BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA	051	20.901.717/0001-11	360.000,00	345.000,00	15,00	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ACA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS	078	09.371.092/0001-90	253.500,00	253.500,00		Não
FACCIO E CIA LTDA	117	31.370.642/0001-06	273.000,00	273.000,00	7,6923	Sim
MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE	056	03.972.822/0001-22	273.000,00	273.000,00	0,0000	Não
S&S MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S U	102	42.227.311/0001-38	273.000,00	273.000,00	0,0000	Sim
CAMMINARE MÁQUINAS E	070	35.741.144/0001-83	273.800,00	273.800,00	0,2930	Não

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

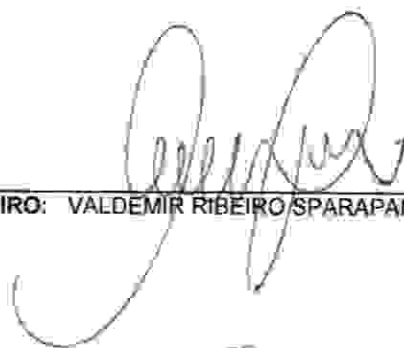
MOVIMENTOS DO LOTE

29/04/2024 15:28:50	PUBLICADO		
30/04/2024 07:30:00	RECEPÇÃO DE PROPOSTAS		
17/05/2024 08:30:00	ANÁLISE DE PROPOSTAS		
17/05/2024 08:45:51	DECLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO	
MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV).			
17/05/2024 08:46:26	DECLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO	
FACCIO E CIA LTDA desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV)			
17/05/2024 08:46:42	DECLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO	
CAMMINARE MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV).			
17/05/2024 08:46:54	DECLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO	
S&S MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA., desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV).			
17/05/2024 08:47:08	DECLASSIFICAÇÃO DE PARTICIPANTE	PREGOEIRO	
ACA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS PARA AR CONDICONADO LTDA desclassificado. Motivo: DE ACORDO COM OS DADOS FORNECIDOS MARCA/MODELO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO TERMO DE REFERÊNCIA (127 CV).			
17/05/2024 09:01:01	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 005)	273.800,00
17/05/2024 09:01:01	DISPUTA		
17/05/2024 09:01:01	LANCE	MEDEIROS E SULLATO COMERCIO DE VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE	273.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	S&S MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S U LTDA., (PARTICIPANTE 102)	273.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	CAMMINARE MÁQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA (PARTICIPANTE	273.800,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	ACA INDUSTRIA E COMERCIO DE PEÇAS PARA AR CONDICONADO LTDA	253.500,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	FACCIO E CIA LTDA (PARTICIPANTE 117)	273.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS	270.000,00

**MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR**

17/05/2024 09:01:01	LANCE	FAC VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 097)	270.800,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (PARTICIPANTE	273.800,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	RENOVO MOTORS LTDA (PARTICIPANTE 143)	273.800,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	F5 COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 035)	280.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	BRUNISA COMERCIO E SERVICOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE	360.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	TRANSFORMAT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA (PARTICIPANTE 114)	300.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA (PARTICIPANTE 142)	273.000,00
17/05/2024 09:01:01	LANCE	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (PARTICIPANTE	273.800,00
17/05/2024 09:01:25	LANCE	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (PARTICIPANTE	27.500,00
17/05/2024 09:01:37	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O lance do PARTICIPANTE 068 no valor de 27.500,00 foi cancelado pelo próprio licitante autor da oferta.			
17/05/2024 09:02:05	LANCE	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (PARTICIPANTE	272.500,00
17/05/2024 09:04:34	LANCE	BRUNISA COMERCIO E SERVIÇOS PARA TRANSITO E TRANSPORTE	345.000,00
17/05/2024 09:04:38	LANCE	COMPANY MG COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (PARTICIPANTE	270.500,00
17/05/2024 09:04:51	LANCE	ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (PARTICIPANTE	258.000,00
17/05/2024 09:08:58	LANCE	MEDZI SOLUÇÕES LTDA (PARTICIPANTE 005)	269.999,00
17/05/2024 09:11:01	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
Alguns participantes do lote ofertaram valores iguais de proposta/lance. O sorteio entre eles foi realizado.			
17/05/2024 09:11:02	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			
17/05/2024 09:11:02	HABILITAÇÃO		
17/05/2024 09:33:42	MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS		
17/05/2024 09:34:31	RECURSO MANIFESTADO	SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA	
Solicitamos a desclassificação dos fornecedores que ofertaram o veículo Renault Master, pois não atendem ao requisito "Ajustes do volante altura e profundidade" presente no TERMO DE REFERÊNCIA do edital.			
Segue anexo com termo de referência do edital e catalogo da Renault master que os fornecedores ofertaram.			
17/05/2024 09:43:01	RECURSO MANIFESTADO	MEDZI SOLUÇÕES LTDA	
conforme catálogo e proposta apresentada, o veículo ofertado pela empresa vencedora do certame se trata de um furgão, e não uma van para passageiros, por esse motivo temos interesse na manifestação de recurso.			
17/05/2024 09:43:42	INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS		
23/05/2024 00:00:06	EM ADJUDICAÇÃO		
05/06/2024 16:04:56	ADJUDICADO		

MUNICIPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR



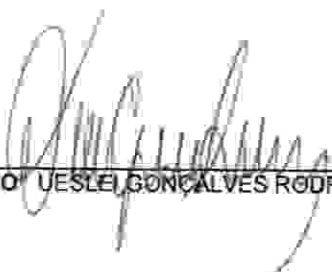
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN



APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA



APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO



APOIO UESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA

MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO
ALTO PARAISO-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2024
Processo Administrativo Nº 23/2024
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Data de Publicação: 29/04/2024 15:28:50

TOTAL DO PROCESSO: 258.000,00

ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS 33.441.004/0001-64 258.000,00

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 052 Lance: 258.000,00 Total: 258.000,00

Item: 1 Unidade: UN Marca: RENAULT Modelo: MASTER L2H2

Descrição: VEÍCULO NOVO TIPO VAN. Zero KM

Quantidade: 1 Val. Ref.: 273.800,00 Valor Unit.: 258.000,00 Total Item: 258.000,00

PREGOEIRO: VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN

APOIO MARILDA ROSA DO NASCIMENTO DA SILVA

APOIO CINTHIA LAIZE ZAGOTO

APOIO CESLEI GONÇALVES RODRIGUES DA SILVA



DECRETO N. 3251/2024

DATA: 05/06/2024

SÚMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 023/2024, Pregão Eletrônico, nº 013/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;

CONSIDERANDO parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos,

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado o item 01, em favor da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 33.441.004/0001-64** o resultado do processo licitatório nº 023/2024, Pregão Eletrônico, nº 013/2024.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 023/2024, Pregão Eletrônico, nº 013/2024, o item 01, em favor da empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 33.441.004/0001-64**, que tem como objeto: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso,
aos 05 dias do mês de junho de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
JMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 06 / 06 2024

Edição N.º 13 039

O Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, **CLAUDENIR GERVASONE**, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II do Art. 75 da Lei nº. 14133/21, autoriza a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, solicitada, pela SECRETARIA DE SAÚDE, para contratação de empresa para Prestação de serviços de pedreiro para executar adequação de espaços das salas de esterilização das Unidades Básicas de Saúde do Distrito de São João e do Bairro Jardim Panorama, no valor de R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais). Com a empresa: **ODAIR MARCELINO MAGRI 7825692972**, inscrito no CNPJ sob nº. 31.770.808/0001-81, com sede a Rua Camila Tortorelli Ribeiro, 85 - Jardim Planalto- CEP: 87.550-000, na Cidade de Altônia, estado do Paraná.

Os recursos para a contratação acima citada serão oriundos da Fonte:

26	SECRETARIA DE SAÚDE	1	8	1	2	34	Manutenção dos Serviços de Saúde	339039160000	MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO BENS IMOVEIS	E	D
----	---------------------	---	---	---	---	----	----------------------------------	--------------	-------------------------------------	---	---

REQUISICION 079/2024

RESERVA 117/2024

Altônia, 05 de junho de 2024.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná

ATO DA MESA Nº 007/2024

SUMULA: AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Regimentais:

RESOLVE:

AUTORIZAR, a Senhora Andréa Mardegan Santana Técnico Contábil da Câmara Municipal de Esperança Nova a viajar a Cidade de Foz de Iguaçu neste Estado, nos dias 11, 12 e 13 de junho de 2024, para capacitação de E-Social 2024 para órgãos públicos.

Cabendo o pagamento antecipado de 03 (três) diárias com base no Art. 2º, §1 alínea (C), da Lei 842/2017.

Edifício da Câmara Municipal de Esperança Nova, 05 de junho de 2024.

Edivaldo Batista Saraiva

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná

LEI Nº 2.356/2024

Data: 05.06.2024

Ementa: dispõe sobre a disponibilização e utilização de um código QRCode para identificação e segurança de pessoas com doenças crônicas, mentais, neurológicas e deficiências intelectuais ou que tenham restrição de interação com o meio social e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Dispõe sobre a disponibilização e utilização de código QRCode para identificação e segurança de idosos ou pessoas com doenças crônicas, mentais, neurológicas e deficiências intelectuais, ou que tenham restrição de interação com o meio social.

Art. 2º Os objetivos desta Lei são:

I - garantir a integridade física e mental de idosos ou pessoas com doenças crônicas, mentais, neurológicas e deficiências intelectuais ou que tenham restrição de interação com o meio social;

II - possibilitar uma circulação segura e a prevenção de eventuais acidentes;

III - auxiliar em seu atendimento ou resgate em caso de emergência;

Art. 3º O fornecimento do QRCode individual se dará com a justificativa através de declaração médica com indicação da patologia, deficiência ou dificuldade de mobilidade, exclusivamente mediante prévia solicitação da pessoa, quando possível de seus familiares ou responsáveis legais.

Art. 4º Deverá constar as seguintes informações no QRCode:

I - Nome completo;

II - Tipo sanguíneo;

III - Declaração médica com indicação da patologia, deficiência ou dificuldade de mobilidade da pessoa;

IV - Alergias acometidas pelo paciente;

V - Medicamento utilizado continuamente;

VI - Telefones para contato;

VII - Endereço de sua residência.

§ 1º Excepcionalmente, não havendo todas as informações elencadas no Art. 4º desta Lei, deverá constar o maior número de dados possíveis, sendo imprescindível o cumprimento dos incisos I, VI e VII.

§ 2º Para que haja a disponibilização do código individual, após solicitada pela pessoa, familiares ou responsáveis, deverá, obrigatoriamente, ser preenchido um termo de consentimento, autorizando a disponibilização das informações supracitadas para a exclusiva finalidade de utilização e sua disponibilização através do QRCode, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709 de 2018).

Art. 5º O QRCode poderá ser disponibilizado em papel, cartão, pulseira, adesivo, etc., na forma a ser disciplinada pelo Poder Executivo, podendo também constar em outras cartelas já fornecidas pelo Município.

Art. 6º As despesas decorrentes para a aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e suplementadas, se necessário.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 05 de junho de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal nº 011/2019, considerando a reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 04 de junho de 2024, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º. Criar a Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo com a finalidade de acompanhar o processo de implementação do Sistema, articular políticas governamentais e elaborar estratégias conjuntas para o desenvolvimento de ações relativas à execução de medidas socioeducativas dirigidas à criança e ao adolescente, de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º. A Comissão Intersetorial será constituída por um representante, titular e um suplente, de cada órgão e entidade a seguir indicados:

– Secretaria Municipal de Assistência Social:

Cristiane Amaldes da Silva Moura

Danielle Araujo de Souza Amaral

– Secretaria Municipal de Saúde

Amanda Cristina Bertoco de Souza Gegembauer

Tatiane Gelini Machado

– Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Anderson Aparecido de Oliveira

Anadilene Pereira de Assis Paula

Art. 3º. A Comissão Intersetorial poderá:

I. Constituir grupos de trabalho e subcomissões sobre temas específicos; e

II. Convidar profissionais de notório saber na matéria ou especialistas de outros órgãos ou entidades e da sociedade civil para prestar assessoria às suas atividades.

Art. 4º. Fica a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável em realizar a articulação entre os seguimentos que compõem a Comissão, não isentando a responsabilidade das demais Secretarias Municipais de acordo com as respectivas Políticas Públicas.

Parágrafo Único. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades da Comissão Intersetorial.

Art. 5º. São atribuições da Comissão Intersetorial:

I. Acompanhar o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e Estado;

II. Discutir, propor e contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, segundo as deliberações do Plano Nacional e Estadual;

III. Garantir um espaço de articulação, planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas no atendimento socioeducativo, dividindo as responsabilidades e promovendo a transversalidade das políticas intersetoriais no Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;

IV. Construir as normativas relacionadas à organização e funcionamento da Comissão;

V. Contribuir para a sensibilização e mobilização de setores do governo e da sociedade em torno das temáticas relacionadas aos adolescente em cumprimento de medida socioeducativa;

VI. Recomendar a adoção de meios e instrumentos que assegurem o acompanhamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas no âmbito do programa;

VII. Denunciar aos órgãos competentes a ocorrência de negligência no atendimento e acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa;

VIII. Contribuir para o levantamento e a consolidação das informações, subsidiando o órgão gestor municipal na operacionalização e na avaliação das ações implantadas e na implementação das políticas públicas voltadas para os adolescentes em conflito com a lei.

§ 1º. Aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem às funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, bem como outras definidas na legislação municipal.

§ 2º. O Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser submetido à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social as funções executiva e de gestão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 6º. A participação na Comissão Intersetorial é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cristiane Amaldes da Silva Moura

Presidente CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

DECRETO N. 3251/2024

DATA: 05/06/2024

SUMULA: Adjudica e homologa resultado do Processo Administrativo nº 023/2024, Pregão Eletrônico, nº 013/2024.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Agente de Contratação, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan;

CONSIDERANDO parecer técnico emitido pelo Controlador Interno Sr. Elias Sobreiro dos Santos.

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado o item 01, em favor da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 33.441.004/0001-64 o resultado do processo licitatório nº 023/2024, Pregão Eletrônico, nº 013/2024.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado do Processo Administrativo nº 023/2024, Pregão Eletrônico, nº 013/2024, o item 01, em favor da empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 33.441.004/0001-64, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Art. 3º). Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 05 dias do mês de junho de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR

Prefeito Municipal

resultado, além das necessárias correções. VI- Desenvolvimento de capacidade democrática) de equipes, instituições construir e consolidar uma cultura eficaz escolar para todos os alunos em consideração às características costumes, o contexto sociocultural das bem como a sua clientela e o seu entorno. VII- Desenvolvimento pessoal e profissional: equipes pedagógicas, por meio da aquisição de cultura geral ampla e física e mental, visando a constituição de experiências relevantes e pertinentes valores e formas de conduta que respaldem os direitos humanos, a democracia e concepções pedagógicas; VIII- Fortalecimento permanente de docentes, equipes pedagógicas e alunos. Parágrafo Único - No referente à estratégia e prática formativa, deverá haver a cooperação horizontal entre diferentes instituições e sistemas de ensino, no regime de colaboração. Art. 4º - A Formação Continuada, quanto à sua eficácia na melhoria das características de: I- foco no conhecimento pedagógico desenvolvimento de conhecimentos de no uso de estratégias diferentes para a na ampliação do repertório do professor processo de aprendizagem dos conteúdos. II- uso de metodologias ativas de aprendizagem consideram o formador como facilitador aprendizados que ocorre entre e/ou sendo que entre as diferentes atividades estão: a) pesquisa-ação, o processo de aulas, o uso de artefatos dos próprios o aprendizado em cima do planejamento. III- trabalho colaborativo entre pares profissionais da mesma área de com as mesmas turmas, dialoguem e reflitam. IV- duração prolongada da formação quando têm a oportunidade de prática, razão pela qual formações curtas ser contínua a interação entre os professores, assim, a formação em serviço na escola prática pedagógica, por proporcionar continuidade necessários para mudar o professor; V- coerência sistêmica - a formação quando articulada e coerente com as de ensino e com as demandas formativas pedagógicas, os currículos, os materiais o sistema de avaliação, o plano de sendo importante considerar sempre as recentes relacionadas com a formação orientações do governo federal, de as inovações do meio educacional. Parágrafo Único - Como estratégia ser estimulados o intercâmbio e as instituições educacionais promover aprendizagem e a integração dos professores. Art. 5º - A Formação Continuada modalidades específicas, como Educação de Jovens e Adultos (EJA), atuação que exigem saberes e práticas ser organizada atendendo regulamentadoras do Conselho Nacional de Educação Estadual de Educação da Educação – SEED, além do previsto. Art. 6º - A secretaria municipal de educação da rede municipal deverão observar para planejamento, organização e desenvolvimento da formação para seus respectivos Art. 7º - A formação continuada dos professores ano letivo em modalidades presenciais, Art. 8º - A secretaria municipal de educação promoverá a formação para todo cronograma aprovado no calendário do Art. 9º - As instituições de ensino orgânicas, necessidades, formações aos seus professores. Art. 10 - Na perspectiva de que a momento destinado à formação profissional deverão reorganizar as horas atividades necessárias, a fim de garantir a participação organizada pela Secretaria de Educação. Art. 11 - A formação continuada deva horários que não interfiram no direito de atendimento. Art. 12 - As unidades educacionais deverão assegurar em seu Projeto Político e recursos adotados pela instituição continuada de seus professores. Art. 13 - Os casos não previstos nesta Resolução Secretaria Municipal de Educação. Art. 14 - Esta Resolução entra em vigor revogando-se a Instrução nº 08/2023. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GUAÍRA, Estado do Paraná, em 22 de junho de 2024. CASSIA CASSIANE DE OLIVEIRA MENDES Secretária Municipal de Educação Decreto nº 111/2024



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

150

CONTRATO DE COMPRA Nº 026/2024

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE Alto Paraíso/Pr.**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, com sede administrativa na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, centro, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Décio Jardim Junior**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº 1.649.033-4 SSP/PR e CPF: 474.519.719-53, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 33.441.004/0001-64, com sede à Rua Jose da Silva, 198-A, Barracão B, Bairro: Tarobá, fone(43) 3338-7221; e-mail comercial1@webvalor.net.br; CEP: 86.042.280, na Cidade de Londrina, Estado do PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela sua sócia administradora a Sr. **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, brasileira, casada, empresaria, portador da Cédula de Identidade, RG nº 7.170.705-9 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 035.376.829-48, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado PR, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 023/2024 e no Pregão Eletrônico nº 013/2024, homologado pelo Decreto nº 3251/2024, em 05/06/2024, publicado no Diário municipal (Umuarama Ilustrado), em 06/06/2024, edição nº 13.039, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar Municipal nº 109, de 08 de Junho de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e do Decreto Municipal nº 3195/2024 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme segue:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QTDE	VLR UNITÁRIO	VLR TOTAL
01	VEÍCULO NOVO TIPO VAN, Zero KM	UND	01	258.000,00	258.000,00
VEÍCULO NOVO TIPO VAN, ZERO KM, AR CONDICIONADO, BANCO DO MOTORISTA RECLINÁVEL E REGULAGEM DE ALTURA, CONTROLE DE ESTABILIDADE, ASSISTENTE DE SUBIDA EM RAMPA (HILL HOLDER), CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE TRÊS PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA PARA MOTORISTA, AIR BAGS MOTORISTA, AJUSTES DO VOLANTE ALTURA E PROFUNDIDADE, VIDROS E RETROVISORES ELÉTRICOS, COMPUTADOR DE BORDO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, ELÉTRICA OU ELETRO HIDRÁULICO, POTÊNCIA MÍNIMA 1.5 TURBO DIESEL COM 127 CV, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA: 1100KG, COMPRIMENTO MÍNIMO DO VEÍCULO (MM) : 5.308, CAPACIDADE PARA 11 PASSAGEIROS, SENDO 10 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA, AR CONDICIONADO TRASEIRO, POLTRONAS RECLINÁVEIS EM COURVIN, CINTOS DE SEGURANÇA PASSAGEIROS, REVESTIMENTO TETO E LATERAL EM ABS, ISOLAÇÃO TERMO ACÚSTICA DO TETO, ASSOALHO EM COMPENSADO E PASSADEIRA DE VINIL AUTOMOTIVO, ILUMINAÇÃO INTERNA DOS PASSAGEIROS EM LED, EXTINTOR 4 KG COM SUPORTE, FAIXAS REFLETIVAS LATERAIS E TRASEIRA, CORTINA LATERAL PARA PASSAGEIROS, VIDROS LATERAIS, TACÓGRAFO ELETRÔNICO DIGITAL, GARANTIA MÍNIMA 36 MESES OU 100.000 (CEM MIL) KM , DEMAIS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE USO OBRIGATÓRIO E EXIGIDOS POR LEIS, PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO CONTRAN, DETRAN, DENATRAN E DEMAIS ÓRGÃOS REGULADORES DO SETOR. VEÍCULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM O PADRÃO DE ADESIVAGEM SESA INCLUINDO LOGO DO MUNICÍPIO CONFORME O MODELO EM ANEXO. MARCA: RENAULT MODELO: MASTER L2H2 ZERO KM COR BRANCA (PINTURA SÓLIDA)					

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:035376829
48

Assinado de forma digital
por ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:035376829
05/Jun/2024 06:10:15-02:12
+01'00'



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 191

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Parágrafo Único: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:

I – O Termo de Referência;

II – A Proposta da Contratada;

III – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório nº 023/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR (ES) E FISCAL (IS): De acordo com os requisitos exigidos no Decreto nº 3187/2024, O acompanhamento e a fiscalização do objeto do futuro contrato serão exercidos por meio de servidor designado pela Prefeitura mediante Portaria, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e o qual de tudo dará ciência ao contratado, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, tendo início em 10/06/2024 e com término em 10/06/2025, sendo, contudo, prorrogável por igual período, por conveniência e oportunidade da Administração, na forma dos artigos 105 e 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com a Contratada.

I – Em caso de prorrogação, deverá ser analisado se a Contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o Artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021; Parágrafo Segundo: A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme inciso II, da cláusula vigésima, do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

1. O valor total da presente contratação é de R\$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais);

2. – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

3. – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos;

Parágrafo Primeiro: Dos valores que a se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor.

Parágrafo segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta-corrente, a serem indicados pela Contratada.

ANDREIA
MARIA
ANTÔNIO
GARCIA:035376
82948

Assinado de forma
digital por ANDREIA
MARIA ANTÔNIO
GARCIA:035376
150320-0190



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

192

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega, com o recebimento da nota fiscal/fatura na

Prefeitura Municipal;

II – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal/fatura, quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato, por meio de Termo de Recebimento ou Recibo;

III – Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

IV – No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento, até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

Parágrafo Primeiro: A Contratada deve manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação de acordo com o Artigo 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula, fica condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da Contratada, verificada por meio dos documentos elencados no art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro: Caso se faça necessária reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

Parágrafo Quarto: Constatando-se quaisquer irregularidades por parte da Contratada, será providenciada sua notificação por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Parágrafo Quinto: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Parágrafo Sexto: Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

Parágrafo Sétimo: Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

Parágrafo Oitava: As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Diretoria de Compras e Almoxarifado – DCA ou Secretaria de Meio Ambiente, conforme solicitado.

CLÁUSULA OITAVA – DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA/RECIBO: A CONTRATADA, quando da emissão de notas fiscais/faturas/recibo, deverá fazer constar o



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Pregão Eletrônico nº 013/2024 e o Contrato de Compra, cumulado com Prestação de Serviços nº 026/2024 – PMU.

Parágrafo Único: As notas fiscais/faturas ou os recibos deverão ser emitidos em nome DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, inscrito no CNPJ nº 09.251.282/0001-74, com as informações contidas na Nota de Empenho.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

I – Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento.

II – Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art.

25, da Lei nº 14.133/2021;

III – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

IV – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

V – Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

VI – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso II desta cláusula;

VII – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

VIII – O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas com o presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DESP.	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	FUNCIONAL	DEPARTAMENTO
35851	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35852	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35854	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35856	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
35857	449052520000	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	08.02.10.301.0014.1.061	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS: O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam no Termo de Referência, anexo ao Pregão Eletrônico nº 013/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:035376
Assinado de forma
digital por ANDREIA
MARIA ANTONHOLI
GARCIA:03537682948
Dados: 2024.06.10
07040



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

184

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

I - Condições de Entrega:

- a) O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados da emissão da autorização de entrega.
- b) Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- c) Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Pedro Amaro dos Santos, 900, centro, Alto Paraíso/PR.

II - Garantia, manutenção e assistência técnica

- a) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- b) Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- c) A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- d) A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- e) Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- f) As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- g) Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 60 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- h) O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- i) Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- j) Decorrido o prazo para reparos e substituições sem atendimento da solicitação, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- k) O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- l) A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- I - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade da entrega realizada, de forma a assegurar o perfeito

Assinado de forma digital por ANDREIA MARIA ANTONHOLI
GARCIA:035376
Data: 2024.06.10



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

195

cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

III – O fiscal do contrato anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV – A conformidade do material a ser entregue, deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;

V – A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021;

VI – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII – Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto, nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;

VIII – A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Além das obrigações exigidas em Lei, o CONTRATANTE deverá:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e demais documentos anexos;

II – Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente contrato;

III – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações estabelecidas no presente contrato, no Termo de Referência, bem como na proposta da Contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

IV – Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades, vícios, defeitos e incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em partes, às suas expensas;

V – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

VI – Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII – Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente contrato;

VIII – Aplicar à Contratada as sanções previstas em Lei e no presente contrato;

IX – Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente



impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

X – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pela Contratada, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo do requerimento, conforme o art. 92, inciso XI, da Lei

Federal nº 14.133/2021;

a) O prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente.

XI – Notificar os emitentes da (s) garantia (s) no contrato, quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Parágrafo Único: O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além das obrigações exigidas em Lei, a CONTRATADA deverá:

I – Cumprir todas as obrigações constantes do presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

II – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

IV – Comunicar o Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

V – Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

VI – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VII – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

IX – Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da

Contratada;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

197

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

X – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

XI – Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;

XII – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XIII – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;

XIV – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XV – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;

XVI – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XVII – Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;

a) Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;

b) O pedido a que se refere a alínea “a” deste inciso, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;

XVIII – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

XIX – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência; XX – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;

XXI – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;

XXII – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

XXIII – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XXIV – Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;

XXV – Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula oitava do presente contrato,



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame/execução do contrato;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;

II – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do inciso acima descrito, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021); d) Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Administração promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021);

2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia

3. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

IV – Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);

V – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor,

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI

GARCIA:03537682948

Assinado eletronicamente por
ANDREIA MARIA ANTONHOLI
GARCIA:03537682948
Data: 2024.06.10 15:03:37
-03'00"



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

199

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

VI – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; VIII – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

IX – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para ao Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

Parágrafo Primeiro: A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração, ora contratante, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Terceiro: A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

Parágrafo Quarto: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

Parágrafo Quinto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, são passíveis de reabilitação, desde que atendidos os requisitos constantes no art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: O CONTRATANTE poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

I – O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

II – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. III – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:0353768
2024

Assinado de forma digital
por ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:03537682948
Data: 2024.06.10



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44.3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

200

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

IV – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

V – A extinção do presente termo de contrato poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

VI – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas;

Parágrafo Primeiro: A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

Parágrafo Segundo: Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE, advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/PROPOSTA: O presente contrato é oriundo do Processo Administrativo nº 023/2024 – Pregão Eletrônico nº 013/2024, bem como vincula-se à proposta da empresa vencedora, ora CONTRATADA.

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:0353768
Assinado de forma digital
por ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:03537682948
Data: 2024.06.10
10:00



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

201

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CESSÃO/TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO: A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS: Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: A abstenção por parte do MUNICÍPIO, ora CONTRATANTE, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

I – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e serão analisadas por meio de processo administrativo próprio;

a) Em caso de aprovação, o processo administrativo resultará na emissão de Anexo/Termo Aditivo, o qual integrará o presente instrumento contratual para todos os fins e efeitos de direito, bem como será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial/jornal de circulação local ou regional;

II – Os serviços não ajustados no presente contrato, que porventura venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, serão analisados individualmente, nos moldes expostos no inciso I, “a” desta cláusula, bem como nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitados os limites da Lei nº 14.133/21;

a) A CONTRATADA é obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

b) As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, poderão exceder o limite de 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de Alto Paraíso/Pr e/ou em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO: É eleito o Foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato de teor e forma, para um só e jurídico efeito.

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:03537682

Assinado de forma digital
por ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
Série: 03537682948
Data: 2024.06.10 15:04:05



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 202

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Prefeitura Municipal de ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, 10 de Junho de 2024.

DERCIO JARDIM
JUNIOR:47451971953

Digitally signed by DERCIO JARDIM
JUNIOR:47451971953
DN: cn=DERCIO JARDIM JUNIOR:47451971953,
c=BR, o=CP-Brasil, ou=prefeitura
Data: 2024.06.10 15:04:15 -03'00'

ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:03537682948

Assinado de forma digital por
ANDREIA MARIA ANTONHOLI
GARCIA:03537682948
Dados: 2024.06.10 15:04:15 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO
PARAÍSO
DÉRCIO JARDIM JUNIOR

ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA
CONTRATADA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR 203

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
LTDA

CNPJ: 33.441.004/0001-64

PROCESSO Nº: 023/2024

PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR DO CONTRATO: 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais);

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/06/2025.

FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 13 / 06 / 2024

Edição N.º 13.045

Art. 3º. O imóvel destinado a unidades habitacionais de interesse social, nos termos de programas desenvolvidos pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passarão ao domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando for o caso.

Art. 4º. O imóvel doado reverterá automaticamente ao Município se, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da escritura de doação, não forem iniciadas as construções a que se destinam, ou se a obra não for concluída no prazo de 2 (dois) anos, a contar da mesma data, ou ainda se, a qualquer tempo, for modificada a sua destinação ou descumprido qualquer outro encargo.

Art. 5º. Uma vez consubstanciada a doação, fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - conceder isenção à UNIÃO POR MORADIA POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ-UMP/PR dos tributos municipais devidos, tais como Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, incidentes sobre a área doada, ainda que posteriormente parcelada, até que ocorra a construção e entrega das unidades habitacionais, em face do relevante alcance social da obra resultante;

II - Conceder isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI incidente sobre a primeira transferência feita pela UNIÃO POR MORADIA POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ - UMP/PR, seus contratados ou conveniados, aos beneficiários titulares dos imóveis que forem construídos;

III - Conceder à UNIÃO POR MORADIA POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ - UMP/PR, seus contratados ou conveniados, isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente sobre as operações relativas à construção de unidades habitacionais na área objeto desta Lei;

IV - Renunciar ao direito estabelecido pelo art. 4º, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 6.766/79, que prevê a doação ao Município de 35% (trinta e cinco por cento) da área total a ser loteada, visando ao seu maior aproveitamento;

V - executar obras de infra-estrutura, como abertura de ruas, cascalhamentos e galerias de águas pluviais, quando for o caso;

VI - Formalizar adicionalmente termos de parcerias com a donatária, seus contratados ou conveniados, mesmo que onerosos, com vistas a elaboração de projetos e ações destinados à concretização dos objetivos colimados.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.279, de 03 de maio de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 12 de junho de 2024.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS IDOSO DE GUAÍRA-PR

Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 03/2024

SÚMULA: Aprova Prestações de contas referente às Deliberações 015/2022-CEDI/PR e 016/2022/CEDI/PR

O Conselho Municipal dos Direitos Idoso de Guaíra-PR, no uso de suas atribuições que confere a Lei Municipal Nº 1.578/2008, de 26 de Junho de 2008 e,

Considerando a Deliberação da Plenária em reunião on line dia 12 de Junho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Prestações de contas PARCIAIS referentes aos períodos e Deliberações abaixo relacionadas:

- Deliberação 016/2022/CEDI/PR - Incentivo à ILPs (Instituições de Longa Permanência)/2022 - Do pagamento até 30 de junho de 2023

- Deliberação 016/2022/CEDI/PR - Incentivo à ILPs (Instituições de Longa Permanência)/2022 - 2º Semestre de 2023

- Deliberação 015/2022/CEDI/PR - Incentivo de Garantia de Direitos da pessoa Idosa - Centro de Convivência - Do pagamento até 30 de junho de 2023

- Deliberação 015/2022/CEDI/PR - Incentivo de Garantia de Direitos da pessoa Idosa - Centro de Convivência - 2º Semestre de 2023

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, 12 de Junho de 2024

VALDEVAN SENA JUNCO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 002/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE TELHAS DE AÇO GALVANIZADO, MATERIAIS, E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A INSTALAÇÃO DAS TELHAS E REPAROS NA COBERTURA DO PREDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE/PR.
Contratada: Empresa PONTAL METALURGICA LTDA - ME - CNPJ Nº 17.055.007/0001-03.

Justificativa: Aquisição de materiais metálicos e serviços de instalação dos mesmos no Predio da Câmara Municipal.

Vigência: 12/06/2024 a 11/07/2024 - 01 (um) mês.

Valor Total: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme cláusula terceira do contrato nº 002/2024.

Previsão legal: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Fiscal do Contrato: Roberta Alves dos Santos.

Signatários: Nilson Barbosa de Souza, presidente da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, pela Contratante e, Sr. Airison Weslei Pontes, pela Contratada.

Tuneiras do Oeste, 12 de junho de 2024.

NILSON BARBOSA DE SOUZA

Presidente da Câmara Municipal

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de produtos de higiene íntima, mantas e colchões, os quais serão utilizados nas ações de distribuição gratuita realizadas pela Secretaria de Assistência Social desse município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 26/06/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 26/06/2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 26/06/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 099/2024

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual contratação de serviços de desinsetização e desratização, bem como limpeza e desinfecção de caixas d'água, com fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos e ferramentas necessários, com a finalidade de serem executados nas dependências internas e externas das instalações físicas desse município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13h30min do dia 26/06/2024

28/06/2024

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 13h31min às 14h29min do dia 28/06/2024

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h30min do dia 28/06/2024

Os editais e demais anexos, poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bilcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Telefone (44) 3642-9924 - e-mail compras@guaira.pr.gov.br, Publique-se.

Guaíra (PR), em 12 de junho de 2024.

Marcelo Celestrino / Graziela Barbosa de Azevedo / Pregoeiros / Comissão de Licitação



MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná

CNPJ 16.361.854/0001-27

Rua João Orlando de Resende, 588, CEP: 87.400-000

Telefone: (44)3676-8150 - www.cruzeirodoeste.pr.gov.br

PORTARIANº 692/2024

A Prefeita Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º. Designar o funcionário JEFFERSON GONCALVES JUNIOR, portador do RG: 63.262.246-5 e CPF: 061.385.849-29, escolaridade pós-graduado, para desempenhar a função de Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná sendo eles: Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal Penitenciário, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal Antidrogas a contar do dia 06 de junho de 2024.

Art.2º. A presente portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Cruzeiro do Oeste, 12 de junho de 2024.

MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES

-Prefeita Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E

EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 33.441.004/0001-64

PROCESSO Nº 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR DO CONTRATO: 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais);

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/06/2025.

FORUM: COMARCA DE XAMBRE.

O MUNICÍPIO DE
LICITAT
ELETRÔN
jurídica de direito público inscrita do CGC/ME nº 76.404
legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVE
lado e empresa LUZOR GROUP LTDA - CNPJ
Contratada, tem entre si justo e acertado na melhor form
disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula primeira:
prejuízo a nenhuma das partes a contar do dia 12/06/2024
objetivo a contratação de empresa especializada no fornec
RD16T).

MARILUZ, 12 DE JUNH

PAULO ARMANDO DA SI
Contratante

LUZOR GROUP L
CNPJ: SL314.661/00
FABIANA MORAES XAVI
Contratada

Testemunhas:

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____



CÂMARA M

Rua Jo

CONCESSÃO DE D

ATO DA MESA DIRETORA

Em análise ao requerimento do NIGRO ocupante do cargo de Vereador e insc
15, realizado em 10/06/2024, para a concessã
deslocar-se até a cidade de Curitiba/PR, com p
retorno em 21/06/2024, objetivando a parti
INTERNAS NAS SECRETARIAS E REPARTIÇ
DE GOVERNO - REGIME JURIDICO ADMIN
GOVERNO DIGITAL - CURITIBA/PR, após anali
a sua compatibilidade dos motivos do desloc
correlação entre o motivo do deslocamento e a
Diretora resolve: (X) DEFERIR () INDEFERIR
totalizam o valor de R\$ 1.726,23.

(X) Passagens

() Sem aquisição de passagens.

Alerta-se o (a) beneficiário (a) de que deverá a
Resolução nº 001/2023, sob as penas lá
desconto em folha de pagamento de diárias
utilizadas/comprovadas documentalmente, nos
Resolução.

Francisco Alves/PR, 12

Jesse Antunes dos Santos
Presidente

Jair Osório
Vice-Presidente



CORIP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 002/2024

Dispensa de Licitação nº 002/2024

Em conformidade com o artigo 72, inciso VIII, considerando todos os documentos constantes do Licitatório nº 003/2024, com fulcro no artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, para a contratação da empresa A. DE CASTRO L. O. nº 20.789.296/0001-89, para prestação de serviço de empresa especializada em elaboração de estudos de terreno (topografia) e sondagem simplificada dos municípios de Altônia, Guaíra, Icaraima e São Jorge do Oeste, conforme termo de referência, sendo o valor da contratação de R\$ 14.133,21.

FUNDAMENTO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO: informações contidas no DFD da Secretaria Executiva anexa ao processo, e parecer jurídico também acostado, amparado no artigo 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021.

HOMOLOGAÇÃO: a contratação por dispensa de licitação, desembolso possível, nos termos do que dispõe a Lei nº 14.133/2021.

Administração Pública, com base nas razões expostas.

São Jorge do Oeste, 12 de junho de 2024.

José Carlos Baralho
Presidente do Conselho Municipal

Contrato nº 26/2024

Última atualização: 13/06/2024

Local: Alto Paraíso/PR Órgão: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO Unidade executora: 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Tipo: Contrato Termo Inicial Receita ou Despesa: Despesa Processo: 23 Categoria do Processo: Compras

  Portal Nacional de Contratações Públicas

  Entrar

Id contrato PNCP: 95640736000130-2-000014/2024 Fonte: Governança Brasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: 95640736000130-1-000024/2024

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES 01 MOTORISTA ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR CONTRATADO

R\$ 258.000,00

FORNECEDOR:

Nome/Razão social: ANTONHOLI GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 33.441.004/0001-64

Tipo: Pessoa Jurídica

Histórico

Evento	Data/Hora do Evento	Detalhes
Inclusão - Contrato	13/06/2024 - 10:42:57	

Exibir 1-1 de 1 item.

1 de 1

[Voltar](#)



Constitui-se este instrumento particular de contratação pública, celebrado entre o Município de Alto Paraíso/PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 00.000.000/0001-00, e a empresa ANTONHOLI GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.441.004/0001-64, para a contratação de empresa para fornecimento de veículo de passeio tipo van 10 lugares 01 motorista zero km para atender as necessidades da saúde conforme condições e especificações estabelecidas no Edital nº 001/2024 e seus anexos.

A presente contratação foi realizada de acordo com o Edital nº 001/2024, publicado no Diário Oficial do Município de Alto Paraíso/PR em 13/06/2024.

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de veículo de passeio tipo van 10 lugares 01 motorista zero km para atender as necessidades da saúde conforme condições e especificações estabelecidas no Edital nº 001/2024 e seus anexos.

A presente contratação foi realizada de acordo com o Edital nº 001/2024, publicado no Diário Oficial do Município de Alto Paraíso/PR em 13/06/2024.

Assinado digitalmente por: ANTONHOLI GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 33.441.004/0001-64

ACORDAMENTO DOS PÁRCEIROS



THE UNIVERSITY OF CHICAGO



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

207

PUBLICADO NO JORNAL **PORTARIA N.º 130/2024**
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO **DATA: 13/06/2024**

EM 14/06/2024

Edição N.º 13.046

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE **GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS** NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO - PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato no Processo Administrativo nº 023/2024, Pregão Eletrônico n. 013/2024, a saber:

Gestor:

RODRIGO WESLEY SOBREIRO REVESSO - CPF: 061.355.079-07;

Fiscal Administrativo:

EUDINETE DA SILVA PEDROTA - CPF: 030.789.829-63.

Art. 2º Ao Gestor de Contrato cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.

Art.3º Ao Fiscal de Contrato cabe o acompanhamento do contrato administrativo para qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 13 dias do mês de junho de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

RO, LUTAS
TÊNIS DE MESA,
programas criados
Paraná, conforme

para fins de
me edital, deverão
citações, nomeada
setembro de 2023,
avies do e-mail
ntregues de forma
otocolado junto a
Otavio Testa, 128,
15.990-000, A/C da
zo estipulado para
licação do Edital.
ados poderão se
a partir da sua
de 2024, ficando
lncia.

prazo de 10 (dez)
n, até o dia 24 de
recebimento de
será realizada a
istas apresentadas,
e Avaliação do
inicial publicado e
s do Paraná - AMP
nw.guaira.pr.gov.br
rções preliminares
continuidade das
razo estipulado no
so decorrer do
lilles, julgamento,
a do chamamento,
nente disponíveis,
icação.
través do site
lco elou Compras
to de Compras e
a sexta-feira, em
642 9928. E-mail

tação

O PARAÍSO

esso Administrativo
aná, no uso de suas
pelo Agente de
ntrolador Interno Sr.

la empresa L N A
0, o resultado do
20/2024.
esso Administrativo
Item 01, em favor
34.781.658/0001-
OS PARA FUTURA
DE GRAMA TIPO
ESPECIFICAÇÕES

ublicação.
os 13 dias do mês

O PIQUIRI

DAS PROPOSTAS:
EBIMENTO DAS

ento parcelado de
ncia do edital.

inte e um reais).
is (ME) e Empresas
de abrangência da
a) terão preferência
(três) fornecedores
ou empresas de
capazes de cumprir
atório.
da - 30 dias após a

Prefeitura Municipal
r.br, pelo telefone
s, desta Prefeitura
das 07:30 às 12:00
citacao@altopiquiri.

Art. 1º Fica estabelecido que, normal-
mente desobedecidas, os servidores públicos do
abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de
Contrato no Processo Administrativo nº 031/2024, Pregão Eletrônico
n. 019/2024, a saber:

Gestor:
SIMÃO PEDRO LEME - CPF: 015.973.589-08;

Fiscal Administrativo:
CELSON DE OLIVEIRA SILVA - CPF: 017.742.799-08.

Art. 2º Ao Gestor de Contrato cabe garantir a adoção das providências
necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando
pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas
ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei
14.133/2021.

Art. 3º Ao Fiscal de Contrato cabe o acompanhamento do contrato
administrativo para qual foi designado, proporcionando à contratante
e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento
eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições
determinadas determinas pela Lei 14.133/2021, observada a função
para a qual foi designado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 13 dias do mês de junho de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 130/2024

DATA: 13/06/2024

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA
EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS
NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO
PARAÍSO - PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de
suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal
14.133/21.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades
normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo
abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de
Contrato no Processo Administrativo nº 023/2024, Pregão Eletrônico
n. 013/2024, a saber:

Gestor:

RODRIGO WESLEY SOBREIRO REVERSO - CPF: 061.355.079-07;

Fiscal Administrativo:

EU DINETE DA SILVA PEDROTA - CPF: 030.789.829-63.

Art. 2º Ao Gestor de Contrato cabe garantir a adoção das providências
necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando
pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas
ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei
14.133/2021.

Art. 3º Ao Fiscal de Contrato cabe o acompanhamento do contrato
administrativo para qual foi designado, proporcionando à contratante
e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento
eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições
determinadas determinas pela Lei 14.133/2021, observada a função
para a qual foi designado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraíso-Pr., aos 13 dias do mês de junho de 2024.

DERCIO JARDIM JUNIOR

Prefeito Municipal

EXTRATO
total de R\$ 4.890,00 (quatro mil e oitocentos e noventa reais).

MARIA HELENA, 13 de junho de 2024.

MARLON RANCER MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná

Republicada por Incorreção

PORTARIA Nº 107/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA, Estado do Paraná,
usando das atribuições legais previstas pelo art. 66, VI, da Lei Orgânica
Municipal, de 02 de janeiro de 2002,

RESOLVE,

Art. 1º Nomear, a partir de 04 de junho de 2024, GRACIELI APARECIDA
RUFATO, portador(a) do RG nº 9.919.982-2 SSP/PR, para o cargo em
comissão de CHEFE DA DIVISÃO DE RECREAÇÃO E LAZER, com
lotação na Secretaria de Esportes e Lazer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
retroagindo conforme a data supracitada.

Maria Helena-PR, 13 de junho de 2024.

MARLON RANCER MARQUES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 256/2024

DATA - 13/06/2024

SÚMULA - Concede Férias a funcionário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso

de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º) Conceder Férias a servidora Joneis Favaro Barrozo, por um
período de 08 dias, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, de
08/07/24 a 15/07/24;

Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações
necessárias junto à ficha funcional do servidor.

Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido
servidor, mediante recibo, para os devidos fins.

Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, aos 13
de Junho de 2024.

MARCOS ALEX DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 274/2024

Data: 13.06.2024

Ementa: transfere de lotação o Servidor Público Municipal, conforme especifica, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Guaira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o memorando online sob o nº 870/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir de lotação o Servidor Público Municipal a seguir mencionado:

Nome / Cargo

Matrícula nº

Da

Para

A partir de

Nicolas de Souza / Almoxarife

30503-01

Diretoria de Atenção Primária - Efetivos

Diretoria Administrativa/Administrativo - Efetivos

01/08/2024

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, com eficácia retroativa a data de 1º de junho de 2024.

Registre-se, Publique-se, e, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, em 13 de junho de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 275/2024

Data: 13.06.2024

Ementa: concede Licença Especial a Servidora Pública Municipal, conforme especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal

nº 1.248/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 1.475/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial a Servidora Pública Municipal mencionada, durante três (3) meses, conforme segue:

Nome

Função

Matrícula Nº

Período aquisitivo

Período de gozo

Lenilda Alves

Merendeira

19194-01

2015/2020

22/07/2024 a 21/10/2024

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 22 de julho de 2024.

Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, em 13 de junho de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 000/2024

Data: 13.06.2024

Ementa: concede elevação de referência de vencimento a Servidora Pública Municipal, por conclusão de Curso de Graduação, conforme especifica, e

dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 28 e seguintes da Lei

Municipal nº 1.247/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 1.516/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a elevação de referência de vencimento a Servidora Pública Municipal, a título de incentivo pela conclusão de Curso de Graduação,

conforme segue:

Nome

Matrícula nº

Da Referência

Para a Referência

A partir de

Michele Tais Claro Guedes

30316-03

18

21

01/07/2024

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa na data de 1º de julho de 2024.

Registre-se, Publique-se e, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, em 12 de junho de 2024.

HERALDO TRENTO

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail - altoparaíso@pref.pr.gov.br

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Fiscal Administrativo:** EUDINETE DA SILVA PEDROTA - CPF: 030.789.829-63

Processo Nº. 023/2024

Pregão Eletrônico Nº.013/2024

Contrato Nº 026/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Nesta data, remeto ao responsável acima em epigrafe cópia do contrato nº 026/2024/2024 para que possa atuar como fiscal de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observadas a função para a qual foi designado.

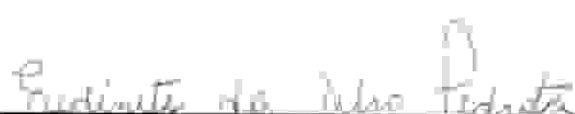
Em 14/06/2024


Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data recebi cópia do contrato nº 026/2024, bem como portaria nº 130/2024.

Em 14/06/2024


EUDINETE DA SILVA PEDROTA
Fiscal de Contrato



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

210

DO DEPTO DE LICITAÇÃO

PARA: **Gestor:**

RODRIGO WESLEY SOBREIRO REVESSO – CPF: 061.355.079-07

Processo Nº. 023/2024

Pregão Eletrônico Nº.013/2024

Contrato Nº 026/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Nesta data, remeto aos responsáveis acima em epígrafe cópia do contrato nº 026/2024 para que possam atuar como gestor de contrato e demais atribuições determinadas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.


Em 14/06/2024


Valdemir Ribeiro Sparapan
Agente de Contratação

TERMO DE RECEBIMENTO

Nesta data recebi cópia do contrato nº 026/2024, bem como portaria nº 130/2024.

Em 14/06/2024


RODRIGO W. S. REVESSO
Gestor de Contrato



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO –
ESTADO DO PARANÁ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024
CONTRATO Nº 26/2024**

ANTONHOLI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.850.663/0001-35, com sede na Rua José da Silva, nº 198, Bairro Tarobá, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.042-280, vem, mui respeitosamente, ante Vossa Senhoria apresentar **PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO**, pelos motivos e razões a seguir expostas.



1. DOS FATOS

A requerente em 17/05/2024 participou do pregão mencionado em epígrafe e sagrou-se vencedora, para fornecimento de VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

2. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO - VEÍCULO SOB PROCESSO DE FATURAMENTO

A requerente em 17/05/2024 participou do pregão mencionado em epígrafe e sagrou-se vencedora do lote 1 do Edital, para fornecimento de 1 (UM) veículo tipo Van. Por razões alheias à vontade da Requerente não será possível efetuar a entrega do bem no lapso temporal previsto inicialmente.

A não entrega se dará por razões que fogem ao controle da Requerente, essencialmente em razão do atraso no faturamento do veículo por parte da montadora, de modo que se busca o deferimento da prorrogação do prazo de entrega com base na Nova Lei de Licitação, nos termos delineados nas razões anexas. Mas dentro de razoável o veículo estará pronto para a realização da entrega à Municipalidade.

A requerente ressalta, nesse sentido, que desde sempre tem envidado esforços no sentido de cumprir com suas obrigações contratuais, no entanto a situação atual, de crise no setor automobilístico, é fato que não pode ser por ela controlado, pois são questões de mercado a que, mesmo a montadora do veículo está sujeita. Contudo, dentro do prazo ora solicitado a requerente realizará a entrega do bem à municipalidade, atendendo a todas as exigências.

A prorrogação de prazo tem previsão legal e no caso em apreço atende ao melhor interesse da Municipalidade e do munícipe, pois dentro de curto espaço de tempo o Município terá suas vans para atender aos seus cidadãos.



Desta maneira, com fulcro na Nova Lei de Licitação, requer seja deferida prorrogação de prazo para entrega do bem objeto do Pregão Eletrônico nº 013/2024, até dia **04/11/2024** quando então o veículo será entregue de acordo com as especificações editalícias.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Londrina, 25 de setembro de 2024.

ANDREIA
MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:0353
7682948

Assinado de forma
digital por ANDREIA
MARIA ANTONHOLI
GARCIA:035376829
48
Dados: 2024.09.25
14:54:16 -03'00'

ANTONHOLI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

DO: GABINETE DO PREFEITO

PARA: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

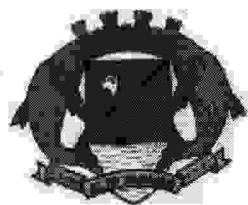
**CONTRATO DE COMPRA N.º 026/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 023/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2024**

O objeto do presente Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, conforme segue:

Tendo em mãos a solicitação de pedido de prorrogação de prazo da empresa contratada, solicito **e autorizo** que seja elaborado um termo de aditivo prorrogando o prazo de entrega do item 01, referente ao contrato acima e epígrafe até 04/11/2024.

Alto Paraíso-Pr., 30 de Setembro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO DE COMPRAS N.º 026/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2024

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE Alto Paraíso/Pr.**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 5.640.736/0001-30, com sede administrativa na Av. Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, centro, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Dércio Jardim Junior**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG n.º 1.649.033-4 SSP/PR e CPF: 474.519.719-53, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 33.441.004/0001-64, com sede à Rua Jose da Silva, 198-A, Barracão B, Bairro: Tarobá, fone(43) 3338-7221; e-mail comercial1@webvalor.net.br; CEP: 86.042.280, na Cidade de Londrina, Estado do PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela sua sócia administradora a Sr. **ANDREIA MARIA ANTONHOLI GARCIA**, brasileira, casada, empresaria, portador da Cédula de Identidade, RG n.º 7.170.705-9 SSP/PR, e inscrito no CPF sob n.º 035.376.829-48, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado PR, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando, o requerimento emitido pela empresa contratada;

Considerando que, é de interesse da Administração Pública Municipal; e enfim

Resolvem alterar contrato n.º 026/2024, como segue;

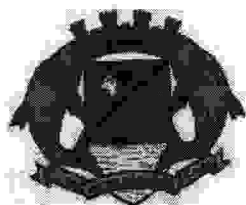
CLAUSULA PRIMEIRA:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de entrega do item até 04/11/2024.

CLAUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais Cláusulas e condições do contrato originário e termo de aditivo vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 dias do mês de setembro de 2024.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

**DERCIO JARDIM
JUNIOR:47451971953**

Digitally signed by DERCIO JARDIM
JUNIOR:47451971953
DN: cn=DERCIO JARDIM JUNIOR:47451971953, c=BR,
o=ICP-Brasil, ou=presencial
Date: 2024.10.03 15:05:24 -03'00'

**Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Prefeito Municipal
Dércio Jardim Júnior**

ANDREIA MARIA

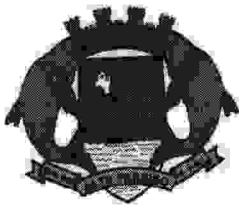
ANTONHOLI

GARCIA:03537682948

Assinado de forma digital por
ANDREIA MARIA ANTONHOLI
GARCIA:03537682948

Dados: 2024.10.03 13:42:59
-03'00'

**ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA Contratado**



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

00217

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO DE COMPRAS N.º 026/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 023/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 33.441.004/0001-64

O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CLAUSULA PRIMEIRA:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de entrega do item até 04/11/2024.

CLAUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais Cláusulas e condições do contrato originário e termo de aditivo vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 dias do mês de setembro de 2024.

FORUM: Comarca de Xambrê.

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 04 / 10 2024

Edição N.º 13.139

HENRIQUE DOMINGUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
REPUBLIÇÃO POR INCORREÇÃO NO NÚMERO DA LEI PUBLICADA ANTERIORMENTE
COMO 1.958/2024
LEI Nº 1.960/2024

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.
ORIGEM: Projeto de Lei nº 037/2024.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementares por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2024, inclusão/alteração dos anexos da Lei Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2024 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025, e no cronograma de desembolso no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a seguinte ordem classificatória:

08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
08.001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0013.2.035	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	370 MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
FONTE 107	SALÁRIO EDUCAÇÃO – EXERCÍCIO CORRENTE	30.000,00

Art. 2º Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:

08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
08.001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0013.1.118	INVESTIMENTOS PARA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
4.4.90.51.00.00	338 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.000,00
4.4.90.52.00.00	342 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	
20.000,00		
FONTE 107	SALÁRIO EDUCAÇÃO – EXERCÍCIO CORRENTE	30.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 03 dias do mês de outubro de 2024.

MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 7.206/2024

SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são pelo Art. 4º, inciso IV conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.911 de 16 de Dezembro de 2024.

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2024, inclusão/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2024 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025, no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com a seguinte ordem classificatória:

14	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
14.001	DIVISÃO DE CULTURA	
13.392.0034.2.151	COMEMORAÇÕES, FESTIVIDADES E RECEPÇÕES	
3.3.90.39.00.00	813 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	
JURÍDICA 20.000,00		
FONTE 860	PROGRAMA PARANA + EVENTOS	20.000,00

Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte receita e fonte relacionada:

COD. RED.	RECEITA DESCRIÇÃO VALOR	FONTE	
419	1.7.2.9.99.0.1.03 - PROGRAMA PARANA + EVENTOS	20.000,00	860
TOTAL	20.000,00		

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 03 dias do mês de Outubro de 2024.

Marcos Alex de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2024

CONCORRÊNCIA Nº 006/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

CONTRATADO: R. A. FUJIHARA – CONSTRUÇÕES CIVIS

CNPJ: 31.819.358/0001-74

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DO QUIOSQUE ANEXO AO MICROEMPREENDEDOR II, MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS (EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL).

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente termo aditivo do contrato 032/2024, amparado pela lei 14133/2021, entre as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 3.828,56 (três mil oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), nos valores dos bens/serviços adquiridos conforme planilha orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O valor global do contrato passa a R\$ 62.728,56 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), decorrentes do contrato originário de R\$ 58.900,00 (cinquenta e oito mil, novecentos reais), e do termo de aditivo no valor de R\$ 3.828,56 (três mil oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA:

O prazo de execução do objeto deste contrato passa para até o dia 19/10/2024.

CLÁUSULA QUARTA:

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais Cláusulas e condições do contrato originário e termo de aditivo vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 dias do mês de setembro de 2024.

FORUM: Comarca de Xambré.

0040290	MARIA CRISTINA DE JESUS CRUZ RAMOS	Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná
0040277	MARIA JAMILE LOPES SILVA	CadÚnico
0040205	MARIA VITÓRIA RODRIGUES ALIAGA	CadÚnico
0040265	MARJANNE BATISTA MATTANO	CadÚnico
0040207	MARRI AFONSO ROSA	Doador de Medula Óssea
0040282	MICHELLE AYME ALVES SUZUKI	Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná
0040308	NATANIEL ELIAS PORTELA	CadÚnico
0040150	NAYARA REGIANE BETANIN	Doador de Medula Óssea
0040220	PATRICIA CRISTINA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0040299	PAULO HENRIQUE PAULIN DA SILVA	CadÚnico
0040118	PETRA DEMASI	CadÚnico
0040123	REBECA SILVEIRA DE SOUZA MENDES	CadÚnico
0040296	RENAN DO PINHAL FUENTES	Doador de Medula Óssea
0040295	SANELI PAULA SILVA COSTA	CadÚnico
0040116	SILVIO MANOEL DA SILVA JUNIOR	Doador de Medula Óssea
0040233	STEPHANY PRUDENCIO DA SILVA	CadÚnico
0040203	THAIS BIRTO DA SILVA JESUS FERREIRA	CadÚnico
0040280	TIAGO DOMINGUES RAMOS	Doador de Sangue
0040322	VALDIR LUCIANO DE SOUZA	CadÚnico
0040267	VANESSA CARDOSO DA SILVA FUENTES	Doador de Medula Óssea
0040165	VILMAR VERGILIO DURAES	Doador de Medula Óssea
0040296	VIVIANE DA SILVA SANTOS SAVIOU	Doador de Sangue
0040179	YNGRID AGUIAR DA SILVA	Doador de Medula Óssea

ANEXO ÚNICO DO EDITAL Nº 02.001/2024 - DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	TIPO
0040273	ADELMO VENANCIO DA SILVA	CadÚnico
0040195	ALESSANDRO LEITE DA SILVA	Doador de Sangue
0040057	ANA LUCIA PEREIRA DA SILVA	CadÚnico
0040305	ANATIELLE DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0040106	ANGELISSA OLIVEIRA FERREIRA	Doador de Medula Óssea
0040103	ANGELA SIMPLICIO DOS SANTOS SOUSA	Doador de Medula Óssea
0040321	ANGELO JOSE FORINI NETO	Doador de Medula Óssea
0040115	BRENDON TELLES MARTINS E SILVA	Doador de Medula Óssea
0040142	CLEYSEEM KELLY MIGUEL DA SILVA	CadÚnico
0040295	DANIELE RAVAZZI BARRETO	CadÚnico
0040305	DANILO DE CAMPOS	Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná
0040224	ELAINE CRISTIANA LANDIM	Doador de Sangue
0040255	ELENA VANDERSEN	CadÚnico
0040219	ELIARA DE LIMA DA SILVA	CadÚnico
0040236	ERIKKA DAIANA FELIX BRISOLA	CadÚnico
0040230	FERNANDA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0040165	FLÁVIA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA	CadÚnico
0040229	JACQUELINE DE LUCCA	Doador de Medula Óssea
0040082	JESSICA CAROLINE SANTOS ROCHA DE OLIVEIRA	CadÚnico
0040199	JOÃO VICTOR DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0040108	KAYVANE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0040145	LARISSA MAYARA DOS SANTOS	CadÚnico
0040204	LETICIA SANT ANA RAMOS	CadÚnico
0040152	LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS	CadÚnico
0040223	LUCIMARA FERREIRA DE ALMEIDA AGUIAR	CadÚnico
0040119	LUIZ HENRIQUE ARAUJO	Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná
0040352	MARCOS VIEIRA BRANDAO	Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná
0040316	MARIANA ALVES SANTELLI	Doador de Medula Óssea
0040239	MARIANA CAROLINE ZANCHETTI VENANCIO	CadÚnico
0040162	MARIANA ROSSI PINA	Doador de Sangue
0040195	MATHEUS ZAGO	Doador de Medula Óssea
0040110	MICHELE MESSIAS DE SOUZA	CadÚnico
0040299	RAFAELLE FERNANDES DE MEDEIROS	CadÚnico
0040318	RAQUEL PEREIRA DA SILVA	Doador de Medula Óssea
0040206	TATIANE OLIBONE DE CAMARGO	CadÚnico
0040215	THALIA BERGAMO CORDERO	CadÚnico
0040272	VANESSA APARECIDA DA SILVA	CadÚnico
0040279	VIVIANE CAMARGO DE ALMEIDA	Doador de Medula Óssea
0040128	YSABELLA DA SILVA SOUZA	CadÚnico
0040302	ZENIRA ZACARIAS FERREIRA	Eleitor Convocado e Nomeado pela Justiça Eleitoral do Paraná



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone (0xx) 44 3864 1320
e-mail – administracao@altoparaíso.pr.gov.br
www.altoparaíso.pr.gov.br

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, NOTIFICAMOS os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento dos seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALOR
Bloco de Custeio da Saude Fed	03/10/2024	1
TOTAL REPASSE		1

Alto Paraíso, 03 de outubro de 2024.

000218

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO DE COMPRAS Nº 026/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2024

PRÉGIO ELETRÔNICO Nº 013/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

CONTRATADO: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 33.441.004/0001-64

O objeto do presente contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO TIPO VAN 10 LUGARES + 01 MOTORISTA, ZERO KM, ATENDER AS NECESSIDADES DA SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de entrega do item até 04/10/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais Cláusulas e condições do contrato originário e termo de aditivo vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 dias do mês de setembro de 2024.

FORUM: Comarca de Xambré.